



AUTISMO & INCLUSÃO

SOCIALIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA
DE QUEM ACOLHE PESSOAS QUE
ESTÃO NO ESPECTRO



VANESSA DESIDÉRIO
ORGANIZADORA



AUTISMO & INCLUSÃO

SOCIALIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA
DE QUEM ACOLHE PESSOAS QUE
ESTÃO NO ESPECTRO



VANESSA DESIDÉRIO
ORGANIZADORA



2024 - Ampla Editora

Copyright da Edição © Ampla Editora

Copyright do Texto © Os autores

Editor Chefe: Leonardo Pereira Tavares

Design da Capa: Ampla Editora

Diagramação: Juliana Ferreira

Revisão: Os autores

Autismo e inclusão: socialização de experiência de quem acolhe pessoas que estão no espectro está licenciado sob CC BY-NC 4.0.



Essa licença permite que outros remixem, adaptem e desenvolvam seu trabalho para fins não comerciais e, embora os novos trabalhos devam ser creditados e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não precisam licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos. O conteúdo da obra e sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores e não representam a posição oficial da Ampla Editora. O download e o compartilhamento da obra são permitidos, desde que os autores sejam reconhecidos. Todos os direitos desta edição foram cedidos à Ampla Editora.

ISBN: 978-65-5381-217-8

DOI: 10.51859/ampla.ais178.1124-0

Ampla Editora

Campina Grande – PB – Brasil

contato@amplaeditora.com.br

www.amplaeditora.com.br



2024

Conselho Editorial

Adilson Tadeu Basquerote – Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Alexander Josef Sá Tobias da Costa – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Andréa Cátia Leal Badaró – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Andréia Monique Lermen – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Antoniele Silvana de Melo Souza – Universidade Estadual do Ceará

Aryane de Azevedo Pinheiro – Universidade Federal do Ceará

Bergson Rodrigo Siqueira de Melo – Universidade Estadual do Ceará

Bruna Beatriz da Rocha – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Bruno Ferreira – Universidade Federal da Bahia

Caio Augusto Martins Aires – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Caio César Costa Santos – Universidade Federal de Sergipe

Carina Alexandra Rondini – Universidade Estadual Paulista

Carla Caroline Alves Carvalho – Universidade Federal de Campina Grande

Carlos Augusto Trojaner – Prefeitura de Venâncio Aires

Carolina Carbonell Demori – Universidade Federal de Pelotas

Caroline Barbosa Vieira – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Christiano Henrique Rezende – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Cícero Batista do Nascimento Filho – Universidade Federal do Ceará

Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Dandara Scarlet Sousa Gomes Bacelar – Universidade Federal do Piauí

Daniela de Freitas Lima – Universidade Federal de Campina Grande

Darlei Gutierrez Dantas Bernardo Oliveira – Universidade Estadual da Paraíba

Denilson Paulo Souza dos Santos – Universidade Estadual Paulista

Denise Barguil Nepomuceno – Universidade Federal de Minas Gerais

Dinara das Graças Carvalho Costa – Universidade Estadual da Paraíba

Diogo Lopes de Oliveira – Universidade Federal de Campina Grande

Dylan Ávila Alves – Instituto Federal Goiano

Edson Lourenço da Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

Elane da Silva Barbosa – Universidade Estadual do Ceará

Érica Rios de Carvalho – Universidade Católica do Salvador

Fábio Ronaldo da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Fernanda Beatriz Pereira Cavalcanti – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Fredson Pereira da Silva – Universidade Estadual do Ceará

Gabriel Gomes de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas

Gilberto de Melo Junior – Instituto Federal do Pará

Givanildo de Oliveira Santos – Instituto Brasileiro de Educação e Cultura

Glécia Morgana da Silva Marinho – Pontifícia Universidad Católica Argentina Santa María de Buenos Aires (UCA)

Higor Costa de Brito – Universidade Federal de Campina Grande

Hugo José Coelho Corrêa de Azevedo – Fundação Oswaldo Cruz

Igor Lima Soares – Universidade Federal do Ceará

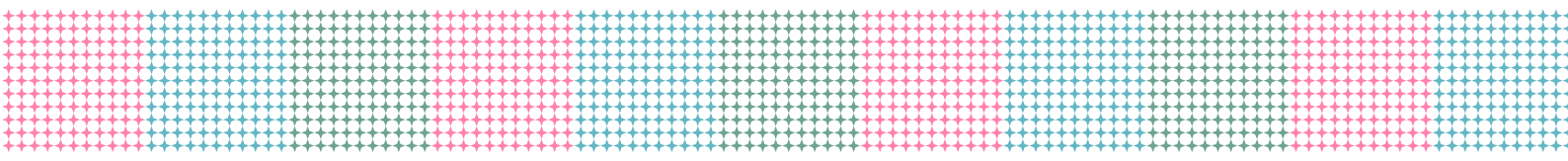
Isabel Fontgalland – Universidade Federal de Campina Grande

Isane Vera Karsburg – Universidade do Estado de Mato Grosso

Israel Gondres Torné – Universidade do Estado do Amazonas

Ivo Batista Conde – Universidade Estadual do Ceará

Jaqueline Rocha Borges dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



Jessica Wanderley Souza do Nascimento – Instituto de Especialização do Amazonas

João Henriques de Sousa Júnior – Universidade Federal de Santa Catarina

João Manoel Da Silva – Universidade Federal de Alagoas

João Vitor Andrade – Universidade de São Paulo

Joilson Silva de Sousa – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

José Cândido Rodrigues Neto – Universidade Estadual da Paraíba

Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Josenita Luiz da Silva – Faculdade Frassinetti do Recife

Josiney Farias de Araújo – Universidade Federal do Pará

Karina de Araújo Dias – SME/Prefeitura Municipal de Florianópolis

Katia Fernanda Alves Moreira – Universidade Federal de Rondônia

Laís Portugal Rios da Costa Pereira – Universidade Federal de São Carlos

Laíze Lantyer Luz – Universidade Católica do Salvador

Lara Luiza Oliveira Amaral – Universidade Estadual de Campinas

Lindon Johnson Pontes Portela – Universidade Federal do Oeste do Pará

Lisiane Silva das Neves – Universidade Federal do Rio Grande

Lucas Araújo Ferreira – Universidade Federal do Pará

Lucas Capita Quarto – Universidade Federal do Oeste do Pará

Lúcia Magnólia Albuquerque Soares de Camargo – Unifacisa Centro Universitário

Luciana de Jesus Botelho Sodrê dos Santos – Universidade Estadual do Maranhão

Luís Miguel Silva Vieira – Universidade da Madeira

Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Luiza Catarina Sobreira de Souza – Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central

Manoel Mariano Neto da Silva – Universidade Federal de Campina Grande

Marcelo Alves Pereira Eufrazio – Centro Universitário Unifacisa

Marcelo Henrique Torres de Medeiros – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Marcelo Williams Oliveira de Souza – Universidade Federal do Pará

Marcos Pereira dos Santos – Faculdade Rachel de Queiroz

Marcus Vinicius Peralva Santos – Universidade Federal da Bahia

Maria Carolina da Silva Costa – Universidade Federal do Piauí

Maria José de Holanda Leite – Universidade Federal de Alagoas

Marina Magalhães de Moraes – Universidade Federal do Amazonas

Mário César de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Michele Antunes – Universidade Feevale

Michele Aparecida Cerqueira Rodrigues – Logos University International

Miguel Ysrrael Ramírez-Sánchez – Universidade Autónoma do Estado do México

Milena Roberta Freire da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Nadja Maria Mourão – Universidade do Estado de Minas Gerais

Natan Galves Santana – Universidade Paranaense

Nathalia Bezerra da Silva Ferreira – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Neide Kazue Sakugawa Shinohara – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Neudson Johnson Martinho – Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso

Patrícia Appelt – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Paula Milena Melo Casais – Universidade Federal da Bahia

Paulo Henrique Matos de Jesus – Universidade Federal do Maranhão

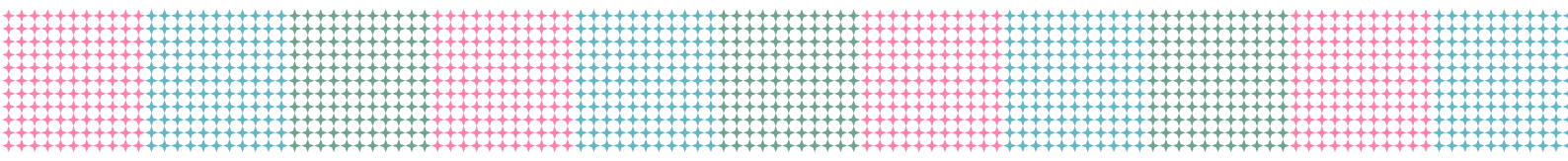
Rafael Rodrigues Gomides – Faculdade de Quatro Marcos

Ramôn da Silva Santos – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Reângela Cíntia Rodrigues de Oliveira Lima – Universidade Federal do Ceará

Rebeca Freitas Ivanicska – Universidade Federal de Lavras

Regina Márcia Soares Cavalcante – Universidade Federal do Piauí



Renan Gustavo Pacheco Soares – Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns

Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília

Ricardo Leoni Gonçalves Bastos – Universidade Federal do Ceará

Rodrigo da Rosa Pereira – Universidade Federal do Rio Grande

Rubia Katia Azevedo Montenegro – Universidade Estadual Vale do Acaraú

Sabrynna Brito Oliveira – Universidade Federal de Minas Gerais

Samuel Miranda Mattos – Universidade Estadual do Ceará

Selma Maria da Silva Andrade – Universidade Norte do Paraná

Shirley Santos Nascimento – Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia

Silvana Carlotto Andres – Universidade Federal de Santa Maria

Silvio de Almeida Junior – Universidade de Franca

Tatiana Paschoalette R. Bachur – Universidade Estadual do Ceará | Centro Universitário Christus

Telma Regina Stroparo – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Thayla Amorim Santino – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Thiago Sebastião Reis Contrato – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Tiago Silveira Machado – Universidade de Pernambuco

Valvenarg Pereira da Silva – Universidade do Estado de Mato Grosso

Vinícius Queiroz Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Virgínia Maia de Araújo Oliveira – Instituto Federal da Paraíba

Virginia Tomaz Machado – Faculdade Santa Maria de Cajazeiras

Walmir Fernandes Pereira – Miami University of Science and Technology

Wanessa Dunga de Assis – Universidade Federal de Campina Grande

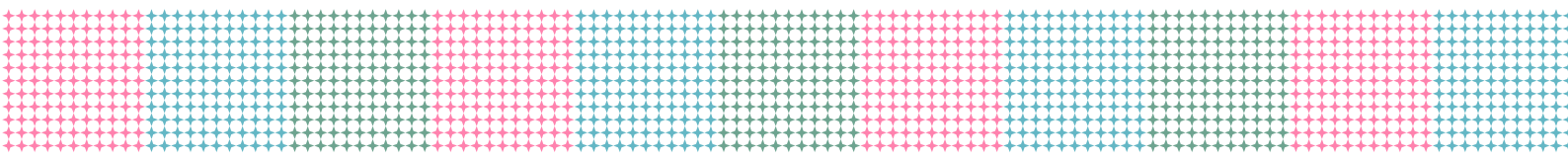
Wellington Alves Silva – Universidade Estadual de Roraima

William Roslindo Paranhos – Universidade Federal de Santa Catarina

Yáscara Maia Araújo de Brito – Universidade Federal de Campina Grande

Yasmin da Silva Santos – Fundação Oswaldo Cruz

Yuciara Barbosa Costa Ferreira – Universidade Federal de Campina Grande





2024 - Ampla Editora

Copyright da Edição © Ampla Editora

Copyright do Texto © Os autores

Editor Chefe: Leonardo Pereira Tavares

Design da Capa: Ampla Editora

Diagramação: Juliana Ferreira

Revisão: Os autores

Catlogação na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

A939

Autismo e inclusão: socialização de experiência de quem acolhe pessoas que estão no espectro / Organização de Vanessa Desidério. – Campina Grande/PB: Ampla, 2024.

Livro em PDF

ISBN 978-65-5381-217-8

DOI 10.51859/ampla.ais178.1124-0

1. Autismo. 2. Inclusão escolar. I. Desidério, Vanessa (Organizadora). II. Título.

CDD 616.89

Índice para catálogo sistemático

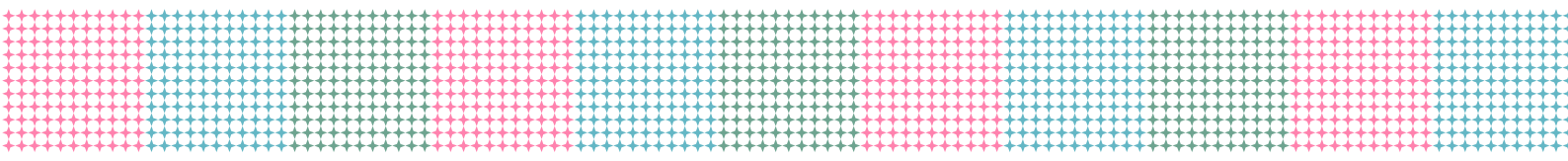
I. Autismo

Ampla Editora
Campina Grande – PB – Brasil
contato@amplaeditora.com.br
www.amplaeditora.com.br



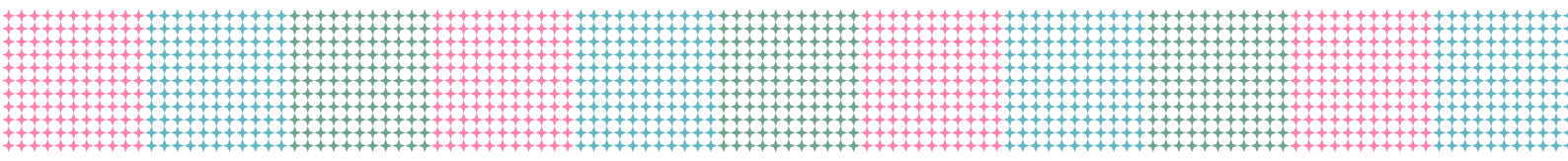
2024

*Dedico este livro a Deus, meu amigo fiel, à
minha família, aos pais e professores que
diariamente se comprometem com a
formação humana integral e com a educação
inclusiva.*



*O espaço mais adequado entre a impotência e a
prepotência se chama "real autonomia".*

Prof. Aranha



Apresentação das partes que compõem o livro

O presente livro é fruto do projeto Conhecer para Acolher, um projeto de extensão que surgiu de uma conversa entre pessoas sensíveis à causa da formação docente e ao acolhimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Através do projeto surgiu a ideia de criar um curso básico de curta duração voltado para a inclusão nas escolas, o crédito é da prof. Lenina Silva, essa pessoa singular que sugeriu também transformar os relatos em capítulos de livro e no futuro tornar o curso autoinstrucional de fluxo contínuo.

Até o dia em que desconfie da possibilidade de a minha filha caçula ser autista, eu nunca busquei nenhuma formação específica para atender alunos com TEA, apesar de já lecionar há mais de dez anos. Foi observando a minha dificuldade para ensiná-la a compreender textos com sentido figurado que me deparei com a necessidade de uma formação específica e comecei a indagar se meus colegas de trabalho também gostariam de receber esse tipo de formação.

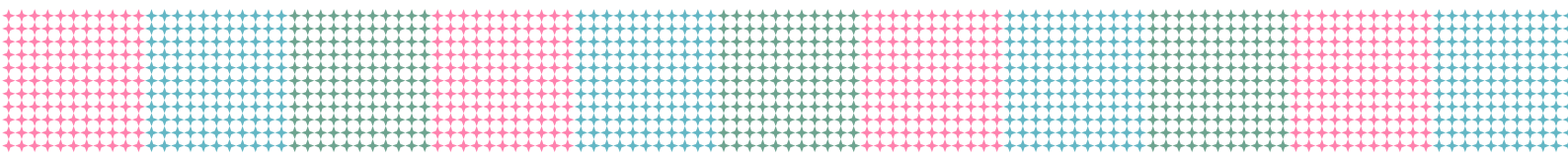
Depois de confirmar parceria com Clínica Maria Dantas e aprovar o Plano Pedagógico do Curso (PPC), nos unimos a profissionais voluntários para trazer conteúdo relevante e tirar dúvidas reais de quem está no chão da escola. Essa parceria reunia neuropediatra, psicólogos, mães atípicas, professores e psicopedagogos. Além de Maria e eu, nossa equipe é formada pela bolsista Vitória.

Após divulgar minimamente o curso, percebi que a demanda é muito maior do que imaginávamos e que além de ser um tema emergente é preciso tomar muito cuidado com conteúdos sensacionalistas que são postados diariamente nas redes sociais, pois os cursistas chegaram até nós com a expectativa de explicar uma série de mitos. Esses conteúdos influenciam as pessoas, com pensamentos capacitistas e discriminatórios. Nosso primeiro alvo foi diferenciar mito de conhecimento científico. Além disso, cada autista é único, sua singularidade e complexidade exigem um olhar perspicaz no fazer docente. O conhecimento é o primeiro passo para gerar o acolhimento, sem criar o vínculo a pessoa com TEA não consegue sentir-se segura para apresentar todo o seu potencial, desse modo, fica mais latente suas limitações, gerando angústias e frustrações.

O livro é dividido em duas partes, a primeira é uma apresentação e relato da execução do curso realizado no período de julho a setembro de 2023 e a segunda parte é a socialização de experiências dos cursistas. Assim como cada autista é único, cada relato é único, apesar de todos eles terem como pano de fundo a experiência com a inclusão. Espera-se que os relatos ora apresentados sejam úteis para o planejamento e avaliação de outras formações com o mesmo objetivo: conhecer para melhor acolher.

Vanessa Desidério

Coordenadora do Projeto e organizadora da Coletânea

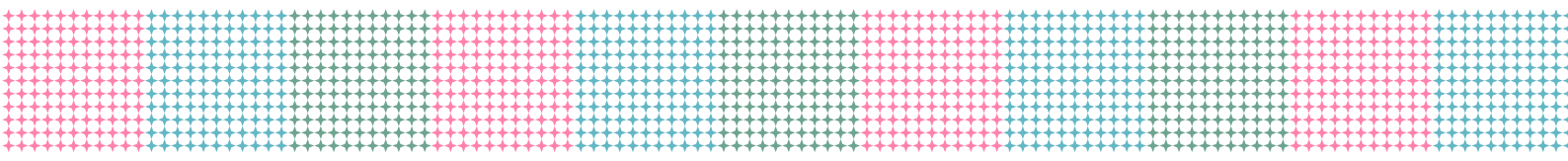


Sumário

PARTE 1 – RELATO DE EXPERIÊNCIA DA GESTÃO DO CURSO	12
CAPÍTULO I - RELATO SOBRE A EXECUÇÃO DO CURSO AUTISMO E INCLUSÃO ESCOLAR	12
PARTE 2 – RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DOS CURSISTAS	33
CAPÍTULO II - REFLEXÕES DO 1º ANO DE ATUAÇÃO NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE	33
CAPÍTULO III - PONDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA NO CONTEXTO DO AUTISMO E INCLUSÃO	46
CAPÍTULO IV - MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS DE INCLUSÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE AS APRENDIZAGENS PROFISSIONAIS PARA ATENDIMENTO DE ESTUDANTES COM TEA	52
CAPÍTULO V - VIAJANDO NO MUNDO DO AUTISMO: VIVÊNCIAS AUTÊNTICAS DA MATERNIDADE ATÍPICA	60
CAPÍTULO VI - UM OLHAR PARA QUEM CUIDA ATRAVÉS DO GRUPO TERAPÊUTICO ACOLHER	66
CAPÍTULO VII - TRAJETÓRIA DE UMA ASSISTENTE EDUCACIONAL INCLUSIVA E A EXPERIÊNCIA COM UMA ALUNA COM TEA NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO COM O CURSO TÉCNICO	72
CAPÍTULO VIII - DESUENDANDO O AUTISMO NA SALA DE AULA: UMA HISTÓRIA DE SUPERAR DESAFIOS E CONQUISTAR CONEXÕES	79
CAPÍTULO IX - RELATOS E APRENDIZAGENS NA IMPLANTAÇÃO DA SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE XEXÉU-PE	84
CAPÍTULO X - AUTISMO, INCLUSÃO E ESCOLA: O PAPEL DO PROFESSOR DE APOIO (CUIDADOR)	88
CAPÍTULO XI - MEMORIAL DE FORMAÇÃO: OLHAR DE UMA LICENCIANDA EM FÍSICA SOBRE O CURSO FIC - AUTISMO E INCLUSÃO	97
CAPÍTULO XII - RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA PROFESSORA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE JOÃO CÂMARA/ RN QUE ACOMPANHA UM ALUNO COM TEA	107
CAPÍTULO XIII - AUTISMO E INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PROJETO RIO AQUATICS	112
CAPÍTULO XIV - RELATOS E EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS NO ESPAÇO ESCOLAR: UM MISTO DE MEDO E INSEGURANÇA TRANSFORMADOS EM SINTONIA E APRENDIZADO	119
CAPÍTULO XV - A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO TÉCNICO: O CASO DO JOÃO	128

**CAPÍTULO XVI - JIU JITSU E AUTISMO: EXPERIÊNCIA NO CENTRO DE TREINAMENTO
AEROBMEDES - PROJETO SEDPEM INCLUSÃO.....137**

**CAPÍTULO XVII - RELATO DE UM PAI ATÍPICO COM FENÓTIPOS AMPLIADOS DE AUTISMO
E PROFESSOR DE ALUNOS COM TEA..... 143**



PARTE 1 – RELATO DE EXPERIÊNCIA DA GESTÃO DO CURSO

Capítulo I

RELATO SOBRE A EXECUÇÃO DO CURSO AUTISMO E INCLUSÃO ESCOLAR

Vanessa Desidério
Maria Dantas de Lima
Vitória Abigail Silva Costa

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a Lei nº 12.764, de 27/12//2012, conhecida como Lei Berenice Piana (Brasil, 2012), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é reconhecido como deficiência para todos os fins legais. O TEA é uma condição com inúmeras combinações de transtornos do neurodesenvolvimento e comorbidades que afetam o aprendizado e o comportamento. Em virtude dessa diversidade, é maior o desafio da formação para aqueles que compõem a rede de apoio, já que além das barreiras físicas, há também as atitudinais. Por essa razão, a formação docente vem se tornando um tema emergente nas pesquisas sobre inclusão nas instituições educacionais, visto que depende em grande medida da empatia e do comprometimento do profissional.

Aproximadamente dois milhões de brasileiros nascem com TEA, significa 1% a 2% da população mundial (Correio Braziliense, 2022). Não temos dados de prevalência do autismo, como fazem outros países, pois O IBGE não trazia a pergunta sobre TEA no questionário de coleta de dados; somente passou a incluir as especificidades inerentes ao TEA nos censos demográficos no censo de 2022, graças à Lei nº 13.861, de 18/07/2019 que alterou a Lei nº 7.853, de 24/10//1989 (BRASIL, 2019).

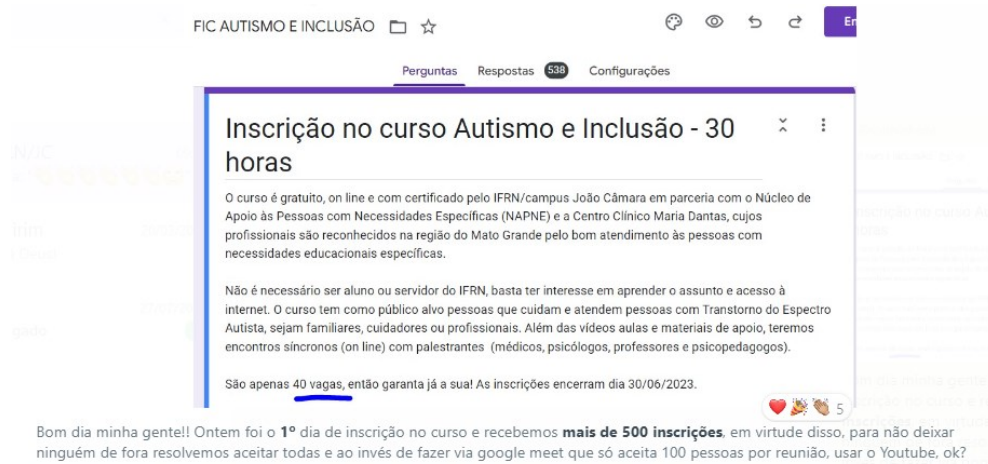
Existem documentos que orientam os sistemas de ensino quanto à inclusão de discentes com TEA e incentiva a formação de profissionais da educação e pais dos discentes com TEA, tais como a Nota Técnica 24/2013 (Brasil, 2013). Também alertamos que, por questões fiscalizatórias, as instituições passaram a adaptar seus espaços físicos, sem preparar colaboradores para atender o público-alvo da inclusão. Sem essa formação a inclusão é prejudicada, de forma geral são as escolas públicas que mais investem em formação.

Foi pensando nisso que decidimos ofertar um curso básico, mas quando lançamos o curso Autismo e Inclusão Escolar, em junho de 2023, um curso de Formação Inicial e Continuada (FIC), com carga horária de 30 horas e gratuito, pensávamos que apenas os docentes do nosso campus se interessariam, mas, para nossa surpresa cativou pais, responsáveis, profissionais diversos e cuidadores de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essa ação foi realizada em parceria com o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do campus João Câmara do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e a Clínica Maria Dantas, que realiza Atendimento Educacional Especializado na cidade de João Câmara-RN.

Antes de lançar o curso, foi necessário aprovar o Plano Pedagógico do Curso (PPC) em reunião de colegiado. No campus João Câmara, há apenas 58 docentes, dos quais 4 possuem alguma formação na área de Educação Especial, desse modo, o curso foi planejado para uma turma de 40 pessoas. O convite foi enviado dia 15/06/2023 por e-mail institucional e no grupo de Whatsapp dos docentes do campus João Câmara por meio de um card com Qrcode (figura 1) para facilitar a inscrição.

Figura 1 – Dados de Divulgação do Curso, da notícia no site do campus, avisando que o número de vagas foi ampliado, destaque para a comunicação acessível e da conversa no grupo do whatsapp com os cursistas.





Fonte: Elaboração Própria, 2023

Ao final do dia, o formulário eletrônico de inscrição recebeu mais de 500 (quinhentas) respostas, então resolvemos ampliar o número de inscritos e informamos isso no site do campus (IFRN,2023). Dez dias depois o formulário de inscrição tinha 2440 (dois mil e quarenta) respostas. Foi preciso fechar o formulário antes do prazo previsto e repensar a dinâmica do curso, visto que ficou claro que há uma grande demanda.

Começamos a receber mensagens de diretores de escolas pedindo pra reabrir as inscrições ou formar novas turmas e ainda hoje essas mensagens não param de chegar. Três ligações são memoráveis: a do diretor de uma escola em Parnamirim/RN, pois disse que tem cerca de cem professores e apenas quatro conseguiram se inscrever no curso, uma diretora da cidade de Caicó/RN disse que muitos professores não estavam conseguindo acesso ao grupo e como ela conseguiu iria repassar os materiais para os demais professores e a mensagem de um diretor de uma escola em São Gonçalo do Amarante/RN, pois disse que apenas um professor conseguiu se inscrever, no entanto ele tem mais de cinquenta que necessitam da formação.

Quando começamos o curso, percebemos que pessoas de outros estados também estavam inscritos, isso foi um pouco assustador, tamanha repercussão. Decidimos então mudar de plataforma, no lugar do google meet (que atende *on-line* no máximo cem pessoas) migramos para o youtube que aceita mais de 1000 (mil) e interage por meio de *chat* de comentários. Contudo, como não imaginávamos que haveria tão grande número de pessoas interessadas, o formulário estava programado para ao final do preenchimento direcionar para o *link* do grupo de Whatsapp de forma automática e como tinha um limite de pessoas, avisava automaticamente que o grupo estava lotado e não permitia contato com os administradores do grupo. Como essa ferramenta de comunicação recebe no máximo mil pessoas e recebemos dois mil e quarenta inscrições, muita gente não conseguiu entrar no grupo e deixou de receber o acesso aos materiais do curso por essa plataforma de comunicação. Para mitigar esse problema, passamos

a enviar os avisos para os emails cadastrados no formulário de inscrição, mas os emails também são limitados em relação ao número de pessoas e era preciso mandar no máximo para 1300 pessoas por dia para sanar essa lacuna. Se soubéssemos que tínhamos essa quantidade de pessoas, teríamos direcionado o link para o grupo no Telegram que aceita mais de mil pessoas.

Outra mudança necessária foi em relação a disponibilização do material, inicialmente tínhamos planejado disponibilizar tudo no google sala de aula, ferramenta disponibilizada pelo IFRN. Contudo, ela só permite 250 pessoas por sala, seria necessário criar várias salas e administrar todas igualmente parecia inviável, desse modo, resolvemos compartilhar os materiais via link do google drive. Acreditamos que as soluções e adequações não agradaram a todos, mas com certeza foi o melhor que conseguimos fazer, com muito carinho e empatia por cada pessoa que se comprometeu a iniciar e terminar o curso, apesar da pouquíssima divulgação da nossa parte.

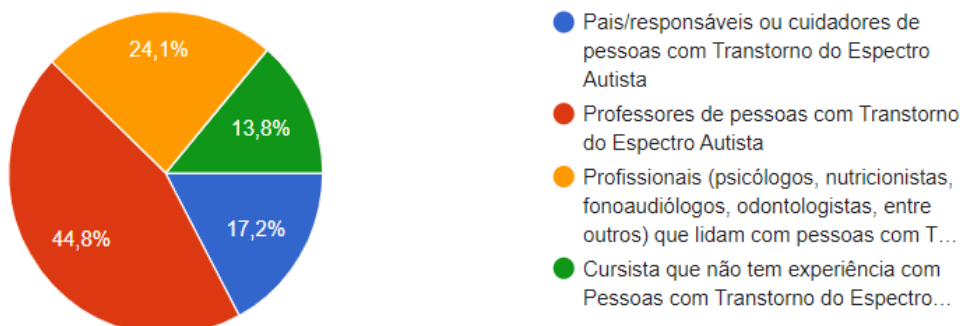
O curso foi organizado em quatro módulos, cada módulo era oferecido com o apoio de uma apostila em pdf, um exercício de fixação de aprendizagem disponível ao final do módulo, uma vídeo aula com exposição do conteúdo e uma palestra relacionada ao tema do módulo para tirar dúvidas com especialistas. Para as palestras, convidamos profissionais que atuam nas temáticas abordadas e ao final de cada módulo, os cursistas eram incentivados a preencher a lista de presença da palestra e o exercício de fixação de aprendizagem para ter acesso ao certificado.

Também chegamos a solicitar a diagramação do material (conteúdo dos módulos), mas infelizmente não foi feito a tempo e para não prejudicar os alunos, resolvemos entregar em formato de pdf. A coordenação do projeto ficou responsável pelos módulos ímpares (1 e 3), a coordenação da Clínica Maria Dantas (parceira do projeto), ficou responsável pelos módulos pares (2 e 4).

Ao final do curso, convidamos os cursistas a socializar suas experiências acadêmica e profissional após a conclusão do curso, transformando suas memórias e relatos em capítulos para este livro. Explicamos para eles que o memorial de formação e os relatos são textos autobiográficos que deveriam ser escritos de forma crítica e reflexiva sobre sua formação acadêmica e sobre sua prática profissional, explicitando o papel que as pessoas, fatos e acontecimentos mencionados exerceram sobre si, conforme orienta Passeggi, 2010. Para os interessados em fazer o relato, enviamos no grupo uma orientação textual, oral e visual (vídeo). Como não era uma atividade obrigatória, recebemos 32 relatos, dos quais escolhemos 16 para o primeiro volume desta obra e acreditamos que com a análise das questões abertas (subjetivas) e os demais relatos seja possível publicar o segundo volume posteriormente. O

perfil ds cursistas que enviaram seus relatos foram agrupados por categorias, conforme figura 2. A maioria dos relatos, disponíveis na segunda parte dessa obra, foi redigida por docentes que atendem pessoas com TEA.

Figura 2 – Representatividade dos relatos de acordo com o perfil dos cursistas



Fonte: Elaboração Própria, 2023

Grollmus e Tarrés (2015) explicam que uma narrativa de experiência deve ser reconhecida pelo seu contexto metodológico que implica na construção narrativa da realidade pelo sujeito e que essa narrativa tem potencial de transformação social por impulsionar a reflexão.

Nesse sentido, o gênero textual deste capítulo também é um memorial de formação da equipe organizadora do evento, pois acreditamos que aprendemos mais do que ensinamos no curso e que o relato de experiências sobre a execução do curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) Autismo e Inclusão Escolar pode colaborar com o fazer de outros docentes.

No curso, ensinamos que o termo “transtorno” remete a “perturbação ou incômodo”, já “espectro” remete a “variação”, ou seja, cada pessoa com TEA pode ser afetada de forma diferente de outro com o mesmo transtorno, por causa disso uns conseguem olhar nos olhos, tem sensibilidade auditiva, andam na ponta dos pés, outros não. São muitas as características e não é preciso ter todas para ser diagnosticado com TEA. Desde que o autismo começou a ser estudado, as características vêm sendo estudadas e agrupadas por categoria para ajudar na avaliação diagnóstica, no entanto, as mais comuns e condicionantes para que seja autismo, são: déficits percebidos na comunicação social e no comportamento repetitivo ou com interesse restrito, gerando prejuízos persistentes para o indivíduo na vida acadêmica e profissional.

Sempre citamos Santos, Oliveira e Ferreira (2020), pois eles explicam que o universo TEA é complexo, mas acolher e planejar uma ação adaptativa para a pessoa com TEA requer criar meios para que ela seja tratada como cidadã, que tem singularidades e complexidades que merecem ser respeitadas. Nos casos de estudantes com TEA, o mais importante a fazer é conhecer bem as características do espectro presentes no estudante, tentar a maior

aproximação possível entre família e escola e receber esse indivíduo, preparando o ambiente para a verdadeira prática da educação inclusiva, pois na adolescência podem desenvolver ansiedade e depressão.

Ferreira e Chamel (2022) também explicam que embora os prejuízos possam durar a vida toda, é na adolescência que se tornam mais complexos em virtude de novas experiências com o corpo, sexualidade e construção da identidade atrelada à representação de si mesmo. A maioria desses conflitos se manifesta ou pode ser observada no ambiente escolar, e por muitas vezes, se torna um dos maiores desafios da comunidade escolar e de seus docentes no encontro de formas assertivas para resolvê-los. Também ensinamos para nossos cursistas que há muitas legislações orientadoras da inclusão de pessoas com TEA e que as principais são a lei Berenice Piana, nº 12.764/2012 (Brasil, 2012) que reconhece o TEA como deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão em 2015 (Brasil, 2015), ambas tiveram forte influência de marcos internacionais como a Declaração de Salamanca e Guatemala que protegem a pessoa com deficiência.

Por fim, destacamos Santos, Oliveira e Ferreira (2020), pois defendem que uma vez que esses documentos causam efeitos nas políticas das instituições escolares e nas práticas pedagógicas, entende-se que tão somente inserir o discente com necessidades educacionais especiais em classes comuns, não garante uma prática inclusiva de ensino, assim é importante avaliar a qualidade do atendimento prestado e as características das relações que ocorre no interior da escola e em seu entorno. Percebemos nos relatos que recebidos que os cursistas aprenderam essas lições.

2. RESULTADOS DO CURSO FIC AUTISMO E INCLUSÃO ESCOLAR

O curso foi autorizado pela Portaria nº 131/2023 DG/JC/RE/IFRN, do Campus João Câmara, dia 13/06/2023. Como o curso foi ofertado na modalidade on line, bastava ao cursista ter acesso à internet para baixar os materiais assíncronos e para ter direito ao certificado precisava participar de pelo menos 70% dos encontros síncronos que foram agendados e informados previamente no cronograma do curso que estava disponível no formulário de inscrição.

O curso teve como objetivo contribuir com a disseminação do conhecimento sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), reduzindo a discriminação, preconceito e capacitismo nas escolas através de escolhas inclusivas. Este objetivo foi apresentado aos cursistas no Plano Pedagógico do Curso. A estrutura curricular do curso era formada pelos módulos: 1) Conceito, características e causas do Autismo; 2) O papel do Professor na Inclusão do Autista; 3) Serviço de Atendimento Educacional Específico e Sala de Recursos Multifuncional adaptada à

que a literatura aponta para uma prevalência de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) do sexo masculino. Segundo Freire e Cardoso (2022) o TEA é mais facilmente identificado em meninos, em alguns países há evidências de 3 ou 4 meninos para cada menina diagnosticada. Isso sem contar que nos primórdios dos estudos sobre autismo, acreditava-se que somente meninos tinham autismo, isso porque nas meninas o transtorno se apresenta de forma diferente e que em virtude de fatores culturais e sociais as meninas costumam “camuflar” os sinais e somente casos mais sérios de TEA nível 3 (com maiores prejuízos sociais e acadêmicos) são evidentes.

Como resultado, a figura 4, com as 100 palavras mais citadas nas respostas, expressa o nome João como sendo um dos nomes mais citados (apesar de a pergunta não pedir nome). Muitas pessoas preferiram falar da idade escolar, a mais citada foi o sexto ano do ensino fundamental (fase da adolescência) e a maioria dos inscritos lida diretamente com crianças e jovens autistas.

Figura 4 – Resposta sobre a idade e sexo da pessoa que sofre com TEA e está de algum modo ligado ao inscrito no curso.



Fonte: Elaboração Própria, usando a ferramenta Pro Word Cloud, 2023

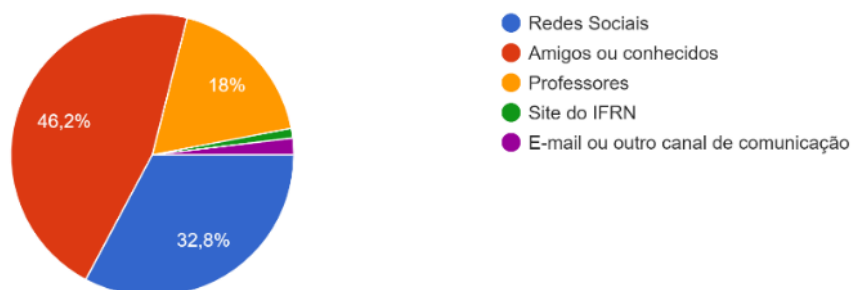
A nuvem de palavras é uma ferramenta gráfica para apresentar a prevalência de determinadas palavras que aparecem em textos/publicações. Quanto mais uma palavra é utilizada, maior ela aparecerá no gráfico, no entanto, essa técnica não é muito precisa e não mostram números absolutos, desse modo, seria interessante usar o gráfico de barras para ter uma outra percepção sobre essa questão, mas infelizmente não houve tempo hábil para fazer essa verificação, quando concluirmos essa análise minuciosa poderá ser publicado junto com outros dados que estão sendo tabulados.

Quando perguntamos como os inscritos ficaram sabendo do curso, mais de 70% dos inscritos sinalizaram que foi por meio de amigos e conhecidos ou redes sociais, apesar de

termos usado o email institucional para divulgar o curso, esse não foi o meio de comunicação que mais alcançou inscritos (gráfico 1).

Gráfico 1 – Meios pelos quais os inscritos souberam do curso

Como ficou sabendo do curso?
2.440 respostas



Fonte: Própria, dados do Formulário de Inscrição, 2023

Em seguida, perguntamos se a pessoa inscrita é próxima ou trabalha com alguém que tem autismo, a pergunta teve como objetivo inferir se a busca por formação foi decorrente da necessidade ou oportunidade. O gráfico 2 indica que a maioria é docente e quase 1000 inscritos são pais, responsáveis ou cuidadores de pessoas com autismo, apenas cerca de 500 pessoas não conhecem ou convivem com pessoas com autismo e apesar disso, tiveram interesse pelo curso.

Gráfico 2 – Aproximação dos inscritos com pessoas autistas



Fonte: Própria, dados do formulário de inscrição

Quando fizemos esta pergunta, não levamos em consideração outros profissionais que se inscreveram e que não se enquadram como docentes ou pais/responsáveis, mas observou-se em outra pergunta (que ainda está sendo tabulada) que muitos profissionais da área saúde se inscreveram.

2.1. – Módulo 1: Conceito, características e causas do Autismo

Antes de começar o módulo, realizamos uma aula inaugural dia 04/07/2023, cujo propósito foi orientar os cursistas sobre a metodologia do curso e acesso aos materiais. A aula inaugural recebeu como convidada especial, Elana Filgueira, mãe dedicada, que em virtude da não verbalização do filho autista resolveu fazer várias formações para dar suporte ao filho em sala de aula, uma verdadeira inspiração para pais e educadores. Cada módulo teve a duração de quinze dias e ao final do módulo 1 que tratava dos conceitos, características e causas do autismo, oferecemos uma palestra para sanar as dúvidas não tiradas no grupo, nos comentários da vídeo-aula ou através do material em pdf. Para a primeira palestra convidamos o neuropediatra Dr. Jefferson Borges e a psicóloga Eulanny Barbosa. Os cursistas fizeram muitas perguntas e em função do tempo, não foi possível responder todas, desse modo, repassamos as dúvidas para os nossos palestrantes e depois eles nos enviaram as respostas que foram publicadas no grupo do *Whatsapp*. A figura 5, relembra as publicações. No módulo 1, trouxemos conceitos, marcos legais e características mais comuns no autismo, deixamos claro a diversidade e complexidade do tema e que as causas podem variar, mas independente disso, sempre é possível prever e manejar crises com muito cuidado e respeito à pessoa com TEA.

Figura 5 – Divulgação da Aula Inaugural e Palestra do módulo 1

CURSO FIC SOBRE AUTISMO E INCLUSÃO
AULA INAUGURAL
DIA
04/07/2023 -
19:00 H
Mãe, Pedagoga,
Implementadora
ABA e Mediadora
Escolar
CANAL YOUTUBE
@CLINICAMARIA
DANTAS
ELANA FILGUEIRA

CURSO FIC SOBRE AUTISMO E INCLUSÃO
PALESTRA DIA 18/07
19:30 ÀS 20:30 H
DR. JEFFERSON BORGES -
NEUROPEDIATRA
PSICÓLOGA
EULANNY BARBOSA

Fonte – Elaboração Própria, 2023

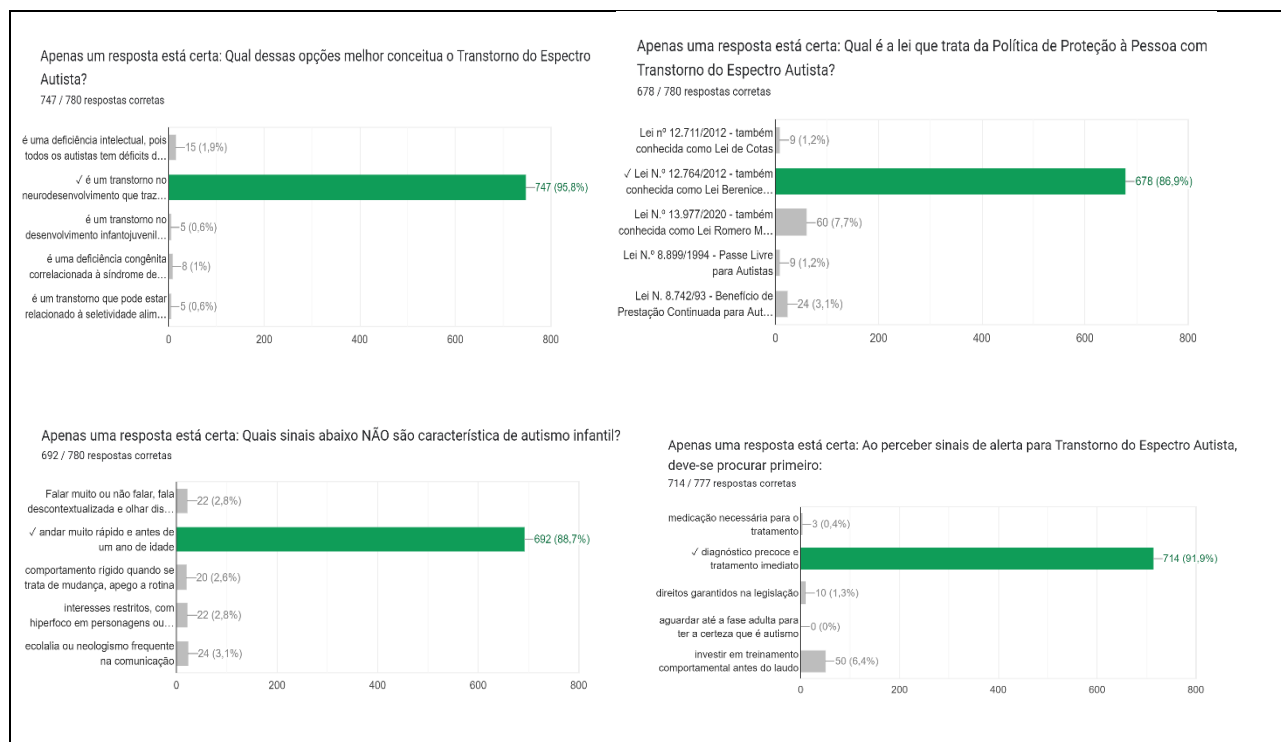
Na aula inaugural usamos o canal de comunicação da Clínica Maria Dantas, pois o comunicador do campus estava afastado para licença capacitação e nenhum outro servidor possuía a senha do canal institucional, posteriormente, conseguimos realizar esse serviço de mídia direto pelo campus Zona Leste do IFRN, um caminho institucional necessário que nos deu suporte para as demais divulgações e gravações de aulas.

Como esse curso é piloto, desde o primeiro módulo, nos preocupamos em saber dos nossos cursistas o que poderia ser feito para melhorar a formação oferecida. Desse modo, a cada exercício de aprendizagem, além das questões relativas ao conteúdo do módulo, fazíamos perguntas relacionadas à experiência no curso.

Apesar de haver frequência massiva nas palestras, nem sempre os cursistas participaram dos exercícios de fixação, por exemplo, enquanto cerca de 1200 pessoas participaram *online* da palestra do módulo 1, apenas 780 pessoas responderam o exercício de fixação do aprendizado.

Além disso, observamos que nas questões que possuíam mais de uma resposta correta, muitas pessoas não leram o enunciado com cuidado e acabaram marcando apenas uma das respostas certas, nesse sentido, mudamos a abordagem no segundo módulo e deixamos apenas uma resposta certa para cada pergunta objetiva, conforme quadro 1.

Quadro 1 – Resultado do rendimento dos cursistas nas questões com apenas uma resposta certa



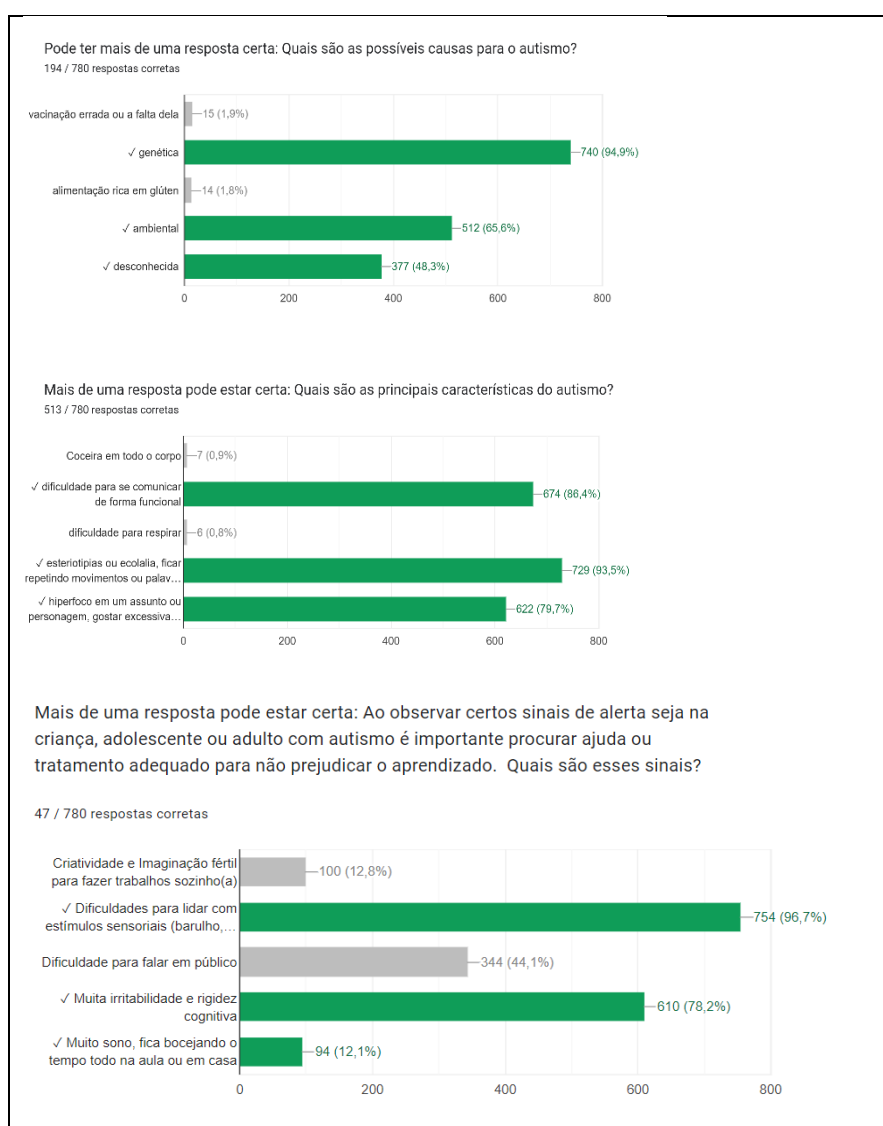
Fonte – Elaboração Própria, com base nas respostas ao exercício do módulo 1, 2023

É fato que a maioria, acertou todas as questões que possuíam apenas uma resposta certa, cerca de 96% dos respondentes acertaram o conceito do Transtorno do Espectro Autista (TEA), cerca de 87% perceberam que a Lei Berenice Piana, Lei n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012) é o marco legislativo para proteção das pessoas com TEA. Cerca de 89% dos respondentes, entenderam qual característica não é sinal de alerta para autismo infantil, essa questão é importante, pois no caso de TEA quanto mais cedo o diagnóstico melhor o resultado

do tratamento, em virtude disso, mais de 90% dos respondentes acertaram a resposta sobre o que fazer quando perceber os sinais certos de alerta.

Apesar do prazo para resposta ao exercício ser posterior ao dia da palestra, muitos respondiam bem antes e percebendo que haviam errado a resposta pediam para tirar dúvidas, além de responder no grupo, pedimos aos palestrantes para responder também, por perceber que a “voz” do profissional é melhor acolhida. Em relação às questões com mais de uma resposta certa (quadro 2), observamos que houve mais dúvidas em relação às respostas corretas, inclusive aproveitamos essas dúvidas para tirar no dia da palestra 1, as pessoas ficaram satisfeitas após o esclarecimento dos palestrantes.

Quadro 2 – Resultado do rendimento dos cursistas nas questões com mais de uma resposta certa



Fonte: Elaboração com própria, 2023

Quando perguntamos no módulo 1, como estava sendo a experiência com o curso, pedimos que os cursistas apresentassem pontos positivos e negativos, como resposta (figura 6). A maioria, disse que não tem pontos negativos ou nada a melhorar, que o material e o

conhecimento compartilhado está sendo muito útil para a formação acadêmica e profissional. Apesar disso, esse foi o momento de maior dificuldade para a equipe, pois estávamos lidando com muitos problemas técnicos devido às adaptações feitas para atender todo o público inscrito.

Figura 6 – Nuvem de Palavras com as respostas sobre a percepção do curso



Fonte: Elaboração Própria, 2023

2.2. – Módulo 2: O papel do Professor na Inclusão do Autista

A educação inclusiva não é realizada apenas nos espaços formais de aprendizagem, todos os espaços não escolares servem de base para a inclusão escolar, inclusive no espaço de estágio, emprego apoiado, trabalho de campo ou olimpíadas escolares. Assim, para o segundo módulo, que teve como propósito apresentar o docente como peça chave nesse processo de inclusão, oferecemos além do material em pdf, exercício e vídeo aula, a palestra com o prof. Agamenon Mendes (convite na figura 7), que é graduando em Educação Física e tem relevante serviço de inclusão na região do Mato Grande através da prática desportiva de jiu-jitsu. A palestra foi emocionante e muito oportuna, pois participavam do curso, além dos docentes, outros profissionais como fonoaudiólogos, dentistas, nutricionistas e psicólogos que perceberam a importância dessa formação para si e para o outro.

Figura 7 – Publicação da 2ª Palestra do curso e da interação com o público no youtube



Fonte: Elaboração Própria, 2023

No módulo 2, recebemos 589 respostas ao exercício de fixação que possuía quatro perguntas objetivas com única opção de respostas. A quinta questão era um estudo de caso. Como as questões discursivas exigem maior análise resolvemos deixar a publicação delas para o segundo volume desta obra, junto com os demais relatos enviados que não foram condensados neste volume. A figura 8, apresenta a questão 5, apenas para compreensão do teor da referida questão.

Figura 8 – Questão discursiva, tipo estudo de caso, referente ao módulo 2

Questão 5- Nesta questão, iremos apresentar o resumo da história de uma aluna com TEA, e diante do material do curso (módulo 2 e se precisar verifiquem o módulo 1). Leia com atenção o caso e responda a pergunta que segue.

ESTUDO DE CASO:

A C.N.S tem 5 anos, seus pais entregaram o o laudo indicando que ela sofre com TEA, você percebe que ela tem dificuldades em socializar com os colegas e apresenta comprometimento na sua comunicação devido aos padrões de interesses restritos. Seu hiperfoco é desenho e pintura de animais. Mudou de cidade e está chegando na escola de rede pública, sendo matriculada na turma de educação infantil. Você é auxiliar da professora A.F.S (pedagoga há 10 anos) e a turma é formada por 14 alunos.

APÓS LER O CASO ACIMA, RESPONDA:

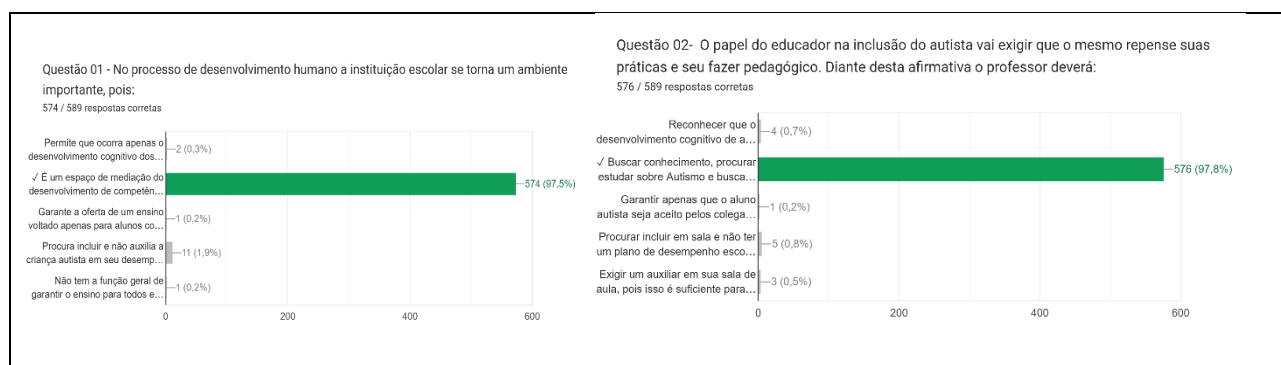
Quais são procedimentos **PRINCIPAIS** que a professora deve realizar para promover de fato a inclusão da referida aluna?

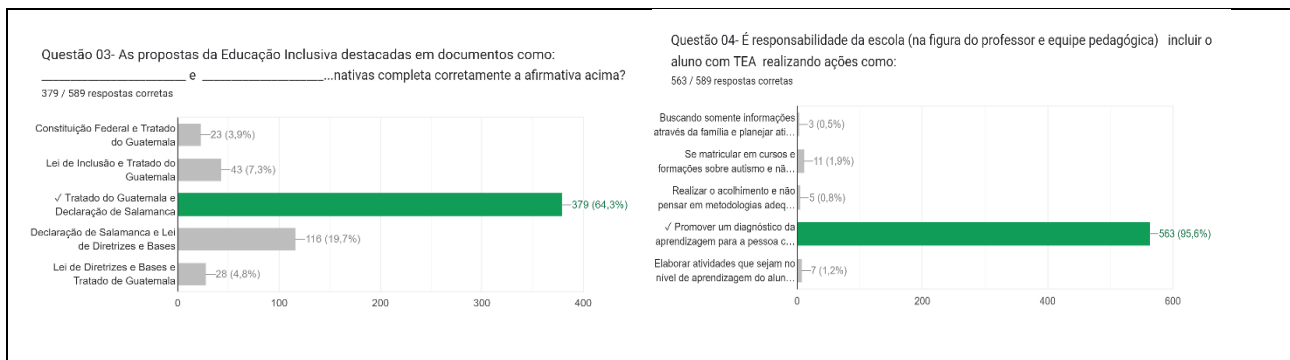
589 respostas

Fonte: Elaboração Própria, 2023

De forma geral, pode-se dizer que houve bom aproveitamento do curso, pois a maioria respondeu corretamente todas as questões (quadro 3).

Quadro 3 – Resultado da avaliação do módulo 2





Fonte: Elaboração Própria, 2023

Nas questões 1, 2 e 4, mais de 90% dos cursistas acertaram a questão, no entanto a questão 3 apresentava duas lacunas para preencher com única opção de resposta. Observamos que mais uma vez os cursistas tiveram dificuldades para acertar esse modelo de questão, pois nesse caso, apenas mais de 60% acertou a questão.

2.3. – Módulo 3: Serviço de Atendimento Educacional Específico e Sala de Recursos Multifuncional adaptada à necessidade do Autista

Para apoiar a inclusão, toda escola precisa implantar o Serviço de Atendimento Educacional Específico, no entanto, além do espaço físico, que é a Sala de Recursos Multifuncionais adaptada à necessidade dos alunos atendidos, também é necessário um profissional com formação para atender os alunos com Necessidades Educacionais Específicas de Aprendizagem, esse profissional geralmente é um pedagogo ou licenciado com formação para realizar o Atendimento Educacional Específico (AEE) que funciona no contraturno do horário de aula regular do aluno. Para ministrar a palestra do módulo 3, convidamos a prof. Edneide Leandro, que já tem experiência com a área e atua na Região do Mato Grande, conforme figura 9.

Figura 9 – Divulgação e evidência da Palestra relativa ao 3º módulo do curso

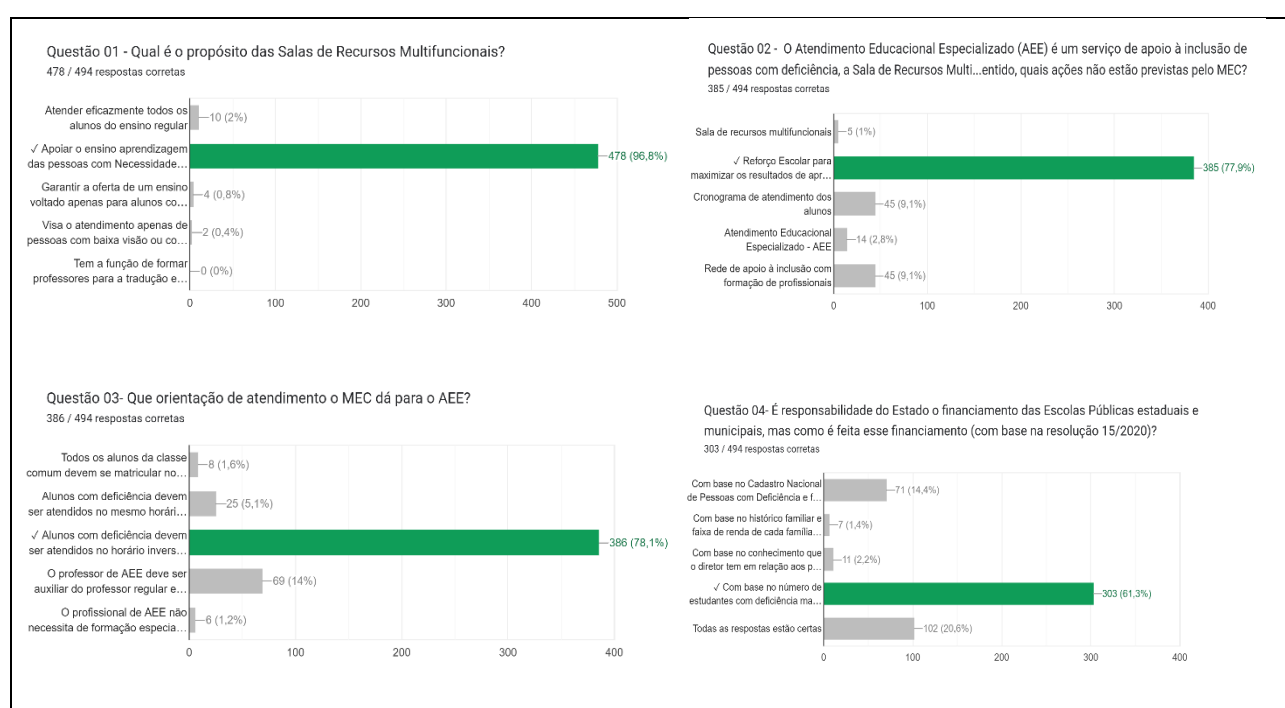


Fonte: Elaboração Própria, 2023

Ao final da palestra, a professora Edneide deixou uma frase impactante: “...lembrem-se que a inclusão deve começar na mudança de pensamento, associada ao sentimento e valorizando a nossa ação”. Foi um momento memorável com muita partilha de prática docente.

No módulo 3, recebemos 494 respostas dos cursistas, das quais a maioria acertou, contudo quando a questão apresentava a palavra “NÃO” em negrito ou quando exigia recorrer a documentos normativos o percentual de acertos reduzia nas questões objetivas. O exercício de fixação apresentava quatro questões objetivas e uma subjetiva, assim como fizemos nos demais módulos (quadro 3).

Quadro 3 – Respostas dos cursistas ao exercício de fixação de aprendizagem do módulo 3



Fonte: Elaboração Própria, 2023

O objetivo das questões de fixação de aprendizagem do módulo 3 era reforçar a importância do Serviço de Atendimento Educacional Especializado através da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) e do profissional de Atendimento Educacional Especializado (AEE) como parte do processo inclusivo, não apenas para a pessoa com TEA, mas para todos os alunos que necessitam deste serviço. No caso de alunos com TEA a SRM é essencial nos momentos de crises ou pré-crisis.

2.4. – Módulo 4: Plano Educacional Individualizado para o aluno com Transtorno do Espectro Autista

Segundo a nossa palestrante, Maria Dantas, o objetivo do Plano Educacional Individualizado (PEI) é garantir a acessibilidade do aluno a educação, para que ela se torne inclusiva, é preciso criar esse plano que será usado na escola. Convidamos a prof. Maria Dantas (figura 10), tendo em vista sua larga experiência no Planejamento e Execução do PEI no IFRN campus João Câmara, onde foi membro do NAPNE durante vários anos. Ela é psicopedagoga e está concluindo a graduação em Psicologia, essa formação tem proporcionado um olhar diferenciado no atendimento de alunos com TEA.

Figura 10 – Divulgação e evidência da Palestra relativa ao 4º módulo do curso

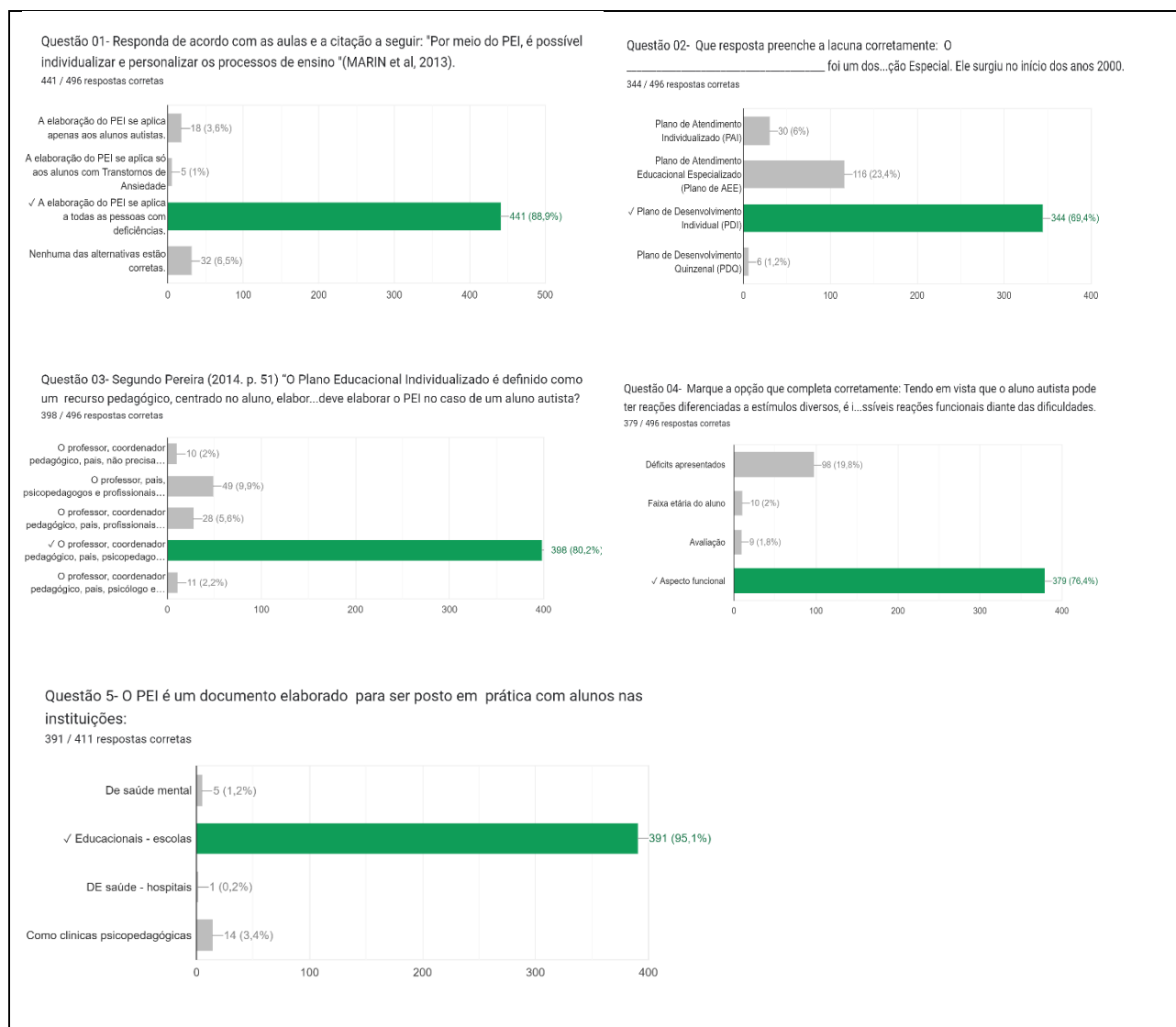


Fonte: Elaboração e Acervo Próprio, 2023

No material do módulo 4, ela explica o que é o PEI, como ele deve ser construído e quais são os princípios que regem esse planejamento que deve ser construído de forma coletiva e monitorado constantemente para que seja reavaliado conforme a necessidade do discente e sua evolução.

O último módulo, representado pelo quadro 4, teve como objetivo apresentar o Plano de Ensino Individualizado (PEI) como instrumento estratégico norteador do plano de inclusão do aluno na escola. Em relação ao exercício de fixação, recebemos 496 respostas. Neste último módulo, resolvemos fazer cinco perguntas fechadas. A maioria dos cursistas acertou todas, mas quando comparado com o primeiro módulo, percebemos que houve mais dificuldade de compreender os conceitos apresentados e muitos pediam modelos prontos de PEI para aplicar na escola.

Quadro 4 – Respostas dos cursistas em relação ao exercício de fixação do módulo 4



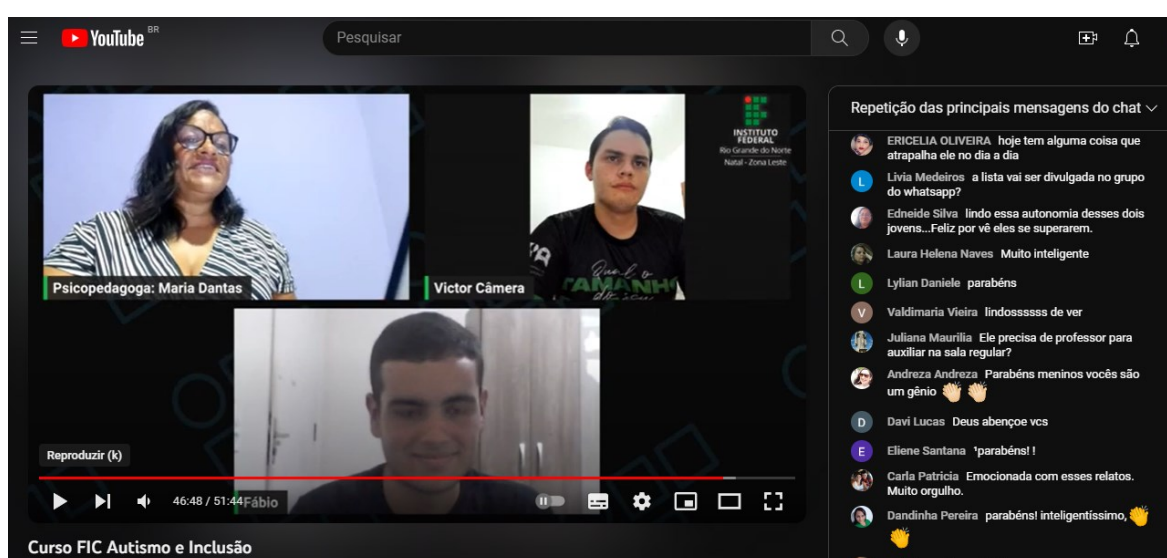
Fonte: Elaboração Própria, 2023

Observou-se ao longo dos módulos que apesar do interesse e motivação dos participantes, havia também muita inquietude em relação aos prazos, apesar dos avisos semanais de que as palestras eram quinzenais, a maioria dos inscritos perguntava com frequência quando seria a próxima palestra, sem considerar o cronograma pré-estabelecido. Além disso, apesar dos materiais estarem todos disponíveis no mesmo lugar, sempre havia questões repetidas em torno desse assunto, acreditamos que o fluxo de trabalho associado a outras inquietações prejudicaram a atenção aos prazos, mesmo com prorrogações contínuas para a execução dos exercícios de fixação, refletindo na desatenção às perguntas e respostas. Apesar disso, acreditamos que o curso atendeu o objetivo, recebemos muitos comentários positivos relatando que a formação possibilitou a reflexão sobre o fazer docente e buscar estratégias melhores para acolher os alunos.

Dos 2440 inscritos inicialmente, após os problemas técnicos que só permitiam o acesso de cerca de 1000 (mil) pessoas no grupo do *Whatsapp*, alguns mesmo sem acesso ao grupo, respondiam os email enviados separadamente e ao final do curso, 1.122 (mil, cento e vinte e duas) pessoas concluíram o curso, sendo que destas, 846 (oitocentos e quarenta e seis) cursistas receberam o certificado, ou seja, 75% e apenas 276 (duzentos e setenta e seis) cursistas (cerca de 33%) não conseguiram participar de 70% das palestras e das atividades de exercícios de fixação de aprendizagem (condições para receber o certificado).

Após as palestras, realizamos um encontro de encerramento, apenas para compartilhar o relato de dois jovens autistas, alunos do campus João Câmara (figura 10).

Figura 10 – Encontro de encerramento do curso com relato de dois jovens autistas



Fonte: Acervo Próprio, 2023.

Esse momento foi muito emocionante, a interação dos dois jovens com o público foi muito positiva. Em função da necessidade de dar previsibilidade, criamos um roteiro de perguntas e entregamos antecipadamente para nossos convidados, também realizamos um momento pré-evento para tirar dúvidas com eles e deixamos eles à vontade para usar ou não a câmera. Os alunos convidados estavam bem tranquilos, falaram do momento do diagnóstico (um com 9 anos e o outro de forma tardia, ao quarto ano do curso técnico, com o apoio do NAPNE); falaram das suas limitações e potencialidades com muita serenidade e enfatizaram a importância do tratamento. Falaram das suas experiências acadêmicas, profissionais e sociais fora dos muros do IFRN. A mãe de um dos alunos, que também é cursista, ficou muito emocionada, enviou um áudio agradecendo pela oportunidade de ver o filho se expressar com tamanha desenvoltura durante a finalização do curso. Para todos nós, esse momento foi um respirar de esperança, pois para pais atípicos, ver seus filhos evoluírem no tratamento é um

momento muito desejado, assim como para professores que se esmeram em cooperar com esse tratamento e inclusão diária no ambiente escolar.

Além dos materiais que enviamos para os cursistas, de vez em quando de forma privada um cursista enviava um material de apoio, um vídeo instrucional ou uma divulgação de evento relacionado à temática do curso, esses materiais foram parar em uma pasta denominada “Material de apoio para ficar fera”, a pasta virou uma biblioteca construída coletivamente recheada de livros, materiais técnicos, legislação e outros que servem para aprofundar o conhecimento do curso.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de planejar, reformular e adaptar o curso FIC Autismo e Inclusão Escolar foi muito rica para todos nós, cada professor, parceiro e cursista sentiu na pele a dedicação e o cuidado que esse tema requer, há ainda muitos desafios que a formação não pode suprir, há ainda muitos relatos de pais, professores e profissionais que estão buscando melhores alternativas para acolher nos espaços diversos a pessoa com TEA.

As adaptações metodológicas nos fizeram perceber que é possível criar um curso autoinstrucional como o que oferecemos para servir de compreensão básica do tema nas futuras edições do curso, entretanto precisamos encontrar uma forma de manter a interação e a partilha de saberes e fazeres, que é um dos pontos altos do curso, tal como o que realizamos.

Ao final do curso, percebemos que seria interessante deixar os módulos com mais tempo, usamos uma janela temporal de quinze dias entre um módulo e outro, talvez um mês para cada módulo ajudasse os participantes a realizar os exercícios com melhor organização.

Entretanto, esperamos que o leitor possa se beneficiar com a partilha dos nossos erros e acertos e que a partilha dos relatos (parte 2 desta obra) possa aproximar mentes e corações que desejam conhecer para melhor acolher.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF: 28 dez. 2012.

BRASIL. **Orientação aos sistemas de ensino sobre a implementação da Lei n. 12.764/2012**. Nota técnica 24/2013/MEC/SECADI/DPEE, de 21/03/2013.

BRASIL. **Estatuto da pessoa com deficiência**. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência [recurso eletrônico]: Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei brasileira

de inclusão da pessoa com deficiência / Câmara dos Deputados. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação; n. 200).

BRASIL. Congresso Nacional. **Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista nos censos demográficos.** LEI Nº 13.861, DE 18 DE JULHO DE 2019.

CORREIO BRAZILIENSE. **Cerca de 2 milhões de pessoas vivem com o autismo no Brasil.** Disponível em <<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/04/4997766-cerca-de-2-milhoes-de-pessoas-vivem-com-o-autismo-no-brasil.html>>. Acesso em 12/07/2022.

Freire MG, Cardoso HSP. **Diagnóstico do autismo em meninas:** Revisão sistemática. Rev. Psicopedagogia 2022; p.435-444.

FERREIRA, V. da S; CHAMEL, E.N. **Práticas Educacionais inclusivas para estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo na Educação Profissional.** Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 707 - 718, 2022. DOI: 10.36732/riep.vi.197.

FREIRE, Milson Gomes; CARDOSO, Heloísa dos Santos Peres. **Diagnóstico do autismo em meninas:** Revisão sistemática. Rev. psicopedag., São Paulo, v. 39, n. 120, p. 435-444, dez. 2022.

GROLLMUS, N. S.; TARRÉS, J. P. **Histórias sobre Metodologia:** Difrutando Experiências de Pesquisa Narrativa. Fórum Qualitative Sozialforschung / Fórum: Pesquisa Social Qualitativa, [S. l.], v. 2, 2015. DOI: 10.17169/fqs-16.2.2207.

IFRN. **Campus João Câmara oferece Curso FIC sobre Autismo e Inclusão.** Publicado em 16/06/2023. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/joaocamara/noticias/curso-fic-autismo-e-inclusao/>

PASSEGGI, M.C. Memorial de formação. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

SANTOS, Nádia Cristina dos Dantas Ferreira; OLIVEIRA, Liliane Silva Câmara de; FERREIRA, Maria Franciane. **A inclusão do discente com autismo na rede pública de ensino.** VII Congresso de Educação. Maceió-AL, 15 a 17 de outubro de 2020.

PARTE 2 – RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DOS CURSISTAS

Capítulo II

REFLEXÕES DO 1º ANO DE ATUAÇÃO NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE

Ríssia Karla da Costa Almeida

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de um relato de experiência como professora da sala de recursos multifuncionais com Atendimento Educacional Especializado – AEE, no meu primeiro ano exercendo essa função. Com a ampliação das salas de recursos no município, se fez urgente o recrutamento de profissionais para atuar nessas salas e no caso aqui descrito iniciou-se com a montagem da sala, gerenciamento dos recursos, conhecer as crianças e as famílias e iniciar os atendimentos em AEE de forma remota até a retomada das aulas presenciais, para assim dar início aos atendimentos de forma presencial. Nesse relato se fez ainda uma reflexão acerca da profissionalização como professora da educação especial e reflexões acerca da educação inclusiva, os objetivos e as atribuições do professor do atendimento educacional especializado e suas contribuições para garantir acessibilidade às crianças com deficiência.

Nesse sentido, o presente relato tem por finalidade descrever/relatar as práticas educativas acerca de vivências de uma professora municipal (autora deste relato) convidada a trabalhar com Atendimento Educacional Especializado – AEE, e no decorrer desse primeiro ano refletir sobre a prática, legislação, teorias e estudos que a experiência em questão proporcionou. Tendo como ponto de partida a prática de sala de aula regular, a educação especial na perspectiva inclusiva e os desafios de se “garantir o direito à educação a todos os indivíduos” (ONU, 1948). Pensar quais as práticas estão contribuindo para promover o desenvolvimento das crianças público-alvo da educação especial.

É notório quão grande é a importância das salas de recursos e do professor do AEE para a escolarização de crianças com deficiências, assim como esse atendimento pode e deve contribuir no processo de ensino aprendizagem delas. A ampliação dessas salas pelo município, campo de experiência em questão, fez surgir a necessidade desse professor e, junto disto, a

oportunidade de ingresso nessa modalidade de ensino ainda que por meio de aulas excedentes, no contraturno ao vínculo efetivo, com a oportunidade os desafios de fazer da sala de recurso suporte indispensável a alunos e professores, contribuindo assim com o cumprimento das demandas atribuídas pelas diretrizes do decreto 6.571/2008 que regulamenta o Atendimento Educacional Especializado nas salas de recursos multifuncional.

Descrever os desafios vivenciados durante esse primeiro ano de experiência na Unidade de Educação Infantil (UEI) Alice Dias da Silva que está localizada no bairro Vingt Rosado, perpassa as etapas de acolhimento às famílias, montagem da sala com gerenciamento dos recursos, planejamento, prática e avaliação, com a possibilidade de contribuir para a ressignificação das práticas desenvolvidas e ainda com a formação de futuros professores que pensam em ingressar nessa modalidade de ensino, ressaltando a importância de que o professor possa se identificar com o trabalho específico, personalizado e direcionado, tendo em vista as especificidades de cada aluno.

O presente relato não representa uma linearidade das ações descritas, pois, muitas vezes estavam acontecendo de forma simultânea e intensa, sempre com a intenção de promover/garantir práticas inclusivas. Refletir sobre a formação, planejamento e avaliação do trabalho desenvolvido no primeiro ano de experiência na educação especial.

2. RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE E A RESPEITO DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A ampliação de 14 para 22, no número de salas de recursos multifuncionais – SRM, para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), em 2022, em consequência do crescimento da demanda de matrículas de alunos com deficiência no município de Mossoró/RN, além de seu aspecto positivo que foi a ampliação do número de crianças com deficiência a serem atendidas nesses espaços, gerou um desafio para a SME - Secretaria Municipal de Educação, que foi recrutar professores para essa função, tendo em vista não ter concurso vigente para esse cargo e as implicações para se lançar um edital de concurso visto a urgência dessa demanda.

Um formulário de demonstração de interesse foi disponibilizado pela SME, divulgado para os professores efetivos da rede municipal para ocupar essas vagas no sistema de aulas excedentes. Ou seja, o professor efetivo de sala regular com disponibilidade no outro horário assumiria essa função no contraturno do seu vínculo efetivo, e assim o fiz. Preenchi o formulário online de interesse visando a acentuada demanda da época, com a oportunidade de continuar na unidade de educação infantil na qual estou localizada, que iria abrir uma nova sala de

recursos multifuncionais, logo fui chamada para assumir essa função no contraturno ao meu vínculo.

As experiências com a educação especial no meu percurso profissional, em salas regulares da educação infantil e do ensino fundamental anos iniciais sempre ressignificam minhas práticas e me provocaram reflexões acerca do direito de aprender do indivíduo como cita a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 no artigo 26 que trata do direito à educação “Todo indivíduo tem o direito à educação. A educação tem que ser garantida pelo estado, ao menos no que se refere ao ensino elementar e fundamental. O ensino elementar e fundamental é obrigatório” (ONU, 1984) e posteriormente a essa declaração tantas outras leis e diretrizes em nosso país versam sobre o direito à educação a todos. Em 1994 a Declaração de Salamanca avança no tocante a regras padrões mundiais para equalização de oportunidades para pessoas com deficiência seja parte integrante do sistema educacional. E cabe a nós professores enquanto profissionais ativos, atuantes e reflexivos assegurar com nossa formação em um ato político que é a função do ensinar buscar os meios pedagógicos e didáticos de garantir o direito à aprendizagem a todas as crianças.

O Decreto 7.611/11 que traz a regulamentação da educação especial na perspectiva inclusiva assegura às crianças com deficiência a matrícula obrigatória, gratuita no sistema regular de ensino, com garantia de adaptações e continuidade ao longo da vida. A presença de alunos com deficiência nas creches e escolas sempre provocou tanto reflexões como desafios não só arquitetônicos mas especialmente de capacitação profissional para fazer valer o direito de aprender dessas crianças em uma escola muitas vezes acostumada com “padrões”, com práticas ainda pautadas pela generalização, onde o tempo e experiências apontam para a heterogeneidade nos ritmos de aquisição de conhecimento, de formas de pensamento me parece que um laudo médico causa medo e sentimento de incapacidade em professores, de fracassar na garantia de uma educação de qualidade a esse público da educação especial. Essa insegurança não é à toa pois as lacunas na formação inicial do professor para o atender crianças público-alvo da educação especial é notória, há muito a ser discutido e necessita ser evidenciado, tendo em vista o crescente número de crianças especiais matriculadas na escola regular.

Ao iniciar o trabalho na sala de recursos multifuncionais, iniciei com as orientações da SME sobre o trabalho a ser desenvolvido como professora de AEE, e confesso, me assustou a quantidade de atribuições ao me debruçar sobre as “Diretrizes Operacionais Da Educação Especial Para O Atendimento Educacional Especializado”, Decreto 6.571/08. Não tive receio no que se refere aos alunos com deficiência, não por subestimar o desafio, mas sim pelo fato de

que ao longo da minha trajetória a vivência com as crianças é uma parte do meu trabalho extremamente prazerosa e afetuosa, é de fato o que traz significado aos estudos, as reflexões, a todo o trabalho antes e após sala de aula (planejamento, confecção de recursos pedagógicos e avaliação) contribuir para a formação e aprendizado das crianças, sempre foi pra mim algo singular da docência. Das atribuições do professor do AEE de acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial Para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica:

Da INSTITUCIONALIZAÇÃO DO AEE A oferta do atendimento educacional especializado - AEE deve constar no Projeto Pedagógico da escola de ensino regular, prevendo na sua organização: a. Sala de recursos multifuncional: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos; b. Matrícula do aluno no AEE: condicionada à matrícula no ensino regular da própria escola ou de outra escola; c. Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas; cronograma de atendimento dos alunos; d. Professor para o exercício da docência do AEE; e. Profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuam no apoio às atividades de alimentação, higiene e locomoção. Articulação entre professores do AEE e os do ensino comum; g. Redes de apoio: no âmbito da atuação intersetorial, da formação docente, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que contribuam para a realização do AEE (BRASIL, 2008, p.4).

Dentre as atribuições elencadas acima o que mais me impactou é a que diz respeito a “Articulação entre professores do AEE e os professores do ensino comum”, um desafio constante sob duas óticas: a primeira como professora atuante ainda na sala regular onde tive pouca orientação ou quase nenhuma desse profissional, na minha atuação com os alunos da educação especial as quais tive a oportunidade de conviver e contribuir com estas, foram práticas pensadas, pesquisadas e planejadas no cotidiano das ações e no surgimentos das necessidades das mesmas, nesse sentido me aproprio do planejamento segundo Libâneo (2001), que diz: “o planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos da sua organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino.” (Libâneo, 2001, p. 221). Se tratando do aluno com deficiência, considerando suas condições físicas, sensoriais e motoras esse planejamento precisa assegurar o desenvolvimento de suas potencialidades levando em conta sempre e continuamente as suas capacidades, contribuir para a exclusão das barreiras que impeçam o desenvolvimento humano, garantindo a aquisição das aprendizagens a todos é uma tarefa árdua, porém política e necessária. Essa falta de parceria enquanto professor da sala comum se deu por motivo logístico, ou seja, na minha escola não dispunha dessa sala e nem de profissional a disposição, tendo em vista a sobrecarga dos poucos profissionais que dispunha na época até então.

Em segundo lugar, agora como professora de AEE, ver-se com a oportunidade de contribuir e estabelecer essa parceria, me vejo emaranhada nessa logística de não compatibilidade de horários, para observar o contexto da sala de aula desses alunos e para dialogar com as professoras e estagiários. E esse contexto precisa ser repensado e reestruturado garantindo exequibilidade das diretrizes 6.571/08.

Ao me tornar professora do AEE trouxe questões do meu fazer pedagógico que já outrora lúdico e dinâmico, agora com o espaço individual e ainda mais específico ou diria singular de atender a um número reduzido de crianças e num espaço de tempo também específico, com o objetivo de promover acessibilidade, elaborando estratégias para as crianças público alvo da educação especial. O levantamento do número de crianças a serem encaminhadas ao atendimento educacional especializado foi realizado por mim como parte das atribuições e somavam 8 crianças da minha unidade de educação infantil e 3 de outras duas escolas municipais adjacentes nas proximidades do nosso bairro, 9 com idade entre 03 e 5 anos e uma criança com 9 anos.

Considerando ainda o espaço da sala de recurso um ambiente de reconfiguração das aprendizagens, onde tudo nela é pensada e construída com a finalidade de proporcionar a acessibilidade aos conhecimentos apresentados na sala de aula regular, vamos dedicar o próximo tópico a descrever o processo de montagem a arrumação da sala desde a utilização dos recursos, as orientações da SME e como consideramos as dicas de materiais/jogos dadas pelas famílias.

2.1. Do acolhimento das famílias à montagem da sala

Assumida a função de professora do AEE de uma nova sala que seria implementada pela rede municipal, me foi repassada uma lista de materiais que poderiam e deveriam ser adquiridos, bem como os valores e recursos financeiros disponíveis para tal. A sala física da unidade a ser ocupada pela sala de recursos foi construída, em tese, para ser a sala de leitura e uma nova adaptação foi feita visto a necessidade. Antes de ir adquirir os equipamentos necessários, busquei mais orientação na SME, realizei algumas visitas a outras salas de AEE já em funcionamento e antecipadamente realizei os agendamentos com as famílias para uma conversa com preenchimento da anamnese, onde pude conhecer um pouco das crianças que iriam ser atendidas, na oportunidade as mães puderam sugerir alguns materiais, recursos que as crianças gostavam e na medida do possível pudemos acrescentar da lista.

Foi muito gratificante para mim enquanto professora de escola pública ter essa autonomia de montar a sala com jogos e materiais diversos, instalar equipamentos novos e de

boa qualidade, mobiliário, pensar cada espaço da sala, pesquisar os recursos de imagens (rotina visual, portadores de letras e números), tapetes e objetos para manuseios diversos. Pois esse espaço seria o meu ambiente de trabalho, um atendimento especializado, dessa forma, precisaria ser pensado para cada criança que seria atendida nesse novo ambiente.

É importante ressaltar que as três etapas desse processo de construção da sala não aconteceram separadamente ou obedeceram a uma ordem cronológica. À medida que as necessidades das ações surgiam, íamos realizando os passos, refiro-me a mim, a diretora e a professora da sala de leitura por ser a presidente do caixa escolar. As visitas às salas de AEE já em funcionamento foi de uma contribuição significativa pra mim, conversar com as professoras e observar os recursos construídos por elas, os tipos de materiais utilizados, dicas de estratégias de acessibilidade simples e de baixa tecnologias, me levou a reflexão de que nem todas as salas de AEE no nosso município iriam se encontrar em um mesmo estágio estrutural e aquisitivo, algumas já muito antigas não dispunham de computador ou impressora colorida, como era a realidade da sala que eu estava organizando.

Antes da dita inauguração, recebemos a visita de uma dessas crianças e sentimos nesse primeiro contato os olhares curiosos e atentos aos recursos que começavam a ganhar seu espaço na sala. Por se tratar de uma sala de recursos dentro de uma unidade de educação infantil, priorizamos jogos de encaixe, aramados, quebra-cabeça com pinos, linha de movimento para atividades psicomotoras, objetos de uso domésticos como pregadores de roupas e pegadores de gelo, escorredor de macarrão tudo exposto de forma a facilitar o acesso da criança, pois, no primeiro momento a intenção era observar a exploração por parte da criança aos objetos, seus interesses e habilidades como forma de avaliar previamente cada criança que nesse momento estavam agendadas em horários individuais uma vez por semana.

A arrumação dessa sala provocou em mim uma expectativa, somada a essa ação a realização das entrevistas com um pouco da personalidade e comportamento de cada criança. Ouvir os pais inicialmente contribuiu não só para auxiliar na aquisição de materiais, porém, foi importante saber de informações preciosas para estabelecer um vínculo de confiança família escola e ouvindo esses relatos de como a criança se comporta previamente nos proporciona um norte para pensar os primeiros atendimentos, a oferta de materiais de interesse da criança, conhecimento de domínio das famílias que estabelecida essa relação de confiança nos foi repassada muitas vezes com expectativa de ambas as partes. Ouvi de uma mãe de uma criança autista de suporte 2 uma frase “Ser mãe atípica é como estar num cenário de guerra” me causou impacto, sem julgamento, atribui a comparação a rotina cansativa das terapias, da inconstância

no comportamento dessa criança, que em dias tão resistente, não aceitava a sala de aula e das experiências frustradas nas escolas anteriores.

Outro depoimento que me marcou no início dessa nova trajetória profissional foi a de uma colega de trabalho, mãe de um jovem autista de 21 anos, parabenizando-me parabenizando pela atitude de embrenhar-me nessa experiência, pois ela não teria estrutura emocional para tal. Nesse momento tentei me colocar nesse lugar de mãe, mas considero esse ato impossível, uma situação que não é vivida por um indivíduo não nos dá suporte para nos reportarmos ao lugar de estar nela, assim eu penso. Meu anseio como profissional sempre foi pautado pelo desejo de poder contribuir com o desenvolvimento escolar das crianças, fazendo essa ponte entre escola, família e profissionais da saúde, sendo necessária a exclusão de barreiras, garantindo a escolaridade e inserção social das crianças público-alvo da educação especial.

O atendimento em AEE na nossa unidade nesse momento foi visto como um suporte importante tanto pelos profissionais da unidade como pelas famílias que em alguns casos carentes de outros atendimentos viam no AEE a única política pública acessível a essas crianças, e mesmo as crianças que dispunham de outros atendimentos na área da saúde, o espaço da sala de AEE como ressaltam Santiago e Santos (2015) é potencialmente relevante para identificar as barreiras de exclusão presentes na escola o foco nas expectativas positivas em relação às aprendizagens e participação dos alunos com deficiência pode fazer a diferença em sua trajetória escolar.

Passada essa fase da estruturação da sala com equipamentos tecnológico (computador de mesa, notebook, impressora colorida, multimídia, 2 caixas de som, fones de ouvido e plastificadora) jogos em MDF, plásticos e emborrachados (quebra-cabeças, alinhavos, aramado, dado de pelúcia, cavalinho “upa upa”, alfabeto e números móveis, jogos de montagem, reflete, alfabeto em braile, alfabeto em libras, linha de movimento e bolas com guiso) talvez não lembre de todos os recursos de jogos disponíveis, e outros recursos pensados por mim, refletindo sobre as entrevistas/ anamnese como cesta dos tesouros (com materiais sensoriais e de suporte psicomotor como espumadeira de cozinha, escorredor de macarrão, pegador de gelo, fitas coloridas de cetim e bolas de meia) esses materiais poderiam/deveriam ser substituídos mediante planejamento e necessidade das crianças, recursos construídos (dado sensorial, árvore dos números, exposição da rotina visual, letras e números em libras e Braile, materiais diversos para uso das crianças (lápiz grosso de diferentes materiais, folhas de papel ofício de tamanhos e cores diversas, cola branca massinha de modelar, pinceis diversos, tinta guache, telas de pintura, tesouras adaptada e lupas de aumento) e mobiliário “adequado” segundo as

orientações recebidas pela secretaria de educação (mesa redonda, cadeira acolchoada, mesa para o computador de mesa que seria usado pelas crianças, armário para guardar materiais e conjunto de mesa pequena com cadeiras para uso das crianças).

A sala foi inaugurada juntamente com o novo prédio da unidade de educação infantil, modelo estabelecido pelo Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (PROINFÂNCIA):

O ProInfância é um programa de assistência financeira ao Distrito Federal e aos municípios para a construção, reforma e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas da educação infantil. O objetivo é garantir o acesso de crianças a creches e escolas de educação infantil públicas, especialmente em regiões metropolitanas, onde são registrados os maiores índices de população nesta faixa etária. (BRASIL,2007)

Um dia muito esperado pela comunidade pois esta vinha com as obras paralisadas há cerca de 15 anos. A funcionalidade desse prédio representava a esperança de que dias melhores viriam, seja para funcionários que trabalharam anos em um ambiente precário e para as famílias, que após um contexto de pandemia as crianças voltariam para a escola em uma estrutura ideal para os seus desenvolvimentos escolas, físico, cognitivo, social e humano.

Apesar do evento inaugural da sala física, o trabalho com os atendimentos em AEE iniciaram um pouco antes, fato que será discutido no próximo tópico onde o foco será ao processo de planejamento, realização dos atendimentos e avaliação nesse meu primeiro ano de experiência como professora de AEE.

2.2. O Atendimento Educacional Especializado na prática

De acordo com diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado “O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço da educação especial que [...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (SEESP/MEC, 2008). E para essa função o professor do AEE precisa estar em constante parceria com o professor da sala regular tendo em vista, ainda segundo essas diretrizes, o atendimento do AEE é uma complementação desse ensino, ele acontece em um espaço diferente, SEM – Sala de Recursos Multifuncional, no contraturno da matrícula do aluno que consiste em pensar e implementar as estratégias para proporcionar o desenvolvimento do aluno dentro das suas capacidades e possibilidades. É um trabalho investigativo, criativo de extrema importância por se tratar de uma política pública de inclusão ao conhecimento e a educação escolar das crianças com deficiência proporcionando

acessibilidade aos conteúdos ministrados em sala, pois visa eliminar as barreiras que os impedem de se desenvolverem plenamente.

As entrevistas, anamnese, iniciais realizadas com as mães são o primeiro passo para iniciar o planejamento, pois conhecer as características pessoais, comorbidades, preferências e aversões dessas crianças se faz primordial. Em se tratando da nossa sala de AEE, foi o nosso único material para darmos início, pois a nossa unidade ainda estava em dias finais de reforma e adequações para retomada das aulas presenciais e essas aulas estavam acontecendo de forma remota desde o início da pandemia, logo os atendimentos iriam iniciar nesse formato (remoto).

A data do 1º atendimento foi de abril de 2022, o aluno com TEA (transtorno do espectro autista), pela plataforma Google Meet com duração de 30 minutos. Onde propus a apresentação de uma sequência visual dos acontecimentos desse momento exposto na parte de fora de uma caixa e como recurso usei ainda uma boneca/fantochê para representar. Nesse momento meu objetivo era conhecer essa criança ainda que por intermédio de uma tela seja pelo computador ou celular, observar sua atenção ao diálogo e como o mesmo manuseava alguns materiais escolares (lápiz e caderno) pois se tratava de uma criança que fazia um bom uso da linguagem oral, apesar do uso de muitas ecolalias, foi um momento curto, onde ainda propus uma contação de história (Dia de Sol), livro cuja as ilustrações se apresentavam como desenhos simples do sol realizando alguns movimentos humanos (correr, pular, cansaço e alegria) e como atividade propus que o mesmo desenhasse o sol. Nesse curto momento, ainda que a distância, pude perceber que ele se manteve atento e realizou o que foi proposto, com a mãe do lado, ele expressou sorrisos e boa disposição para realizar o que lhe foi pedido.

Descrevo esse momento como suporte para que mais a frente, quando relatar as experiências dos atendimentos realizados de forma presencial possamos confrontar as diferentes realidades e perceber os desafios e perdas educacionais que a pandemia nos trouxe. Algumas, devo ressaltar, a maioria das mães, não se interessaram pelo atendimento no formato remoto, e não as julgo, tendo em vista que a sala regular também estava nesse formato, essas aulas foram extremamente dispendiosas em se tratando de educação infantil, e se referindo a educação especial podemos colocar um peso a mais nas dificuldades dessa balança.

O ato de planejar para o professor consiste na “antecipação das práticas de modo a prever e programar as ações e os resultados desejados...” (Libâneo, 2003). Em se tratando da educação especial, mais especificamente do atendimento educacional especializado, o planejamento está focado na aprendizagem do aluno, para isso, em conjunto com a professora da sala de aula regular, o professor do atendimento identifica as principais dificuldades do aluno, as barreiras que o estão impedindo de avançar em seu desenvolvimento e elabora

estratégias diferenciadas para cada aluno intervindo de forma personalizada, por isso na maioria das vezes essas estratégias estão subordinadas a recursos diferenciados, materiais específicos e formas diferenciadas de apresentar o conhecimento, o professor do AEE é o sujeito estratégico do aluno e do professor da sala regular, o que algumas vezes pra mim soava desafiador e necessária a aplicação desses recursos, sempre com um olhar criterioso sobre o uso, funcionalidade, as contribuições/avanços proporcionados ao aluno (avaliação) com a retomada das ações em caso de não êxito.

É importante ressaltar aqui, que a essa altura do caminho, várias leituras realizadas, trocas de conversas com outros professores da educação especial, participação em seminários e congressos online para ter um suporte teórico acerca das necessidades dos alunos que se apresentavam matriculados na sala de AEE em questão, uma vez que a formação do professor é um processo contínuo em qualquer segmento da educação em que esteja inserido. O suporte teórico voltado para educação especial me proporcionou reflexões acerca de questões não pensadas anteriormente especialmente quanto ao direito dessas crianças a um sistema de ensino inclusivo, surgiu indagações sobre atitudes simples que facilitam muito a vida de uma criança com uma característica física, psicológica ou sensorial diferente, de como é nosso dever repensar atitudes e práticas para que essas crianças possam ser inseridas na escola e para que essa escola possa de fato ser inclusiva.

Na medida que os atendimentos iam acontecendo, ia me apropriando das características e necessidades das crianças matriculadas, as estratégias pensadas para serem aplicadas, sempre em diálogo com as professoras, apesar da incompatibilidade de horário para observar as crianças em sala de aula, as conversas com os estagiários (estudantes de licenciatura que acompanham essas crianças como bolsistas), também contribuem para captar as necessidades de sala de aula. Alguns casos frustrantes por falta de frequência, é importante deixar esse registro aqui, visto que percebemos a diferença no desenvolvimento escolar dessas crianças e por mais que chamássemos a atenção das famílias, por motivos diferenciados, eles muitas vezes não conseguiam chegar até a sala de atendimento com frequência e assiduidade.

Sobre o processo de avaliação desses alunos, posso dizer que essa prática precisa se dar constantemente, tendo como aporte o olhar atento do professor e as conversas com os professores das salas regulares, dessa maneira a avaliação se constitui o conhecimento necessário para a reorganização do planejamento. A elaboração do Plano de Acompanhamento Educacional da Criança com Deficiência como forma de orientar o trabalho e registrar as ações. No módulo V do curso Transtornos do Espectro Autista e Deficiência Intelectual: Saberes e práticas educacionais inclusiva da Universidade Federal de Uberlândia:

Quanto a avaliação do desempenho e cumprimento das metas estabelecidas, o acompanhamento e observações diárias serão instrumentos de identificação para novas orientações e diretrizes, podendo decidir em continuar o trabalho ou reestruturar o plano sempre que necessário para atingir os objetivos propostos – respeitando assim a individualidade, especificidades e os recursos de acessibilidade que forem disponibilizados no processo educacional [...]” (UFU, 2022)

Uma vez inserida nesse contexto da educação especial, pude perceber e constatar de fato a importância do atendimento do AEE – Atendimento Educacional Especializado para o desenvolvimento do aluno, para os professores da sala regular e para a escola como um todo, pois a sala de recurso se faz útil a toda a comunidade escolar com seus equipamentos, jogos e recursos diversos todas as crianças se beneficiam desse material e do profissional que está apto e disponibilizado para esse suporte. Ainda segundo texto base no módulo V do curso Transtornos do Espectro Autista e Deficiência Intelectual: Saberes e práticas educacionais inclusiva da Universidade Federal de Uberlândia:

Assim, a sala de atendimento educacional especializado vem a ser um espaço da escola comum, onde se disponibilizam materiais e recursos didáticos, pedagógicos e de Tecnologia Assistiva capazes de eliminar as barreiras que possam impossibilitar o processo de escolarização de estudantes público-alvo da Educação Especial (UFU, 2022)

A disposição do professor para se qualificar e estar em busca de novos saberes, pesquisar recursos, legislações e estar ainda em busca de parcerias de profissionais da área da saúde para promover encontros formativos e de apoio às famílias foi uma parte marcante desse ano de experiência no atendimento educacional especializado – AEE. Esse diálogo com as mães militantes na causa da inclusão enriqueceu muito o meu campo de experiência e círculo profissional, algumas delas me levaram, psicólogos, compartilhando materiais de apoio pedagógico valiosos para mim nesses primeiros momentos.

Todas as vivências ao decorrer desse ano não só me trouxeram conhecimento, mas uma grata certeza de que a educação especial é um lugar de satisfação profissional pra mim e é nele que quero permanecer até conseguir me dedicar a essa atividade com exclusividade. Contribuir para que a escola seja um espaço de desenvolvimento, que assim seja um espaço inclusivo para as crianças da educação especial nos proporciona um misto de sentimentos e emoções com as quais temos que aprender a conviver, para sermos de fato o suporte que essas crianças precisam para continuarem aprendendo e vivenciando uma educação especial numa perspectiva inclusiva.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo a educação especial uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis de escolarização[...] o atendimento educacional especializado se constitui em um suporte importante e garantido legalmente pelo decreto 7.611/2011. Às salas de recursos multifuncionais é regido por um “professor com formação específica na educação especial, inicial ou continuada” porém o que as diretrizes não prevê e a disposição profissional do professor para trabalhar com um público tão específico, pois apesar de ao ingressar no atendimento educacional especializado- AEE a minha formação inicial era apenas a do curso de pedagogia, se fazendo necessário a busca incessante e ágil por capacitação e estudos acerca dos mais diferentes aspectos que envolve a docência nessa modalidade de ensino. A busca por conhecimento em legislação, estudos sobre os diferentes tipos de deficiência atendidas pela sala de AEE se tornou mais urgente nesse primeiro momento, apesar de saber de tantos outros transtornos de aprendizagens que se apresentam em uma escola.

Fazer surgir um espaço tão importante e necessário em uma escola como a sala de recurso, participar desse processo em conformidade com a formação e com a realização dos atendimentos, construir recursos pedagógicos, estabelecer relações com as famílias foi um processo intenso e desafiador, porém, prazeroso, cheio de significados e ressignificações para diversas áreas da minha vida pelos quais passaria por tudo novamente.

As experiências exitosas nos dão força e motivações para continuar contribuindo e as experiências “frustradas” se assim podemos nomear, nos redireciona e nos leva a refletir novos caminhos para o êxito. É importante que o professor da educação especial considere todos os aspectos que envolvem as especificidades de cada criança atendida e isso não se constitui uma tarefa fácil, mas na educação nenhuma tarefa é. Os resultados em educação não são instantâneos nem palpáveis. Em educação o trabalho consiste em alcançar a capacidade de aprender do outro. Na educação especial é preciso considerar as limitações/ capacidades de cada criança e fazer com que esse indivíduo desenvolva suas habilidades lhe proporcionando o desenvolvimento de sua autonomia, fazendo uso de instrumentos teóricos e metodológicos (Desenho universal), instrumentos pedagógicos e tecnológicos (recursos didáticos e tecnologias assistivas), todo esse arsenal de conhecimentos me foi proporcionado pela experiência nesse segmento de ensino.

Através das leituras pesquisadas, cursos de formação, posso dizer que foi um ritmo bem frenético de formação nesse último ano, conversas e trocas de experiências com outros professores da educação especial, com satisfação posso relatar alguns indicadores de que o

trabalho realizado por mim tem sido significativo e contributivo, como reconhecimento das famílias, a procura a nossa sala sendo ampliado agora para 4 escolas, as constantes indicações para cursos de formação e uma foto do atendimento na nossa sala utilizada como ilustração em um encontro formativo para gestores e supervisores do município indicou que estamos sendo reconhecida também pela SME – Secretaria Municipal de Educação.

A formação e a busca por experiências cada vez mais leva a aprimorar o trabalho que continua nesse ano que segue, sempre me desafiando a abranger mais das atribuições a mim colocadas, por esse ano tenho tentado buscar dar maior suporte às professoras das salas regulares, confeccionando recursos de comunicação alternativa e realizar estudos sobre a elaboração do PEI- Plano Educacional Individualizado, indicação das mães militantes as quais estabeleci uma parceria muito produtiva.

Relatar essas experiências foi reviver esse ano intenso de aprendizado, espero que possa contribuir para práticas de professores/futuros professores do AEE que possam estar lendo e dialogando com esse texto de forma reflexiva/crítica pensar a educação especial como um direito das crianças, dever do estado e impulsionador de novas práticas a professores em geral.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e Práticas da Inclusão: Avaliação para Identificação das Necessidades Educacionais Especiais**. 2. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2008. 92 p. (Série: Saberes e Práticas da Ibranclusão).

BRASIL. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Resolução nº 04, de 2 de outubro de 2009. Estabelece Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 2009. Seção 1, p. 11.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão Escolar: Saberes e Práticas** 4. ed. rev e ampl São Paulo Cortez, 2003.

UFU. **Transtorno do Espectro Autista e Deficiência Intelectual: saberes e práticas educacionais inclusivas** [2 Edição]. Moodle Texto básico - Unidade V. Ano 2022. Disponível em: <https://ead.ufu.br/mod/resource/view.php/id-107507>. Acesso em: 19 de maio de 2023.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas**, em 10 de dezembro de 1948.

SANTIAGO, Mylene Cristina; SANTOS, Maria Pereira dos. **Planejamento e Estratégias para o Processo de Inclusão: Desafios em Questão**. Niterói/RJ: Universidade Federal Fluminense (UFF); Rio de Janeiro/RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2015.

PONDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA NO CONTEXTO DO AUTISMO E INCLUSÃO

Fernanda Lourenço da Silva

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho, trago um memorial de formação, com o compartilhamento de ponderações acerca da educação inclusiva no ensino de geografia. Ele só foi possível a partir do conhecimento adquirido com o curso FIC Autismo e Inclusão oferecido pelo IFRN, campus João Câmara, com o apoio do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) e do Centro Clínico Maria Dantas.

Tomei conhecimento do curso a partir da indicação de uma colega de faculdade e ao ler o projeto pedagógico do curso (PPC) AUTISMO E INCLUSÃO ESCOLAR, me senti atraída pelo objetivo descrito “Contribuir com a disseminação do conhecimento sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), reduzindo a discriminação, preconceito e capacitismo nas escolas através de escolhas inclusivas”.

Ao longo dos últimos anos palavras como Inclusão e Autismo estão cada vez mais presentes no nosso dia a dia, e para comprovar isso basta usar nossa empiria e observar que pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) estão ocupando os mais diversos espaços, ajudando a reduzir, aos poucos, o estigma em torno do comportamento e das características desses indivíduos. O transtorno do espectro autista, segundo o 5ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) (American Psychiatric Association, 2014), é caracterizado por déficits na comunicação e interação sociais e apresentam padrões repetitivos e restritos de comportamento, interesses e atividades.

Como professora em formação do curso superior de licenciatura em geografia pelo IFRN campus Natal Central, o saber adquirido abriu caminho para uma nova forma de pensar, não apenas sobre TEA, mas também sobre as demais deficiências, direcionando sobre como poderei transpor as barreiras no tocante a inclusão escolar principalmente, colocando em prática o que diz o projeto político pedagógico do IFRN, traz:

O IFRN se compromete com uma educação inclusiva baseada no direito de educação para todos. Prevê, então, como princípio a adequação das práticas pedagógicas e, como diretriz, um currículo aberto e flexível para respeitar as necessidades formativas e

individuais, a diversificação das atividades e uma avaliação processual e formativa, considerando “os conhecimentos prévios, as possibilidades de aprendizagens futuras e os ritmos diferenciados (IFRN, 2012, p. 193).

A educação inclusiva deve ser um direito de todos, e não apenas dos alunos com deficiência, pois todos precisam aprender a conviver com as diferenças e assim se desenvolverem plenamente como seres humanos e cidadãos conscientes (Werneck, 1997). Baseando-se nisso, consigo enxergar a elaboração de materiais e aulas da geografia que possam ser úteis tanto para alunos com TEA como para demais deficiências, corroborando com o conceito de desenho universal, mas tendo a consciência e o conhecimento que antes de usar quaisquer materiais e/ou planejamento, deve desenvolver um Plano Educacional Especializado (PEI) com base nas especificidades do aluno.

2. NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA

Sou a mais velha de quatro irmãs. Nasci em Natal/RN, em 11 de setembro de 1988. Fiz o ensino médio no IFRN, ainda quando se chamava CEFET, sou bacharel em Ecologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), sou mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) também pela UFRN e atualmente graduanda em Geografia Licenciatura pelo IFRN. Concomitante a essas formações, sempre busquei aprender sobre inclusão, e nessa busca passei a atuar profissionalmente na área.

Iniciei minha jornada na área de educação inclusiva em 2014 ao fazer um curso de Ledora pela Cesgranrio, de lá pra cá atuei em diversos concursos atendendo pessoas com deficiência visual, e sempre buscando novos conhecimentos. Entre 2022 e 2023, atuei, pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), como Técnica Especializada em Deficiência Visual – Ledora, oficial do campus de Natal, auxiliando alunos e professores com deficiência visual, bem como realizando formações com alunos e servidores da instituição (figura 1).

Figura 10 - Capa da formação proferida para alunos de Licenciatura em Biologia da UERN.



Fonte: autora

Por atender alunos de diversos cursos na instituição, por vezes, minha formação inicial facilitou a produção de materiais. Por exemplo, ao atender um aluno cego de biologia, consigo audiodescrever facilmente as imagens de um livro da disciplina, por possuir afinidade com ela. Isso me leva a pensar que com prática, estudo e aplicando o ensinado por cursos como Autismo e Inclusão eu possa proporcionar o melhor atendimento à pessoa com TEA.

Creio que a falta de formação escolar dos meus pais fizeram com que meu trajeto educacional não fosse tão linear, pois sempre houve a necessidade do “se virar”. Conforme exposto por Dutra-Thomé, L., Pereira, A. S., & Koller, S. H.. (2016) “o nível educacional dos pais constitui elemento de referência para os filhos”, todavia, apesar da pouca formação escolar deles, foi cultivado em mim e em minhas irmãs o hábito de estudar, pois eles entendiam que apenas a educação poderia mudar a nossa realidade, não apenas financeira, mas cultural e social também. Minha mãe cursou até a 7ª série do fundamental e meu pai concluiu o ensino médio no mesmo período em que eu concluí o meu. Ela foi agricultora quando criança, na Zona Rural do município de Poço Branco/RN, na adolescência mudou para a capital e trabalhou em confecções de roupas e como cozinheira em barracas de praia e restaurantes. Meu pai, paraibano, também agricultor quando criança, veio para Natal quando meu avô decidiu fugir da seca. Aqui em Natal, ele desempenhou diversas funções, pontuo algumas: garçom em barraca de praia, serralheiro, vendedor de verduras batendo de porta em porta, feirante, eletricitista, e por fim empreendedor.

Figura 2 - Foto de Boletim do ensino fundamental.



Fonte: autora

Lembro do esforço para pagar escola particular durante o ensino fundamental, essas de bairro mesmo (figura 2), para que pudéssemos ter, pelo menos, uma boa base na formação. Esse era um motivo de muita cobrança também. Lembro das idas ao centro da cidade comprar material escolar, que era pago com o vale que minha mãe recebia da fábrica que trabalhava como costureira. Todo esse esforço gerou bons resultados!

Minha trajetória acadêmica profissional, de início, pode não mostrar relação alguma. Porém, à medida que verificamos o aumento de alunos com alguma deficiência incluídos em escolas de ensino regular, podemos inferir que elas ocuparão os mais diversos postos em áreas de trabalho, incluindo a de meio ambiente. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2014) revelou um aumento de 58% entre os anos de 2003 e 2015 no número de matrículas de crianças com deficiência no Brasil. Esse aumento pode ser justificado pela criação da Lei Brasileira de Inclusão e de outros dispositivos legais que asseguram os direitos das pessoas com deficiência.

Conceição et al. (2021), destaca a importância da integração social das pessoas com autismo em todas as etapas da vida, uma vez que somente por meio desse processo é viável alcançar o progresso de sua independência e capacidades. Logo, professores de qualquer área, que tenham o conhecimento de práticas inclusivas tendem a ser mais exitosos no suporte ao aluno com TEA, conseguindo, por exemplo, nortear melhor a criação de um PEI com atividades estruturadas.

3. REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO NO CURSO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Essa formação me permitiu aprender, através dos módulos, sobre: i) Conceito, características e causas do Autismo; ii) O papel do Professor na Inclusão do Autista; iii) Serviço de Atendimento Educacional Específico e Sala de Recursos Multifuncional adaptada à necessidade do Autista; e, iv) Plano Educacional Individualizado para o aluno com Transtorno do Espectro Autista.

Ademais, ao longo do curso, e pensando em como posso usar minha formação em geografia na educação inclusiva me veio à mente algumas ideias, pontuadas abaixo:

- O uso de ferramentas de Geografia para mapear a localização de centros de tratamento, escolas especializadas e organizações de apoio para pessoas com TEA, identificando, por exemplo as lacunas nos serviços em determinadas áreas, além de poder analisar as disparidades regionais no acesso a serviços médicos, educacionais e terapêuticos, fomentando a pesquisa sobre TEA que pode vir a servir de dados a serem usados nos projetos de políticas públicas;
- Analisar a inclusão de pessoas com TEA em escolas regulares em diferentes regiões geográficas. Isso pode incluir a pesquisa sobre políticas educacionais e a infraestrutura escolar disponível.

Ao longo do curso, pude também aplicar os conhecimentos adquiridos tanto no meu local de trabalho, quanto na sala de aula. Na UERN, apesar de trabalhar diretamente com pessoas com deficiência visual, sou solicitada para uma ou outra função, que seja adaptação de atividades ou aplicação de provas para pessoas no espectro ou que possuam outra deficiência. Isso me fez repensar sobre minha prática e fazer pedagógico. No IFRN, enquanto aluna e pagando disciplinas como psicologia da aprendizagem e didática, tenho levado para as discussões de artigos e apresentação de seminários a perspectiva da educação inclusiva e provocando meus colegas ao levantar questões como: E se você tiver um aluno autista? Como você se comporta? como o avaliará? como fará para que haja interação desse aluno com os demais? São questionamentos que não podem mais ser dissociados da prática docente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver esse memorial baseado na minha formação, me fez pensar em como meu processo educacional sempre caminhou para o multi e interdisciplinar. Após o curso Autismo e Inclusão, vislumbrei que minha atuação poderia ser expandida, como poderia, com base no

apreendido, auxiliar um aluno com TEA? Quais materiais geográficos poderiam ser usados, seja para trabalhar a interação em sala de aula, seja para ajudá-lo a entender o espaço que ele está inserido, são diversas as possibilidades.

A minha formação inicial em meio ambiente e minha graduação atual em geografia podem ser desenvolvidas à luz da inclusão, beneficiando não apenas o aluno que contará com uma profissional que tem conhecimento sobre o processo de ensino baseado nas especificidades de cada indivíduo, mas como os demais alunos, que poderão vivenciar a inclusão e aprender que educação inclusiva é para todos, quer tenham alguma deficiência ou não.

REFERÊNCIAS

American Psychiatric Association. (2013). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais** (5a ed.). Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

CONCEIÇÃO, Leon Ramires da; ESCALANTE, Núbia Regina de Freitas; SILVA, Francielle Molon da. (2021). **Autistas no mercado de trabalho: análise sobre as ações e práticas inclusivas**. *Gestão Contemporânea*, 11(2), 203-221.

DUTRA-THOMÉ, Luciana, PEREIRA, Anderson Siqueira ; KOLLER, Silvia Helena. **O Desafio de Conciliar Trabalho e Escola: Características Sociodemográficas de Jovens Trabalhadores e Não-trabalhadores**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 32, n. 1, p. 101-109, 2016.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Projeto Político-Pedagógico do IFRN: uma construção coletiva**. Disponível em <<http://www.ifrn.edu.br/>>. Natal/RN: IFRN, 2012.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira(2014). **Censo Escolar da Educação Básica 2013** Resumo Técnico(p. 39). Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf

LEMOS, Emellyne Lima de Medeiros Dias; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro.; AQUINO, Fabiola de Sousa Braz; AGRIPINO-RAMOS, Cibele Shírley. (2016). **Concepções de pais e professores sobre a inclusão de crianças autistas**. *Revista de Psicologia*, 28(3), 351-361.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: Editora W.V.A, 1997.cit.p.64.

MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS DE INCLUSÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE AS APRENDIZAGENS PROFISSIONAIS PARA ATENDIMENTO DE ESTUDANTES COM TEA

Thalita Cunha Motta

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho organiza-se conforme o gênero discursivo memorial, uma vez que objetivamos refletir sobre a nossa formação durante o curso FIC (Formação Inicial e Continuada) sobre Autismo e Inclusão, ofertado pelo IFRN – campus João Câmara. De acordo com Passeggi (2010), o memorial de formação deve contemplar uma “reflexão ética sobre o percurso intelectual e o encantamento estético[...]”, reunindo uma autobiografia interpretada com base nos fundamentos científicos da área profissional em questão, a fim de aprimorar o próprio exercício profissional. Nesse sentido, eu como professora da área de Educação Inclusiva do IFRN, campus Natal Zona Leste, desenvolvo esse escrita como forma de aprofundar meus conhecimentos sobre o tema do Autismo e Inclusão, de forma ampla, contemplando elementos da minha trajetória de vida desde a infância até o momento atual.

O referido curso, coordenado pela professora Vanessa Desidério e desenvolvido em parceria com o Napne e o Centro Clínico Maria Dantas, foi divulgado no grupo de whatsapp do Napne do Campus Natal Zona-Leste. Fiquei bastante feliz com a iniciativa da oferta, uma vez que sempre senti falta de uma ação institucional do IFRN sobre a temática.

Na minha prática pedagógica sempre trabalho com a temática do Autismo nas disciplinas dos cursos de Licenciatura e todos os anos faço a divulgação entre meus alunos, da Campanha Mundial de Conscientização promovida pela Organização das Nações Unidas, no mês de Abril. Nos últimos anos, observei que o interesse pela temática tem crescido entre docentes e demais servidores da instituição, uma vez que vários estudantes com Transtorno do Espectro Austista (TEA) têm se matriculado nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, dentre outros. Também tenho conhecimento de servidores e seus filhos que foram diagnosticados com TEA nos últimos anos e estão em busca de mais conhecimento para melhoria de vida e inclusão na sociedade.

Nesse sentido, considero que o FIC sobre Autismo e Inclusão com aulas online e transmissão no Youtube tem grande contribuição para a divulgação do TEA e uma troca de experiências únicas entre professores, familiares e profissionais de diversas áreas.

2. NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA

Eu, Thalita Cunha Motta, nascida em Campina Grande na Paraíba, em meados dos anos 1980, pude conhecer o autismo ainda na primeira infância, uma vez que minha mãe trabalhava em instituição assistencial para crianças excepcionais, como eram chamadas naquela época. Minha mãe estudava bastante, apesar das dificuldades de acesso a materiais e cursos que eram escassos na nossa região mas, tenho lembrança de alguns livros e filmes na nossa casa que, posteriormente, também se tornaram fonte de informação na minha graduação em Pedagogia.

Na minha adolescência comecei a colaborar voluntariamente com a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) da mesma cidade e guardo bem a lembrança de quando perguntei à minha mãe, se uma determinada criança era autista. Minha mãe se surpreendeu com a minha percepção, uma vez que o autismo não tem características tão facilmente visíveis e eu consegui identificá-las mesmo sem uma formação na área, naquele primeiro momento. Era comum, eu ouvir comentários de outras pessoas, dizendo que tinham medo e não sabiam o que fazer com aquelas “crianças especiais” mas, eu sempre me senti muito feliz naquele espaço, fiz muitas amizades e conheci realidades familiares muito desafiadoras e ao mesmo tempo inspiradoras de tanto amor e luta pela qualidade de vida de crianças com vários tipos de deficiências.

Durante meu curso de graduação em Pedagogia na Universidade Federal de Campina Grande, no início dos anos 2000, tive uma disciplina sobre Educação Especial com a professora e psicóloga Marta Helena Burity Serpa que é referência na cidade na inclusão de crianças autistas. Durante a disciplina, a professora nos apresentou gravações em vídeos das experiências dela com autistas em Universidades da França e na primeira escola inclusiva da cidade de João Pessoa criada por ela nos anos de 1990. Essa formação foi essencial para minha compreensão sobre a importância e possibilidades de êxito da inclusão escolar de pessoas com deficiência (PcDs), uma vez que, na época, existia uma grande resistência contra a matrícula de PcDs nas escolas regulares. Ao lado disso, mantive meu trabalho voluntário na APAE que funcionava com algumas salas de aulas, além de projetos de leitura e formação para familiares. Lá, fazíamos toda uma preparação das crianças para sua inserção nas escolas regulares, ou seja, mantinham uma rotina de horários, regras e atividades escolares, além dos atendimentos especializados com psicólogas, fisioterapeutas, fonoaudiólogas e psicopedagogas. Quando as

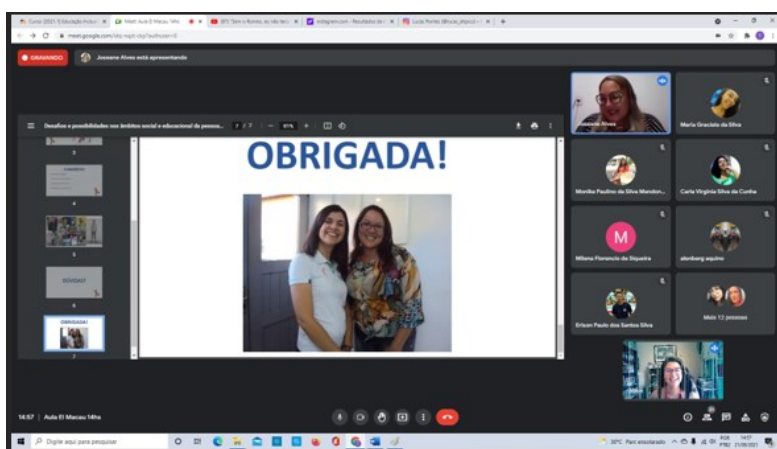
crianças estavam alfabetizadas conseguimos articular com as famílias para efetivar a inclusão numa escola comum próxima da residência da criança e respeitando, a relação idade/série.

Após minha formatura na graduação, tive a alegria em realizar concurso público para a rede municipal de Campina Grande e fui aprovada. Ingressei numa escola pequena e lecionei para o primeiro ano do Ensino Fundamental com crianças de entre 6 e 8 anos. Minha primeira turma tinha crianças com deficiência, mas, na época, não existia nenhum registro oficial delas. Nessa escola também não tinha sala de recursos, nem AEE (atendimento educacional especializado), então, eu preparava as atividades diferenciadas quando necessário para o meu aluno com deficiência visual (baixa visão) e minha aluna com deficiência intelectual. A região da escola era muito afastada do centro da cidade, era conhecida como uma região perigosa e as famílias tinham grande vulnerabilidade socioeconômica. Os desafios como professora recém-formada eram enormes, desde produzir e/ou comprar material didático com o próprio dinheiro porque a escola não tinha impressora, não tinha jogos, tesoura, tinta e outros recursos necessários nessa primeira fase da escolarização das crianças. Mas, foi essa experiência que me impulsionou a continuar estudando e pesquisando para compreender melhor, tanto as estruturas socioeconômicas da formação das famílias brasileiras, como os efeitos das desigualdades no cotidiano da escola.

Assim, dois anos depois do meu ingresso como professora da Educação Básica, minha inquietação diante dos problemas sociais e da escola me levaram a fazer seleção para o Programa de Pós-Graduação em Educação, curso de Mestrado, na Universidade Federal de Pernambuco. Fui aprovada e lá também encontrei uma realidade de muitas dificuldades sociais da cidade do Recife. Uma cidade grande, também muito conhecida por ser violenta mas, com uma história de luta pela democracia e melhoria da educação que planta a semente da esperança no coração de quem a vive com humildade. Fui muito bem acolhida pela minha orientadora, professora Janete Maria Lins de Azevedo, que me fez compreender um pouco mais sobre a complexidade das educação no Brasil. Nesse caminho, busquei nova oportunidade profissional através do concurso público para o IFRN, no ano de 2009 e fui aprovada como professora do campus Caicó. Lecionei no curso de Licenciatura em Física como docente de Educação Inclusiva e outras disciplinas pedagógicas, articulando projetos integradores, de pesquisa e orientação de TCC. Uma das minhas primeiras orientandas, Joseane Alves Vasconcelos, é mãe de um menino autista e relata que começou a perceber as características do filho, através dos estudos sobre o assunto nas minhas aulas. Por isso, no final do curso ela realizou pesquisa junto a Associação de Pais e Amigos de Autistas do RN – APAARN, em Natal/RN. Anos mais tarde, Joseane participou de um momento online da disciplina de

Educação Inclusiva, contando a trajetória de seu filho que, estava concluindo o Ensino Fundamental, ela relatou sobre o desejo dele de se tornar aluno do IFRN também. Na imagem 1, uma recordação desse momento.

Imagem 1: Palestra de Joseane Vasconcelos



Fonte: Acervo pessoal, 2023

Em todas as turmas da disciplina de Educação Inclusiva, buscamos conhecer alguma história de PcD e TEA, como forma de dar voz às próprias pessoas sobre os desafios vivenciados no dia-a-dia, por isso, os estudantes também compartilham casos de familiares, vizinhança ou do estágio supervisionado. Com isso, observo que, os jovens docentes em formação já estão mais abertos à convivência e a construir propostas de ensino mais inclusivas. Também tive a oportunidade de ministrar uma formação para servidores do IFRN sobre a inclusão de pessoas com TEA, o curso de capacitação teve carga-horária de 20 horas, com aulas online. Eram vinte vagas e muitos servidores demonstraram o interesse pela temática e se envolveram com o curso, compartilhando experiências e pesquisas. Mas, o sentimento que fica é de que sempre precisamos aprofundar nossos conhecimentos, compartilhar as situações vivenciadas em cada campi para fortalecer as práticas inclusivas em todas as ações do IFRN.

3. REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO NO CURSO FIC SOBRE AUTISMO E INCLUSÃO

Como mencionei anteriormente, tomei conhecimento sobre o curso FIC de Autismo e Inclusão através do grupo de whatsapp do Napne do Campus Natal Zona-Leste. Fiz minha inscrição no momento em que se aproximava o final do período letivo e férias docentes. Então, fiquei um pouco preocupada e em dúvida se eu realmente conseguiria acompanhar o curso nesse contexto. Felizmente, tudo se encaixou, as datas e horários das aulas que aconteceram quinzenalmente foram suficientes para conciliar as demandas do trabalho e me dedicar a

leitura do material didático, realização das atividades e acompanhamento das palestras online. A transmissão e gravação disponível no canal do youtube também foi muito bom, assim, pude rever algumas falas, como forma de apoio, nesse momento da escrita do memorial.

Além disso, a coordenadora profa. Vanessa Desidério criou um grupo de whatsapp para se comunicar com os inscritos. No grupo, recebemos os lembretes sobre as datas das palestras, links das atividades e material didático e outros informes gerais. Lembro que, na primeira semana do curso, o grupo estava com a configuração de envio de mensagens aberta a todos os participantes e várias pessoas fizeram uma breve apresentação, compartilharam um pouco de suas vivências sobre a temática do curso, além de interesses e dúvidas. Assim, pudemos perceber que havia grande parte do público de mães de crianças com autismo, além de profissionais terapeutas, professoras e alguns colegas servidores do IFRN.

Vale destacar que, é notória a grande maioria de participantes mulheres e que, são de diferentes cidades do país inteiro. Percebemos que, a oportunidade de um curso gratuito e online com essa temática é uma necessidade não apenas no Rio Grande do Norte mas, em todo o Brasil. Esse momento de diálogo no grupo de whatsapp foi rápido durante poucos dias, uma vez que o objetivo do grupo era manter as informações essenciais do curso. Por isso, o envio de mensagens ficou restrito à coordenação. De todo modo, as palestrantes do curso, também participantes do grupo, demonstraram muita disponibilidade em dialogar individualmente, caso necessário.

Para estruturar melhor essas reflexões sobre o curso, considero importante retomar a sua estrutura curricular, conforme o PPC que foi disponibilizado junto com o material do curso. A organização em 4 módulos contemplou: 1. Conceito, características e causas do autismo; 2. O papel do Professor na Inclusão do Autista; 3. Serviço de Atendimento Educacional Específico e Sala de Recursos Multifuncional adaptada à necessidade do Autista; e, 4. Plano Educacional Individualizado (PEI) para o aluno com TEA. Em cada módulo, recebemos um material didático digital produzido pelas professoras: Vanessa Desidério e Maria Dantas de Lima e as palestras online aconteceram, na seguinte ordem de convidados:

- Ellana Figueira - pedagoga, mãe de autista e terapeuta ABA;
- O Dr. Jefferson Borges – neurologista pediatra; e Eulanny Barbosa, psicóloga;
- Prof. Agamenon Mendes - Educação Física e Jiu-jitsu
- Edneide da Silva Leandro Viana – professora de sala de recursos de AEE;
- Maria Dantas – professora, psicopedagoga e estudante de Psicologia.

A palestra da pedagoga Ellana foi bastante motivadora para o início do curso, ela evidencia ser uma mãe muito apaixonada e atenciosa com os filhos. Ela relatou sobre o processo

de diagnóstico e as dificuldades que enfrentou na busca de médicos que dessem a devida atenção à angústia dela frente às dificuldades de desenvolvimento que observou no próprio filho. Ela precisou ir à cidade de Recife-PE para conseguir o atendimento adequado, visto que não conseguiu na cidade de Natal-RN, na época. Sabemos que o sistema único de saúde (SUS) tem uma importância no atendimento gratuito das necessidades da grande maioria da população mas, são poucos os municípios que dispõem de um centro especializado para o TEA¹. Nesse sentido, foi de grande importância ter a palestra do médico Jefferson Borges que apresentou breve histórico do diagnóstico do autismo, esclareceu sobre a atual classificação do TEA, provável origem genética e características observáveis na primeira infância. Da mesma forma, a psicóloga Eulanny reforçou a importância da observação das características pelos professores que devem informar à família e informar sobre a necessidade de atendimento precoce, além de indicar alguns jogos e atividades de estímulo para o desenvolvimento das crianças.

O professor Agamenon relatou sua experiência como instrutor de *Jiu-jitsu* e a inclusão de uma criança com TEA. O professor foi sensível a respeitar as características de hiperatividade do aluno e soube dialogar com pai para compreender melhor os comportamentos da criança e com isso, conseguiram uma boa participação do aluno e a própria aprendizagem da prática do esporte. Como sabemos, a atividade física é um elemento importante para saúde de todas as pessoas, portanto, a prática de esportes, como as artes marciais, por exemplo, é uma atividade importante para o desenvolvimento global das pessoas com TEA.

A fala da professora Edneide me chamou mais atenção devido ao carinho e cuidado que ela demonstra ao falar sobre a importância do AEE, destacando a necessidade que a família do estudante com deficiência valorize mais a oportunidade de AEE e, garanta a frequência no horário correto de atendimento, bem como mantenha diálogo e compreensão como o profissional de AEE. Da mesma forma, o Poder Público precisa equipar melhor as salas de recursos multifuncionais e garantir formação continuada de qualidade aos profissionais.

A palestra de Maria Dantas sobre o PEI contemplou o conceito de acessibilidade, conforme a lei n. 13.146/2015, art 3º, destacou a acessibilidade curricular (BRASIL, 2015). Ela também mostrou um exemplo de formulário de PEI e alguns elementos do parecer pedagógico.

¹ Na região Nordeste, tenho conhecimento do trabalho do governo do estado da Paraíba que inaugurou um Centro especializado em meados de 2020. Acesse o site: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/centro-de-atendimento-ao-autista-comemora-um-ano-de-prestacao-de-servico-especializado> e, no estado da Bahia, ver site: <https://www.saude.ba.gov.br/atencao-a-saude/comofuncionaosus/centros-de-referencia/cretea/>

Como tenho vários alunos com deficiência no IFRN, já conheço bem o modelo do PEI e o processo de elaboração que se dá em conjunto com o Napne e equipe técnico-pedagógica do campus. De todo modo, gostei bastante da apresentação de Maria, considerando a abordagem dela como profissional da área clínica de psicopedagogia também. Considero que o trabalho dela na cidade de João Câmara, seja na área educacional, como na clínica, é essencial para essa região do RN, uma vez que a maioria dos especialistas, geralmente, atuam na capital e as famílias enfrentam dificuldade de transporte para manter uma rotina de atendimentos. A parceria entre o Napne e a Clínica Maria Dantas, tanto para a oferta do curso, como para divulgar e fortalecer a importância do acompanhamento clínico das pessoas TEA é parte do processo de inclusão social porque viabiliza a melhoria da qualidade de vida e de escolarização dos autistas e suas famílias.

Além disso, destaco que, a inclusão de autistas no ensino técnico e profissionalizante também é imprescindível para mediar a inserção desse público no mercado de trabalho. De acordo com a legislação brasileira de trabalho, o ambiente de trabalho do PcD deve ser adequado às necessidades específicas, embora ainda exista muita limitação das empresas (Gutierrez e Souza, 2023). Acredito que o IFRN é uma instituição que tem estrutura e condições de auxiliar nessa formação e ingresso da pessoa com TEA no mundo do trabalho, uma vez que, faz parte de sua função social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do relato apresentado e das reflexões construídas, consideramos que o curso FIC sobre autismo e inclusão marca a história do IFRN como uma importante ação pública formativa que contribui para a melhoria do trabalho dos profissionais da educação mas, também contribui com a disseminação dos direitos da pessoa com TEA para as famílias e interessados. Mas, para além do trabalho educacional, a saúde pública e o mundo do trabalho também precisam ampliar a capacidade de atendimento das necessidades do público PcD. A exemplo dos governos estaduais da Bahia e da Paraíba, é extremamente necessário que o estado do RN também implante um centro público especializado próprio para atendimento multidisciplinar das pessoas com TEA. No caso da minha prática como docente, sinto muita alegria por cada estudante com deficiência que recebo nos cursos de Ensino Superior. Creio que, eles são prova de que a inclusão escolar no Brasil já existe há bastante tempo, apesar das dificuldades e resistências de algumas escolas. No caso do IFRN, a política de cotas para ingresso, estabelecida a partir da Lei n.12.711/2012, contribui com o acesso justo nessa instituição pública e gratuita (Brasil, 2012). Percebo que o NAPNE tem se fortalecido a cada ano

para a permanência e êxito dos estudantes PcDs e esperamos que a estrutura de atendimento e recursos disponíveis continuem sendo ampliados.

Portanto, espero que o curso FIC sobre autismo e inclusão tenha outras edições com tanto sucesso quanto essa e possa consolidar-se como ação institucional no IFRN. Desejo que a política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) seja mais respeitada em todo o país, seja pelos governantes, como pelos profissionais que já atendem pessoas com TEA e outras deficiências, uma vez que, a educação e cidadania são direitos de todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 13.146/2015. Institui lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. (Estatuto da pessoa com deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 09 de agosto de 2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, jan. 2008. [Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela portaria n. 555/2007, prorrogada pela portaria n. 948/2007, entregue ao ministro da Educação em 7 de janeiro de 2008].

BRASIL. Lei n.12.711/2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm Acesso em: 30 de agosto de 2023.

GUTIERREZ, A. A.; SOUZA, D. A. Democracia e Direito: perspectivas inclusivas de jovens e adultos com Transtorno do Espectro Autista no Mundo do Trabalho. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 23, 2023. DOI: 10.15628/rbept.2023.15249.

PASSEGGI, M.C. Memorial de formação. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

VIAJANDO NO MUNDO DO AUTISMO: VIVÊNCIAS AUTÊNTICAS DA MATERNIDADE ATÍPICA

Josemery Araújo Alves

1. INTRODUÇÃO

O curso FIC Autismo e Inclusão Escolar atendeu minhas expectativas e ainda me possibilitou apresentar esse relato de experiência pautado na maternidade atípica, tendo o Transtorno do Espectro do Autismo como fator que mudou o curso de uma família, e juntos, temos evoluído como seres humanos e agregado novos integrantes nesta trajetória.

Sou seridoense, nascida em Caicó/RN, casada há 12 anos com Leonardo, mãe de Theo (TEA) e Gael, tia de Daniel (TEA). Graduada e mestre em turismo, doutora em Recursos Naturais, atuando como professora do ensino superior na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Fui apresentada ao autismo em 2017, quando surgiram os primeiros sinais de alerta no meu filho primogênito, e desde então, tenho me debruçado em pesquisas e estudos que versam sobre neurodivergência. Nesse ínterim, tive oportunidade de aprofundar os estudos nessa temática durante o curso FIC Autismo e Inclusão, agregando mais conhecimento sobre o autismo, tanto no âmbito familiar, quanto profissional.

Além de mãe, tia e madrinha de autistas, também convivo com o público neurodivergente na vida profissional, atuando como educadora no ensino superior. Meu filho abriu portas para desbravar e conhecer um novo mundo, e como turismóloga, aproveitei essa oportunidade de partilha de experiências e convido todos a se debruçar na leitura de uma autobiografia que conta “uma viagem no mundo do autismo”.

2. NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA

Eu e meu esposo nos conhecemos em 2005, casamos em 2011 e em 2014, recebemos uma das maiores dádivas da vida, a chegada no nosso primogênito, Theo Alves, um menino amável, alegre e muito desejado. Não podíamos imaginar que os desafios começariam desde o seu nascimento, quando de maneira inesperada, nasceu prematuro, no auge de 33 semanas de gestação. Além de internação na UTI, vieram também os cuidados que cercavam seu

desenvolvimento, seguindo à risca todos os protocolos e atentos ao acompanhamento dos marcos do seu crescimento.

Até os dois anos de idade, parecia que tudo estava tranquilo, Theo andava, se alimentava bem, brincava funcional, muito carinhoso, demonstrava afeto pela família e amigos. Na época do seu nascimento, mesmo morando em Caicó/RN, tínhamos suporte da equipe multidisciplinar de Natal/RN que acompanhava Theo desde o nascimento. Ainda assim, surgiram algumas inquietações maternas em virtude do baixo interesse em outras crianças e atraso de fala, sempre desconsiderados pelos pediatras, fonoaudiólogos e neuropediatras que procurávamos para orientação.

No entanto, com exatos 2 anos e 5 meses, fomos passar uma temporada de 9 meses em Lisboa/ Portugal, para dar continuidade às minhas pesquisas de doutorado. Naquele momento, já percebia um atraso sutil em outros aspectos, pois “não atendia ao ser chamado pelo nome” e “não respondia a comandos simples”. Meu esposo, que além de enfermeiro, passou a acompanhar a rotina diária do nosso filho mais de perto, começou a desconfiar que algo estava fora da curva e decidimos pedir orientação a um especialista em Lisboa, na expectativa que pudéssemos iniciar intervenção para estimular a fala.

Para nossa grande surpresa, ao finalizar uma consulta de exatamente 45 minutos, saímos do consultório com um diagnóstico de autismo e uma enorme dor no peito. Longe da nossa família, morando em outro país, surgiu um mix de negação e luto, tudo era muito novo e assustador.

Lembro que dia 13 de maio de 2017 participei da vigília em comemoração ao Centenário de Nossa Senhora em Fátima/ Portugal, momento em que tive oportunidade de participar da canonização de Santa Jacinta e São Francisco Marto, sobre as bênçãos do papa Francisco. Pedi com muita fé a Deus e Nossa Senhora bênçãos, que nossa família conseguisse superar aquela turbulência, com discernimento para seguir os melhores caminhos na busca pelo desenvolvimento para nosso filho.

Retornei para Lisboa ao encontro de Léo e Theo com a certeza que tudo iria dar certo. Foi quando começamos a reagir a tristeza e seguir todas orientações médica, matriculamos nosso filho na escolinha e entramos em contato com os profissionais de referência em intervenção precoce. E logo os primeiros resultados chegaram, com poucas semanas Theo “parecia” outra criança, melhorou a interação, já falava um repertório maior de palavrinhas e começou a responder comandos. Vibramos muitos com aquelas conquistas, mas a “dúvida do TEA” ainda era presente, então, decidimos buscar outras opiniões médicas e ficamos

esperançosos com novos olhares que apontavam para um “atraso global no desenvolvimento” em virtude da prematuridade.

De toda forma, já tínhamos entendido que algo não estava bem, e que precisávamos agir, e foi exatamente isso que fizemos, deixamos de lado o diagnóstico e buscamos proporcionar estimulação de qualidade.

Tudo estava bem até chegar o momento de retornar ao Brasil, e Caicó/RN, nossa cidade de origem, parecia que já não atendia mais nossas demandas, tendo em vista que os avanços significativos de Theo estavam pautados em uma equipe de referência.

Na mesma época, surgia também desconfiança de características no meu sobrinho/afilhado Daniel, assim, entendemos que havia um caminho longo a desbravar e também conseguir ajudá-lo, orientando toda nossa família sobre a convivência com o transtorno do espectro autista.

Nesse momento, comecei a me debruçar nos estudos e capacitação sobre Transtorno do Espectro do Autismo, e entender melhor sobre os caminhos que poderíamos seguir. Foi então que decidi pedir remoção do trabalho e mudar para Natal, capital do RN, em busca de assistência terapêutica mais completa.

Ao cruzar o caminho de uma colega pesquisadora da UFRN, fonoaudióloga, tivemos uma conversa tão franca que não hesitamos em arrumar as malas e deixar nossa cidade de origem em busca de melhores oportunidades terapêuticas para Theo em Natal/RN. Aos poucos, outros profissionais foram chegando e agregando conhecimento nessa trajetória, e ao longo de todos esses anos viajando no mundo do autismo, muitos profissionais de gabarito passaram por nossa vida, alguns continuam nessa jornada desde o começo, e outros, deixaram legado significativo que sempre serão lembrados pela nossa família.

Hoje, com 9 anos de idade, Theo se comunica bem (adquiriu desenvoltura na linguagem verbal com 6 anos), é alfabetizado, socializa com seus pares, ganhou um irmão super parceiro, Gael, que chegou para transformar e completar ainda mais a família. Com nossos filhos, a aventura de viajar pelos caminhos da vida tem uma doçura mais especial, e somos gratos por todos os desafios que temos enfrentado, evoluindo para seres humanos melhores.

3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL COM AS NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS E COM O CURSO AUTISMO E INCLUSÃO ESCOLAR

Associados aos desafios do autismo na vida familiar, alguns reflexos foram propagados ao contexto profissional. Inicialmente, os estudos e capacitação eram voltados ao contexto infantil, na tentativa de colaborar com o aprendizado de Theo e Daniel (sobrinho).

No entanto, como professora do ensino superior, entendi que meu papel de educadora era entender sobre os princípios de educação inclusiva, e por isso, comecei o processo de capacitação voltado as demandas específicas ao público neurodivergente. Ferrari e Sekkel (2007, p.642) corroboram falando da “necessidade de formação pedagógica do docente do ensino superior que contemple a reflexão sobre as atitudes frente às diferenças”.

Dessa forma, a causa “autista” abriu portas para conhecer um campo de conhecimento maior, ingressei em projetos de ensino, pesquisa e extensão nessa área, além de comissões, grupos e organização de eventos.

Além disso, o envolvimento nas atividades de educação inclusiva e acessibilidade possibilitou conhecer muitos alunos (adolescentes e adultos), servidores e professores diagnosticados com autismo, TDAH, transtornos gerais do neurodesenvolvimento, o que tem sido um excelente laboratório de aprendizado que leva para vida. Ferrari e Sekkel (2007, p.10) ressaltam as vantagens dos professores terem suporte de “colegas e de outros profissionais, de repensar a estratégia de aula, de rever o plano de ensino e de contar com a participação dos alunos [...] é de importância fundamental numa proposta educacional voltada para a inclusão.”

De fato, minha relação pessoal com o Transtorno do Espectro do Autismo tornou-se algo leve e próspero, além de ativista da causa, hoje percebo inúmeras oportunidades de engajamento com a causa social, participando ativamente do processo de transformação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte em uma instituição mais inclusiva e acessível para todos, por sua vez, desbravando caminhos para Theo, Daniel e tantas outras famílias de amigos autistas que também sonham com um futuro próspero para os filhos, independente de qualquer condição.

Pletsch, Melo e Cavalcanti (2021, p.27) refletem que “nos últimos anos tem crescido o debate e a produção científica focando os direitos educacionais e sociais das pessoas com deficiência tomando como base a premissa da educação inclusiva”. Reconheço os inúmeros desafios encontrados nesse processo, mas também vislumbro possibilidades de no futuro colhermos o resultado das pequenas ações e atividades que temos construído gradativamente, com a certeza que no amanhã teremos mais visibilidade do que no passado.

A capacitação profissional passou a ter novas metas e desafios, e em 2024, fui contemplada com bolsa CNPQ para realizar pós doutorado no exterior. Retornamos em família para Portugal com uma nova missão, fazer pós doutoramento em Educação Inclusiva no Ensino Superior na Universidade do Algarve, tendo a oportunidade de trabalhar no Gabinete de Apoio ao Estudante com Necessidades Educativas Especiais (GAENEE), realizar cursos de aperfeiçoamento e compartilhar conhecimento com outros pesquisadores.

Em relação ao Curso FIC Autismo e Inclusão Escolar, promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, me chamou a atenção, as questões discursivas ao final do primeiro módulo, além das questões objetivas, havia questões relativas à qualidade do curso e experiências com a educação de pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Quando fui indagada sobre qual é o maior desafio que percebo na inclusão da pessoa com autismo nos espaços diversos, respondi sem duvidar, que no nosso contexto familiar, o maior desafio são as barreiras da socialização, dificuldade em estabelecer amizades e ser acolhido nas suas particularidades. Também perguntaram que estratégias de inclusão eu considero que são efetivas no acolhimento inicial de uma pessoa com TEA? Minha resposta foi: Entender e acolher, aceitar as diferenças, compreender que todos temos os mesmos direitos. Na última pergunta: Você já mudou ou adaptou alguma prática para atender alguém com TEA? Conte-nos sua experiência? Como se sentiu? Se ainda não teve essa experiência, fale das suas expectativas. Respondi que sim, diariamente tento ajustar minhas ações para modular os comportamentos inadequados do meu filho em virtude do autismo, tentando promover melhor bem estar e tranquilidade para ele e toda família. Nesse sentido, o curso possibilitou aos cursistas essa reflexão e autocrítica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como reflexão, convido os pais, amigos e profissionais que atuam diretamente com o autismo para ouvir a voz do coração e seguir a intuição como guia dessa viagem, cientes que cada um fazendo sua parte com maestria, todos serão beneficiados, principalmente, as crianças, jovens e adultos com TEA.

Que possamos ser luz na vida de outras pessoas, com empatia e sensibilidade para acolher e direcionar famílias em situação de vulnerabilidade, orientando direitos, intervenção adequada e locais de tratamento.

Conviver com o autismo é ter a sensação de está sempre em uma montanha russa, com muitos altos e baixos, mas com a certeza que estamos proporcionando o que temos de melhor. Menos cobrança e mais aceitação é o roteiro para uma vida mais leve para as famílias atípicas.

Nessa viagem que o autismo me proporciona diariamente, me fez acolher novas possibilidades, sai do “luto para luta” e entendi que minha missão pode ir além das fronteiras da nossa família, e juntos com tantos outros, podemos fazer diferença na vida de muitos.

Nesse ínterim, tenho me dedicado com empenho a causa de uma universidade verdadeiramente inclusiva, lutando por um ensino de qualidade para todos, e compartilhando a alegria de aprender cada dia mais com meus alunos neurodivergentes.

Hoje, não tenho dúvidas que a viagem no mundo do autismo tinha um propósito muito maior na minha vida e estou pronta para vivenciar as novas experiências na jornada pessoal e profissional.

REFERÊNCIAS

FERRARI, Marian A. L. Dias; SEKKEL, Marie Claire. **Educação Inclusiva no Ensino Superior: Um Novo Desafio**. Psicologia, ciência e profissão, 27 (4), 2007.

PLETSCH, Márcia; MELO, Francisco; CAVALCANTI, Lucélia. Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência na Educação Superior: experiências e desafios contemporâneos. In: **Educação superior, inclusão e acessibilidade: reflexões contemporâneas**- Campos dos Goytacazes (RJ): Encontrografia, 2021.

UM OLHAR PARA QUEM CUIDA ATRAVÉS DO GRUPO TERAPÊUTICO ACOLHER

Herika Danielly Bezerra De Moraes

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste relato é apresentar ainda resumidamente a experiência com familiares e cuidadores de pessoas com autismo, através da realização do Grupo Acolher, um grupo pensado para potencializar o autocuidado, promovendo saúde e uma melhor qualidade de vida para esse público.

Vale ressaltar que, de acordo com a legislação, utilizamos o termo pessoa com autismo. Entretanto, de acordo com Bottema-Beutel (2021), algumas pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) preferem ser chamadas de autistas em vez de pessoas com autismo. Nessa perspectiva, não existe uma expressão correta, mas uma expressão mais confortável para cada pessoa que tem o direito de escolher como deseja ser chamado.

O principal objetivo do grupo é acolher as famílias, dando oportunidade de fala e de escuta a esses familiares que sofrem com a falta de acolhimento e compreensão da sociedade sobre o assunto.

Sobre as ações do grupo Acolher, acredito que trata-se do primeiro grupo a oferecer esse serviço de forma gratuita no Rio Grande do Norte. Fundado em agosto de 2022, o ACOLHER nasce da minha experiência no âmbito familiar, de crianças com autismo. A ideia do grupo surgiu durante o meu último ano do curso de psicologia e foi conduzida por mim e pelas colegas de faculdade: Maria Luiza de Souza, Ingrid Santana e supervisionado pela professora orientadora Maria Aparecida de França que acolheram a minha ideia e me ajudaram a fazer o grupo acontecer. No decorrer do grupo, obteve-se como intuito realizar atividades terapêuticas capazes de proporcionar o autocuidado e cuidado mútuo, bem como possibilitar um ambiente de acolhimento, crescimento e apoio entre essas famílias que partilham de dificuldades e fragilidades emocionais semelhantes.

2. QUEM SOU EU?

Eu sou Herika Danielly Bezerra de Moraes, tenho 27 anos e sou natural de Pedra Grande, Rio Grande do Norte (RN), cidade que tanto amo, onde nasci e morei por muitos anos, para quem ainda não me conhece, deixo minha foto (imagem 1) como registro histórico. Em 2017 concluí minha primeira graduação em história. Porém, para realizar um sonho de adolescência, iniciei o curso de psicologia. Por morar longe da universidade, todos os dias realizava um longo percurso em um ônibus escolar saindo do povoado Alto da Aroeira/RN às 14:30 e retornando às 2:00 da manhã, e foi assim por alguns anos até chegar a pandemia SARS/COVID19, paralisando as aulas presenciais.

Imagem 1: Minha foto



Fonte: Acervo Pessoal, 2023

Em 2020 fui morar em Natal-RN para trabalhar como assistente terapêutica de crianças e adolescentes autistas. Esse foi o meu primeiro contato com a área e onde nasceu o meu encanto pelo trabalho que pode ser feito com essas crianças. O percurso que vivi com crianças autistas durante a minha formação como psicóloga exacerbou em mim o desejo de ir além do que já sei, para entender além do que já se diz e elevar sempre mais os meus conhecimentos para falar e ouvir essas crianças do modo que elas precisam e merecem ser ouvidas.

Para isso, busco cada vez mais adquirir e transmitir conhecimento sobre o assunto e foi por isso que ingressei no curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) autismo e inclusão ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Núcleo de Apoio a Pessoas Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) e Centro Clínico Maria Dantas. Atualmente sou psicóloga, poeta e pós-graduanda em desenvolvimento Infantil pelo CBI of MIAMI, centro educacional referência na área do autismo. Busco unir a arte de escrever ao amor que tenho pela minha profissão.

3. DESENVOLVIMENTO DO GRUPO ACOLHER

Início esse tópico com uma poesia autoral, escrita com base em relatos de algumas mães atípicas:

“Te enxerguei morrendo e lutei para te ver vivendo. Te amarrei em meu corpo, já que não cabes mais em meu ventre, senti suas dores de estar preso em mim e morri por você. E foi morrendo que fui entendendo que precisava viver, ainda que seja por amar a você. E foi voltando a viver que descobri que o amor liberta e não aperta. Assim, corto as cordas que nos prende e nos
laços ao amor que nos conecta.

Herika Moraes

No decorrer dos encontros, os integrantes do grupo acolher compartilharam as suas principais queixas e sofrimentos psíquicos. A oportunidade de um ambiente acolhedor e sigiloso possibilitou a abertura dos membros do grupo para falar das suas dificuldades e fragilidades emocionais, proporcionando, reflexões, suporte e apoio mútuo entre eles.

Nesta perspectiva, inicio esse parágrafo convidando o leitor a se perguntar: cadê o sujeito? Onde está quem se era antes da maternidade ou paternidade atípica? O autismo passou a ser um laço dos membros do grupo acolher com a sociedade, eles se fusionaram no diagnóstico, não havendo nada fora não conseguir conceber os filhos como sujeitos singulares.

“Trata-se, ao diagnosticar, de inserir o sujeito em um grupo, de definir algumas propriedades que passarão a representá-lo, com todos os efeitos de mortificação que daí advêm. Por mais que se busque preservar a singularidade, a atribuição de um diagnóstico é necessariamente a atribuição de um juízo de valor, que incorpora o sujeito a uma classe. Neste ponto perde-se algo do sujeito (...). Quanto mais se delimita o eu através de seus nomes, títulos e as roupagens imaginárias que lhes são inerentes, mais se oculta o real do desejo inominável que habita o sujeito (Vieira, 2021, p.171).

A centralidade que o diagnóstico representa nas famílias do grupo: a impotência, a fragilidade, a angústia, a culpa e o medo do futuro são sofrimentos comuns relatados nos encontros. Nesse sentido, apresento falas de alguns participantes que expressam esses sentimentos:

- Uma vez, o meu filho estava brincando numa festa, e a mãe de outra criança tirou ela de perto dele. No momento, fiquei sem reação, me senti impotente, não consegui fazer nada, apenas chorei sozinha no banheiro.

- Ouvi que meu filho era preguiçoso de pessoas que não entendiam suas dificuldades.

- *Eu sempre quis ouvir minha filha falar 'mamãe', mas talvez eu nunca escute. Eu tenho curiosidade de ouvir o som da voz dela.*

- *Após o diagnóstico do meu filho, meus amigos e familiares se afastaram, e não sou mais convidada para festas e aniversários.*

- *Vivo uma rotina cansativa, pesada e repetitiva de trabalho e terapias. E tudo o que eu faço pode ser inútil, porque minha filha pode nunca se desenvolver”.*

- *Ao ouvir 'Ela tem autismo', senti que minha filha morreu, juntamente com tudo aquilo que eu idealizei para ela.*

Essas falas demonstram sofrimentos que necessitam ser acolhidos e na falta de suporte e oportunidade de cuidado, tais sofrimentos estavam sendo internalizados, causando estresse, angústia, adoecimentos e pensamentos de morte. Os pais ficam frequentemente sós diante da deficiência do filho. Podem às vezes experimentar um sentimento de abandono, que os leva a fazer do filho "a causa" de sua vida e a militar a favor de seus direitos. O terceiro torna-se, então, puramente externo, reduzindo-se a ser aquele junto a quem cabe reivindicar mais direitos e mais cuidados (Laurent, 2014).

Como supracitado, o autismo é o centro da vida desses pais. No grupo, buscamos oportunizar aos membros um local de fala e de escuta, um ambiente propício para se expressarem sem julgamentos, onde todos compartilhavam de dores e sofrimentos semelhantes e distintos. Do início ao fim, o grupo buscou resgatar as singularidades dos sujeitos para além do diagnóstico dos seus filhos, entendendo que existe um sujeito de desejo, que foi adormecido pela constante busca de tratamento dos filhos, ambos os pais sentem o autismo como uma invalidez, o fracasso da sua imagem narcísica de perfeição, a morte de tudo que foi sonhado e idealizado para seu filho.

Segundo Pavone & Rafaeli (2011), fazem ao mesmo tempo a suposição de um sujeito e de um saber no filho. E não somente de um saber, mas também de um outro do filho. Os filhos deixam de ser os filhos e passam a ser “os autistas”, e simultaneamente, os pais deixam de ser os pais, para serem os “pais dos autistas”, ficando aprisionados ao diagnóstico, perdendo suas singularidades e a de seus filhos.

O parágrafo acima demonstra a urgência e a importância do desenvolvimento do grupo, que desempenhou intervenções relevantes para uma melhor qualidade de vida desse público, que se encontrava em contexto de sofrimento. É valoroso que esses cuidadores se preocupem com o desenvolvimento de seus filhos. Entretanto, é importante entender que existem fatos que precisam ser enxergados e ouvidos que vão além do diagnóstico, o autocuidado é um deles. Nesta perspectiva, o ato terapêutico promoveu o resgate de simples coisas como: o prazer do

tempo de qualidade consigo mesmo, podendo ser no momento do banho, enquanto lava o cabelo ou faz a barba, ouvir uma música, assistir um filme, entre outros benefícios, que, apenas através da partilha no grupo, foi possível abrir espaços para pequenas coisas que estavam adormecidas, enxergando-se mais e trazendo suas particularidades.

Apesar de ser um grupo que tem em comum pais de filhos com autismo, os membros puderam colocar suas singularidades, retirando o autismo de cena, trazendo sintomas e encontrando-se como sujeito. Algo que merece destaque no grupo foi a participação de uma pessoa com autismo no qual damos o cognome de Blue. Blue, 24 anos, estudante de psicologia, não era o público-alvo (pais de pessoas com autismo), e sim a pessoa com autismo, que enxergou no grupo uma oportunidade de acolhimento e crescimento mútuo, sua presença no grupo não ocasionou inibição, trouxe um certo conforto aos pais, que enxergavam nele uma esperança no desenvolvimento dos seus filhos.

Através de Blue, foi possível compreender que assim como o azul compõe as cores do arco-íris, as demais cores também estão para abrilhantar esse fenômeno, sem precisar ser outra cor e é isso que o torna belo. Ao longo dos encontros, esses pais descobriram que podem continuar sonhando com o que relataram idealizar para seus filhos, antes da descoberta do autismo, desde que isso não interfira na singularidade dos filhos.

Semelhantes ou distintas, todas as histórias trazidas no grupo tiveram seu valor e importância para o alcance dos fatores considerados importantes na vida dos sujeitos. Segundo Bechelli e Santos (2004), um dos motivos que provavelmente contribuem para que os grupos sejam bem-sucedidos e alcancem bons resultados é a otimização de fatores terapêuticos, tais como: universalidade, altruísmo, a instalação da esperança e o apoio mútuo. O que reforça o pressuposto de que cada membro do grupo é agente de sua própria mudança. Não existe borboleta sem casulo. O grupo foi o casulo, mas a metamorfose é particular de cada um, que por si só criaram asas para voar do modo que desejam.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a minha formação e na vida profissional, ter tido a oportunidade de acolher o autismo em várias esferas, me permitiu conhecer e apresentar o autismo para muito além de uma patologia, de uma marca dada ao sujeito. Singularizar esses sujeitos e os seus cuidadores é, e foi, o grande desafio e objetivo durante o percurso até aqui.

O grupo acolher enxergou o não visto, deu voz ao não ouvido, e comprovou com o número de faltas dos participantes que várias vozes são caladas e esquecidas pela sobrecarga

que exige o cuidar. As informações obtidas e as reflexões realizadas foram um grande empenhamento pela escassez de trabalhos científicos com cuidadores de pessoas com autismo.

Nesta perspectiva, o grupo Acolher não só cria um espaço gratuito de acolhimento, como produz informações científicas que serviram de estudo e de estímulo para que a sociedade possa acolher e compreender não só o autismo, mas quem está a caminhar com essas pessoas. A cada intervenção, os membros do grupo montavam os seus quebra-cabeças, preenchendo com a peça fala lugares vazios, reencontrando peças esquecidas pela sobrecarga do cuidar e encontrando novas peças que acolheram seus sentimentos e complete o quebra cabeça. Entendendo que podem se desmontar e remontar quantas vezes quiserem, sem precisar ser um novo quebra cabeça.

REFERÊNCIAS

BECHELLI, Luiz Paulo de C.; SANTOS, Manoel Antônio dos. **PSICOTERAPIA DE GRUPO: COMO SURTIU E EVOLUIU**. Rev Latino-Americana de Enfermagem, Ribeirão Preto, v.2, n.12, p.242-249, abr./mar. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/gzJT55CqVnHyWTSwJM54sfr/?format=html&lang=pt>

BOTTEMA-BEUTEL, Kristen. Avoiding Ableist Language: Suggestions for Autism Researchers. *AUTISM IN ADULTHOOD*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 18-29, 1 jan. 2021. DOI 10.1089/aut.2020.0014. Disponível em: <https://home.liebertpub.com/publications/autism-in-adulthood/646>. Acesso em: 7 jul. 2024.

LAURENT, Éric. A batalha do autismo: da clínica à política. **Editora Schwarcz**, 2014.
PAVONE, Sandra; RAFAELI, Yone Maria. Diagnóstico diferencial entre psicose e autismo: impasses do transativismo e da constituição do outro. **Estilo da Clínica**, São Paulo, p. 32-51, jan. 2011.

VIEIRA, M. A. Dando nome aos bois, sobre o diagnóstico em psicanálise. In: Ana Cristina Figueiredo. (Org.). *Psicanálise - pesquisa e clínica*. 1 ed. Rio de Janeiro: IPUB/UFRJ, 2001, v. 1, p. 171-181.

TRAJETÓRIA DE UMA ASSISTENTE EDUCACIONAL INCLUSIVA E A EXPERIÊNCIA COM UMA ALUNA COM TEA NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO COM O CURSO TÉCNICO

Mara Rúbia Santos de Sousa

1. INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência aborda, inicialmente, minha atuação profissional, a qual ocorre na instituição de ensino Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Campus Natal Central, no Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) onde atuo como Assistente Educacional Inclusivo. Em seguida, apresento o relato da minha trajetória enquanto acompanho uma aluna com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em sala de aula e por fim, da experiência com o curso de Formação Inicial e Continuada Autismo e Inclusão, que é uma formação voltada para conhecimentos e partilhas de experiências acerca do contexto voltado para o público de alunos com o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Tive conhecimento do curso através da própria organizadora do Projeto "Conhecer para Acolher", a professora Vanessa Desidério, que comentou sobre o curso quando nos encontramos no campus Natal Central e ainda por meio de informações compartilhadas em grupos voltados para o contexto da inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Específicas (NEE).

O Projeto trata-se da inclusão de alunos com TEA na escola. Minha participação no curso foi motivada devido o interesse pela temática da inclusão, tendo em vista a minha atuação em sala de aula com alunos com TEA. O curso FIC Autismo e Inclusão, ofertado através do Projeto Conhecer para Acolher, tem sido uma experiência singular cheia de conhecimentos teóricos e experiências práticas compartilhadas. Por meio deste curso, pude compreender mais acerca dos conceitos voltados para a temática da educação inclusiva, com recorte para os alunos com TEA, e aprender diversas possibilidades de intervenção em sala de aula que favoreçam o aprendizado desses alunos, com aplicação de metodologias específicas voltadas para essa demanda, considerando suas especificidades, habilidades e limitações.

O objetivo deste relato é descrever a experiência e o aprendizado que obtive na realização do curso FIC Autismo e Inclusão, e descrever um pouco de minha atuação profissional na instituição de ensino IFRN - Campus Natal Central, através do NAPNE como Assistente Educacional Inclusivo, tendo em vista o trabalho com alunos com TEA em sala de aula.

Conforme corroboram vários autores que tratam dessa temática, o TEA, é comumente conhecido como autismo. Teixeira, (2016) explica que o transtorno do espectro autista é uma síndrome de início precoce caracterizada por alterações marcantes no desenvolvimento da linguagem e da interação social. Há também a presença de comportamentos estereotipados e repetitivos, rituais, alterações sensoriais e interesses restritos. Essas características são essenciais para que ocorra o diagnóstico e estão presentes em todos os indivíduos com o transtorno.

O objetivo proposto pelo curso é o de contribuir com a disseminação do conhecimento sobre o TEA, reduzindo a discriminação, preconceito e capacitismo nas escolas através das escolhas inclusivas. Diante disso, para a minha formação acadêmica e profissional, o referido objetivo tem contribuído para a disseminação de conhecimentos necessários para a sua aplicabilidade na minha atuação profissional, o que de forma geral, torna-se importante para o aprendizado acerca dessa temática para todos os profissionais que trabalham com este público, familiares, interessados e a sociedade em geral.

Com graduação na área da Pedagogia, essa formação tem sido bastante relevante para a minha atual experiência junto aos alunos com TEA, o que me permitiu a participação no curso FIC Autismo e Inclusão.

Diante disso, é necessário relatar acerca da importância e relevância do curso FIC Autismo e Inclusão para todos os públicos de profissionais e interessados, no que se refere à obtenção dos conhecimentos teóricos adquiridos que serão essenciais para a execução da prática profissional no contexto da inclusão, por meio de conteúdos do curso referido. A participação no curso FIC me permitiu a construção desta escrita reflexiva, que servirá como base motivacional para os participantes das próximas edições do curso, pensando ainda neste relato como um instrumento que possibilitará desenvolvimento profissional.

2. NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA

Como parte deste relato de experiência, torna-se pertinente uma breve apresentação autobiográfica que contempla informações e características individuais de minha personalidade.

Me chamo Mara Rúbia, nascida na cidade de Natal/RN e criada na cidade de São José do Mipibu/RN, sou graduada em Serviço Social pela Faculdade Estácio do Rio Grande do Norte /FATERN, especialista na área da Educação, graduanda do curso de Pedagogia pela UFRN e possuo formação continuada e atuação na área da educação inclusiva juntamente com alunos com Necessidades Educacionais Específicas do NAPNE - Campus Natal Central.

Minhas memórias afetivas estão mais voltadas para o aspecto educacional, onde recordo que gostava muito de estudar, escrever, desenhar e pintar. Gostava ainda de fazer caligrafia e leituras infantis. Meu passatempo era mais realizando esses tipos de atividades escolares, e assim cresci apaixonada pela área da educação.

Nas minhas memórias familiares, recordo que gostava bastante de visitar a fazenda do meu avô, que era localizada na zona rural de São José do Mipibu. Gostava da natureza, do cheiro do mato, das brincadeiras antigas e saudáveis e dos passeios à cavalo e na carroça do meu avô quando íamos colher feijão verde, milho e cana-de-açúcar, uma vez que ele era agricultor. Minhas vivências despertaram o interesse e simpatia pela área da educação, tanto que na adolescência eu realizava apoio pedagógico e aulas de reforço com as crianças da vizinhança.

Minha educação básica foi realizada na Escola Instituto Pio XII, localizada na cidade de São José do Mipibu/RN, onde cursei a educação infantil, ensino fundamental e médio.

O interesse pela temática e a realização deste curso me influenciou positivamente nas minhas formações profissionais na área educacional e, conseqüentemente, nas minhas atuações profissionais no âmbito escolar.

Como contribuições para a minha formação acadêmica e profissional, o curso FIC Autismo e Inclusão tem sido bastante produtivo e significativo, tendo em vista que esse serviu como base para novos conhecimentos acerca dessa área, o que contribuiu diretamente para a minha atuação com alunos com TEA, e ainda para a construção de Trabalho de Conclusão de Curso voltado para a temática da educação inclusiva.

3. TRAJETÓRIA DE UMA ASSISTENTE EDUCACIONAL INCLUSIVA EM FORMAÇÃO

Minha trajetória acadêmica e profissional tem seguido um direcionamento para a área educacional. Com a primeira formação no curso de Serviço Social, me inseri como Assistente Social numa escola de cursos técnicos. A partir dessa experiência, por ser um primeiro contato com o âmbito escolar mesmo que em escola técnica, ainda assim tenho despertado interesse pela área, de maneira geral, através da prática.

Seguida dessa atuação, realizei uma especialização na área de Gestão de Programas e Projetos de Esporte e de Lazer na Escola, e através da teoria explorada por meio dos conteúdos e partilhas de experiências dos professores e alunos da turma, tenho aprofundado bastante interesse em trilhar os caminhos da educação. Assim, passei a atuar em alguns âmbitos na área da educação, como: professora da educação infantil em escola particular, estagiária de Pedagogia no NAPNE IFRN - Campus Natal / Centro Histórico, e atualmente Assistente Educacional Inclusivo no NAPNE do IFRN - Campus Natal Central.

Foram estas duas últimas experiências que me permitiram inserção na área da educação inclusiva, atuando com alunos com Necessidades Educacionais Específicas no NAPNEs dos IFRN. Para a construção deste relato de experiência, torna-se importante discorrer acerca do trabalho realizado com uma aluna com TEA no Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE).

O Núcleo é um órgão institucionalizado no IFRN pela Portaria nº 1533, de 21 de maio de 2012. Seu público-alvo é composto por pessoas com Necessidades Educacionais Específicas e pessoas com transtornos funcionais específicos, com o objetivo principal definir diretrizes que promovam a inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas (PNEEs), buscando o respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, promovendo a cultura da educação para a convivência e aceitação da diversidade, e promover condições necessárias para o ingresso e permanência desses estudantes em sala de aula, através de uma equipe formada por: psicopedagogos, ledores, intérpretes de libras, assistentes educacionais inclusivos e estagiários de Pedagogia.

O NAPNE visa a inclusão dos alunos com deficiência, auxiliando-os e dando-lhes o suporte necessário em sala de aula e nas atividades acadêmicas. Nesse sentido, embora haja pouco tempo de atuação com esta aluna no referido Núcleo, é possível afirmar que, na atual experiência, comecei a acompanhá-la em sala de aula, mediando o processo de ensino e aprendizagem por meio de apoio estabelecido juntamente com o professor, ao aplicar metodologias que facilitem a aprendizagem da aluna.

Na experiência prática dessa atuação, é possível perceber que cada aluno com TEA tem suas particularidades, e é necessário que possamos conhecer as características deste aluno, seus interesses, habilidades e limitações, para que possamos conduzir a nossa atuação e realizar um planejamento ou apoio focado nas particularidades desse aluno. Inicialmente, ao começar a acompanhar a aluna com TEA, precisei que eu fosse apresentada à ela, e que esta fosse informada que eu estaria lhe auxiliando a partir de então em sala de aula. Foquei na sua reação, e esta reagiu de maneira neutra, não demonstrando opinião nem argumento algum

naquele momento, o que já era esperado. Nas primeiras semanas lhe auxiliando, a aluna apenas respondia alguns questionamentos que eu fazia ou orientações que eu lhe repassava a respeito das aulas e das atividades realizadas, mas não interagiu muito.

Desta forma, eu precisei ter um olhar observador para analisar as características da aluna, almejando focar nas suas particularidades e elementos que ela demonstrasse interesse. Foi percebido que a aluna é bastante participativa nas aulas, principalmente nas disciplinas de exatas; gostava muito de interagir com a turma e com os professores, sempre puxando assunto, inclusive durante as aulas; chamar a atenção dos colegas para que estes falassem com ela, e quem passava por ela, a mesma fazia questão de cumprimentar com um aperto de mão. Com o passar dos meses, a aluna já sente mais segurança, está mais vinculada a mim, e já interage bem melhor aos meus estímulos no que diz respeito ao apoio que lhe é direcionado.

Hoje ela já se sente mais confortável para tirar dúvidas e conversar comigo, é bastante carinhosa, assídua, participativa nas aulas, e interage bastante com os colegas.

Foi por meio desta experiência e em contato com este perfil de alunos que o curso FIC Autismo e Inclusão se fez presente, significativo e necessário, trazendo diversas contribuições para a minha prática profissional. A partir do curso FIC, aprendi conceitos-chave da temática da educação inclusiva, adentrando nas especificidades e características das pessoas com TEA.

Em sua totalidade, a inclusão deve abranger a adaptação de espaços físicos de acordo com os perfis de alunos que a instituição de ensino possui, formação permanente e capacitação continuada de professores e profissionais de educação. Assim, afirma-se que a realização do curso FIC Autismo e Inclusão é um exemplo de formação continuada necessária aos profissionais que trabalham com essa demanda. A promoção da inclusão escolar envolve a participação e envolvimento de todos os atores da comunidade escolar, de forma que não ocorra a exclusão em nenhuma de suas formas: digital, social, cultural, financeira, entre outros (Silveira, 2020).

O curso foi uma rica experiência para a minha formação, uma vez que houveram partilhas de experiências riquíssimas apresentadas por profissionais que trabalham com esse público nos diversos âmbitos, os quais serão citados abaixo:

- Na aula inaugural, a abertura foi conduzida pela experiência compartilhada por Elana Filgueira (Mãe atípica, pedagoga, implementadora e mediadora: ABA, TOD e Manejo de comportamento em crise). Em seu momento, a mesma tratou do conceito, características e causas do autismo, relatando sua experiência diária como mãe atípica;
- A primeira palestra foi conduzida pelo Dr. Jefferson Borges (Neurologista Pediatra), focando no que é o autismo e como tratá-lo. Foram muitos conhecimentos

compartilhados acerca desse tema, no que se refere à compreensão do autismo em comparação com os outros transtornos e ao tratamento adequado mediante esse diagnóstico;

- A segunda palestra foi conduzida pelo Professor Agamenon (Professor de jiu-jitsu) , o qual tratou da inclusão dos alunos com TEA em todos os espaços, adentrando na especificidade de sua atuação nas aulas de jiu-jitsu com este perfil de alunos;
- A terceira palestra foi conduzida pela Professora Maria Dantas (Pedagoga, psicopedagoga e graduanda em psicologia) e Edineide Viana (Professora de Sala de Recursos Multifuncionais), as quais tratam da discussão de como montar uma Sala de Recursos Multifuncionais e servir ao aluno com Necessidades Educacionais Específicas. Este assunto rendeu bastante discussão, uma vez que trata-se da prática com os alunos com NEEs no contexto escolar. Esse conteúdo possibilita muitas dúvidas, pois esse contexto ainda deixa muito a desejar no sentido de investimentos;
- A quarta e última palestra contou com a participação da Professora Maria Dantas (Pedagoga, psicopedagoga e graduanda em psicologia) e da Professora Vanessa Desidério (Coordenadora e professora formadora), discutindo como se constrói um Plano Educacional Individualizado (PEI). Esta é uma discussão bastante pertinente para quem atua com alunos com TEA, uma vez que trata-se de um instrumento necessário para a atuação com esta demanda.

No decorrer do curso, Lima (2023) explicou que o Plano Educacional Individualizado é um instrumento de planejamento, que irá acompanhar o processo de aprendizagem e desenvolvimento de estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação, cuja referência é a trajetória individual de cada um.

Quanto às demais experiências que obtive de ensino e aprendizagens significativas como formação continuada nesse contexto do autismo e inclusão, estas também têm sido bastante pertinentes para a minha formação acadêmica e profissional, pois foi o que me motivou a continuar seguindo nessa área e buscando estratégias a partir dos conhecimentos teóricos e práticos para conduzir a minha atuação e contribuir para o processo aprendizagem dos alunos com TEA.

Com isso, é de extrema importância apontar considerações sobre possibilidades de que essa formação adquirida no curso possa subsidiar a nossa prática profissional, inclusive na docência, por exemplo. Tais possibilidades seriam buscar focar na subjetividade do aluno com TEA, identificando suas características para, a partir daí, direcionar para este um apoio mais eficaz, que proponha considerar o foco no aprendizado do aluno, através de suas habilidades e

limitações. Por fim, considerando o caráter formativo do memorial de formação, é importante analisar as práticas de leitura e escrita desenvolvidas ao longo do curso, tendo em vista que estes exercícios serviram de base para a construção deste relato de experiência. A leitura dos conteúdos expostos e os registros realizados, definiram uma boa compreensão do conteúdo teórico e das experiências compartilhadas no curso FIC, ao qual nos referimos neste relato.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto aos principais resultados obtidos a partir das reflexões feitas acerca do processo de formação viabilizado pelo curso, é possível destacar que o aprendizado obtido me oportunizou (e oportuniza) base para uma melhor condução e desenvolvimento de minha prática profissional. Os conhecimentos adquiridos no curso, favoreceram minha formação acadêmica, no sentido de compreender melhor a área da inclusão, e perceber melhores metodologias e estratégias de trabalho para atuar com os alunos com TEA em sala de aula. Assim, considera-se de extrema importância o processo de formação viabilizado pelo curso, tendo em vista as contribuições pertinentes que ele proporcionou.

Em vista disso, é importante considerar a necessidade de continuação do curso FIC Autismo e Inclusão, para que mais cursistas e profissionais tenham oportunidade de usufruir dos conhecimentos compartilhados para contribuir com a prática profissional.

Nesse processo de escrita do Memorial, houveram reflexões pertinentes em relação à temática da inclusão, o que permite uma análise da prática, buscando melhores estratégias de trabalho para com os alunos com TEA.

REFERÊNCIAS

LIMA, Maria Dantas de. Plano Educacional Individualizado para o aluno com Transtorno do Espectro Autista. 2023. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1BuP7mHFuFKr9lRQGEWWLLZLm1yIZGF2p/view>. Acesso em: 02 setembro 2023;

SILVEIRA, Jader Luís da. **Abordagens Sobre Educação Inclusiva** / Jader Luís da Silveira. – Formiga (MG): Editora MultiAtual, 2020. – (Abordagens Sobre Educação Inclusiva; v. 1). p. 26;

TEIXEIRA, Gustavo. Manual do autismo [recurso eletrônico] / Gustavo Teixeira. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Best Seller, 2016. Recurso digital. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1vHUZs1fcAy0ghejUNa5huDH8xc-sDOCu>. Acesso em: 28 agosto 2023.

Capítulo VIII

DESVENDANDO O AUTISMO NA SALA DE AULA: UMA HISTÓRIA DE SUPERAR DESAFIOS E CONQUISTAR CONEXÕES

Jefferson Ravadiérison da Silva

1. INTRODUÇÃO

O curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Autismo e Inclusão revelou-se uma ótima oportunidade para aprimorar meu entendimento sobre o meu fazer pedagógico sobre a temática que influencia diretamente e indiretamente minha vida. Tive conhecimento deste curso por meio de uma colega de curso da pós-graduação, e a indicação dela foi o ponto de partida para minha jornada de aprendizado e reflexão nesse campo tão relevante. Considerando a importância crescente de compreender e incluir pessoas com autismo em todos os aspectos da sociedade, decidi me inscrever no curso, motivado por meu contato pessoal com crianças autistas e reconhecendo a real necessidade de constantes atualizações e aprendizados. Além disso, a credibilidade da instituição ofertante do curso reforçou minha decisão de participar.

Neste relato de experiência, buscarei compartilhar as aprendizagens e *insights* adquiridos durante o curso, mas também trarei à luz uma experiência prática que surgiu como uma extensão natural desse processo de formação, como professor auxiliar de uma criança autista. Este relato refletirá sobre minha jornada ao lado dessa criança, como em práticas que contribuíram para seu desenvolvimento e bem-estar, bem como para o meu próprio crescimento pessoal e profissional.

2. NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA

Me chamo Jefferson Ravadiérison da Silva, natural e atual residente da cidade de Mossoró, situada no interior do estado do Rio Grande do Norte, no nordeste do Brasil, mais especificamente na mesorregião do Oeste Potiguar. Desde os primeiros passos na minha jornada educacional, a paixão pela educação foi plantada em meu coração. Tenho lembranças vívidas da minha primeira professora, a dedicada Aldenôra Barbosa, que em 2003 cativou-me com sua habilidade na docência.

Naquela época, eu vivia em uma zona rural de Mossoró, frequentando uma modesta escola, que, na verdade, era um prédio improvisado que se transformava em um ambiente

educacional das 7h às 11h. Apesar das condições simples, o que ficou gravado em minha memória foi a magia que a professora Aldenôra trazia para aquele lugar. Suas aulas eram transformadoras, e foram essas experiências que me inspiraram a seguir o caminho da educação. Anos depois, circunstâncias me levaram a mudar de escola, mas a semente que ela plantou continuou a crescer no meu coração. Em virtude disso, por volta dos 13 ou 14 anos, comecei a dar aulas de reforço, mesmo sem ter conhecimentos teóricos e práticos formais. Comecei a alfabetizar duas crianças, um passo ousado para alguém que não possuía experiência.

3. APRENDIZADOS NA JORNADA PELA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ao concluir o ensino médio, comecei a trabalhar em um projeto da rede estadual como intérprete de LIBRAS no "Projeto LIBRAS na Educação Básica do RN". Foi nesse ponto que senti a necessidade de ingressar no curso superior de Pedagogia oferecido pela Universidade Potiguar (UnP) para que pudesse ter conhecimentos teóricos e amadurecimento profissional. Então ingressei no curso de licenciatura e em 2018, eu estava no segundo período do curso quando surgiu uma oportunidade de estágio remunerado em uma escola da rede privada de Mossoró. Fui à entrevista sem grandes expectativas, mas vi como uma oportunidade prática na área de educação.

Meu estágio começou, e para minha surpresa, eu seria o professor auxiliar de uma criança autista. Naquela época, eu não sabia nada sobre o autismo, então tive que aprender teoria e prática simultaneamente. Minhas primeiras semanas foram de muito trabalho, adaptando-me à criança e vice-versa. Era o início do ano letivo, e a professora que o acompanhava estava se desligando, enquanto eu estava chegando.

Foram duas semanas intensas de aprendizado, tanto para mim quanto para ele. A família demonstrou otimismo e me apoiou, assim como a escola. Comecei a buscar referências teóricas que pudessem me orientar, até que encontrei uma psicóloga chamada Mayra Gaiato, pesquisadora na área do autismo, que tem um canal no YouTube que dá dicas e sugestões bem práticas para pais e cuidadores. Encontrar essa fonte foi como descobrir uma pista crucial para desvendar o "mistério" do autismo. Seus vídeos esclarecedores e o livro "Mundo Singular" forneceram uma base sólida de conhecimento prático sobre o autismo, desde sua definição até estratégias de trabalho.

Através do curso, soube que desde 2013, publicou-se a Nota Técnica 24/2013 (PORTAL MEC, 2013), criada para orientar os sistemas de ensino quanto à inclusão de discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), sobre a o incentivo à formação de profissionais da educação e pais dos discentes com TEA, porém, vejo que muitos não conhecem e não é muito

difundida. Desse modo, se tivesse recebido orientação antes, acredito que teria sido mais útil, entretanto, a experiência com essa criança autista foi um divisor de águas na minha formação.

De acordo com o Instituto Neuro Saber (2022) o TEA não é uma doença, mas é uma deficiência que limita o indivíduo em vários aspectos pela sua variedade de subtipos de transtornos. Devido aos diferentes níveis de comprometimento, utiliza-se o termo “espectro” para abranger todos eles. A deficiência não tem cura, o tratamento ajuda a minimizar as desigualdades sociais desveladas nos momentos de crise por quem nasce e vive com TEA. Os níveis de TEA permitem um diagnóstico mais claro, permitindo identificar o nível de gravidade dos sintomas, que varia de leve a grave, assim como a necessidade e a constância de apoio, pois alguns precisam de mais, outros de menos suporte, mas todos precisam.

A partir de uma busca contínua por conhecimento para melhor atender esse aluno, comecei a entender como deveria trabalhar com ele. Descobri que seu hiperfoco era em brinquedos de pá e areia, então criei atividades adaptadas envolvendo esses elementos, o que o ajudava a se concentrar. Seu tempo de concentração era limitado, e ele costumava sair da sala para se autorregular. No entanto, com o tempo, estabelecemos uma rotina que permitia intervalos curtos para regularização, e ele conseguiu permanecer cada vez mais tempo em sala de aula.

Enfrentamos desafios também em eventos fora da sala de aula, nos quais ele relutava em participar com os colegas. Gradualmente, por meio de persistência e paciência, consegui fazê-lo ficar por períodos mais longos em eventos sociais, representando um avanço notável.

Ele ainda não estava alfabetizado e frequentava o 3º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. No ano seguinte, iniciei um trabalho mais intenso com ele, utilizando o alfabeto móvel e atividades de pareamento das letras, o que o ajudou a reconhecer seu próprio nome e a aprender a grafia correta.

Intensificamos nossa abordagem, pois ele passou a permanecer na sala de aula durante todo o período. Comecei a usar o alfabeto móvel, mostrando-lhe vogais e solicitando que ele identificasse uma correspondente. No começo, ele pegava qualquer letra ou até mesmo jogava as peças, mas não desisti. Com o tempo, ele começou a fazer o pareamento das letras das vogais. Em seguida, avançamos para o pareamento das letras do seu próprio nome, usando uma ficha com as letras do seu primeiro nome, fixadas com velcro. Após vários meses de prática constante, dei um passo adiante: passei a chamá-lo pelo nome, indicando e pedindo que ele pegasse a letra "A" do seu nome. Ele olhava para onde meu dedo apontava, pegava a letra e a colocava no lugar certo. Após alguns dias nessa rotina, fiz o teste de solicitar a letra apenas oralmente, sem o

auxílio do meu dedo, e para minha surpresa, ele conseguiu fazer isso. Foi nesse momento que percebi que ele havia aprendido o seu próprio nome.

No ano seguinte, a pandemia chegou, forçando o fechamento das escolas e a transição para o ensino online. Infelizmente, ele não conseguiu se adaptar às aulas remotas e, quando retornamos ao ensino presencial, ele se mudou para outra escola. Essa experiência transformou completamente a minha perspectiva em relação a cada aluno, especialmente aqueles no espectro autista. Eles não apenas nos ensinam valiosas lições, mas também nos mostram a importância da dedicação e da inclusão na educação.

Essa experiência transformou meu olhar sobre cada aluno e sobre crianças autistas em particular. Aprendi que, como professores, muitas vezes aprendemos mais com nossos alunos do que ensinamos. A inclusão é um desafio constante, mas é também uma oportunidade para crescimento e compreensão mútua. Hoje, estou mais encantado pela educação e pela inclusão de todos os alunos, independentemente das barreiras que possam enfrentar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer o curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Autismo e Inclusão foi verdadeiramente uma jornada de reciclagem e aprendizado para mim. Como professor polivalente e com minhas experiências anteriores na educação. No entanto, ao longo do curso, fui exposto a um mundo novo e desafiador de conhecimento e compreensão.

Cada tópico abordado no curso, me mostrou a importância de abraçar a diversidade em sala de aula e proporcionar um ambiente acolhedor para todos os alunos, independentemente de suas necessidades individuais.

Essa jornada de aprimoramento não apenas ampliou meu horizonte profissional, mas também me deu as ferramentas necessárias para ser um educador mais inclusivo e eficaz. A educação é uma busca constante de conhecimento, e o curso FIC em Autismo e Inclusão foi um passo significativo nessa busca, ajudando-me a crescer como professor e a garantir que cada aluno tenha a oportunidade de alcançar seu pleno potencial na sala de aula.

A experiência de ser professor auxiliar de uma criança autista foi transformadora. No início, enfrentei um mundo desconhecido, mas a dedicação e a paciência logo revelaram um caminho para a aprendizagem mútua. A busca constante por conhecimento teórico e a aplicação prática das estratégias aprendidas no curso me permitiram apoiar esse aluno de forma eficaz e significativa. Desde o início da alfabetização até a construção de sua independência na sala de aula, cada pequeno progresso foi motivo de celebração.

Concluo essa narrativa com a convicção de que a inclusão é um compromisso contínuo e uma responsabilidade de todos os educadores. Cada aluno é único e merece a chance de brilhar, independentemente de suas diferenças. Os alunos no espectro autista não apenas nos desafiam a crescer profissionalmente, mas também nos ensinam valiosas lições sobre empatia, paciência e respeito.

Esta experiência não apenas me tornou um educador mais completo, mas também me fez perceber que, como professores, estamos sempre aprendendo com nossos alunos. Cada criança, com suas necessidades e potenciais, enriquece nosso mundo e nos inspira a sermos melhores a cada dia.

Assim, encerro esta narrativa de experiência com gratidão pelo conhecimento adquirido, pelo crescimento pessoal e profissional alcançado e, acima de tudo, pela oportunidade de fazer parte da jornada de inclusão de um aluno extraordinário. Que cada educador encontre inspiração nesse relato para continuar a construir um ambiente educacional inclusivo e enriquecedor para todos os alunos que cruzam nosso caminho.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO NEURO SABER. **Autismo não é doença!** Disponível em <https://institutoneurosaber.com.br/autismo-nao-e-doenca-tea/>. Acesso em 16.jul.2022

PORTAL MEC. Nota técnica 24/2013/MEC/SECADI/DPEE, de 21/03/2013. **Orientação aos sistemas de ensino sobre a implementação da Lei n. 12.764/2012.**

RELATOS E APRENDIZAGENS NA IMPLANTAÇÃO DA SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE XEXÉU-PE

Sérgio Luís da Silva

1. INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência busca compartilhar a minha experiência vivenciada no Curso FIC Autismo e Inclusão ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), tendo por foco a implantação da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Rede Municipal de Ensino de Xexéu-PE. Acrescento no relato a experiência na Licenciatura em Matemática e o quanto essa formação acadêmica foi decisiva na inscrição e realização do referido curso de aperfeiçoamento.

A organização dos módulos do curso foi bastante significativa, desde a exposição dos temas, mediando entre teoria e prática, assim como a proposição de novos conhecimentos acerca do Transtorno do Espectro Autista (TEA), contribuindo eficazmente para o desenvolvimento da minha atuação profissional.

2. NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA

Eu, Sérgio Luís da Silva, apesar de ter nascido em Palmares-PE no ano de 1989, vivi boa parte da minha infância em localidades rurais do município de Novo Lino-AL. Durante esse período, já recebia, em uma pequena escola, noções de alfabetização que sempre eram acompanhadas pela convivência e brincadeiras com outras crianças, enquanto meus pais se dedicavam à sustentação financeira através do trabalho na monocultura da cana-de-açúcar.

De forma a buscar melhores condições financeiras, toda minha família migrou para o município de Colônia Leopoldina-AL, cidade a qual resido até o presente momento. Essa mudança trouxe outras oportunidades de continuar minha formação acadêmica, propiciando, inclusive, o término do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Após cursar o Ensino Médio, desejava ingressar no Ensino Superior, mas em decorrência da situação financeira, só veio a se concretizar depois de 02 anos, graças a aprovação e ingresso, através de concurso público, na Rede Municipal de Xexéu-PE.

Atualmente, no município de Xexéu-PE, ocupo a função de técnico de Gestão de Rede, desempenhando entre as atribuições, a assessoria às unidades escolares no planejamento, acompanhamento e avaliação do Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE e as ações agregadas. Sob a liderança de Diego Romero Moreira Lopes – Secretário Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia – buscou contribuir, através da reflexão e construção coletiva de um plano de atendimento, para implantação da primeira sala de atendimento educacional especializado. É válido ainda citar, que temas referentes ao processo de aprendizagem, dificuldades e transtornos sempre tiveram presentes durante a Licenciatura em Matemática, dedicando toda minha pesquisa a esses objetos de estudo, que resultou no trabalho de conclusão de curso com o tema “Avaliação Escolar frente aos Casos de Discalculia”, apresentada à Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul – FAMASUL – Palmares-PE.

Foi, portanto, uma grande oportunidade, através das redes sociais, conhecer a proposta de realizar o Curso FIC – Autismo e Inclusão ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, campus João Câmara.

3. REFLEXÕES E RELATOS SOBRE A MINHA EXPERIÊNCIA LABORAL E A FORMAÇÃO NO CURSO AUTISMO E INCLUSÃO

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013), tendo por base o inciso I, do artigo 3º da Lei Federal nº. 9394/1996, nos diz que:

“o Estado brasileiro, a família e a sociedade têm de garantir a democratização do acesso, inclusão, permanência e sucesso das crianças, jovens e adultos na instituição educacional, sobretudo em idade própria a cada etapa e modalidade; a aprendizagem para continuidade dos estudos” (DCN’s, 2013, p. 15).

Assim, pode-se inferir, que o estudante tem o direito a uma educação de qualidade e equitativa. Que o processo de inclusão não pode ser simplesmente visto, como a oferta da estrutura física das unidades escolares adequadas. Devendo considerar também todas as formações dos profissionais e planejamentos necessários, para que cada estudante em suas especificidades tenha no seu cotidiano um ambiente acolhedor e que lhe propicie o desenvolvimento de suas competências e habilidades.

Por sua vez, a Base Nacional Comum Curricular-BNCC (2018) nos afirma que:

“Nos anos iniciais, pretende-se que, em continuidade às abordagens na Educação Infantil, as crianças ampliem os seus conhecimentos e apreço pelo seu corpo, identifiquem os cuidados necessários para a manutenção da saúde e integridade do organismo e desenvolvam atitudes de respeito e acolhimento pelas diferenças individuais, tanto no que diz respeito à diversidade étnico-cultural quanto em relação à inclusão de alunos da educação especial” (BNCC, 2018, p. 327).

Nota-se, portanto, a preocupação das legislações atuais para que cada professor possa ofertar a todos estudantes uma educação equitativa, através de práticas diferenciadas, ações pedagógicas inclusivas considerando as especificidades de cada estudante.

Sem dúvida, através da prática da pedagoga e psicopedagoga Edneide da Silva Leandro Viana (2023), pode-se conceber que é possível aplicar tais legislações no dia a dia das salas de aulas, inclusive considerando como a própria psicopedagoga afirma “Que as crianças com TEA possui um universo riquíssimo a ser apresentado”, ao mesmo tempo em que diz “Que a sala do AEE deve ser acessível desde a entrada”.

De fato, essa também foi a preocupação da Rede Municipal de Educação de Xexéu ao instalar a primeira sala de atendimento educacional especializado, seja planejando, em conjunto, os equipamentos e os materiais necessários – a serem adquiridos com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE, ação agregada Sala de Recursos – seja na escolha do nome do local, em homenagem a estudante Anna Lays Batista – diagnosticada desde o ventre com cardiopatia congênita grave, denominada por mal formações no coração, pulmões e rins. Na inauguração da sala, através desse ato, criou-se um grande vínculo afetivo, sendo os presentes convidados a refletir sobre toda a dedicação da mãe e da superação da criança (mesmo em sua curta vida), que possam servir de exemplo para outras crianças e famílias que passam pela mesma situação.

Paralelamente, além da oferta de estruturas adequadas deve-se também investir nas formações continuadas com todos os profissionais da educação sensíveis à inclusão escolar e social. Acerca disso, aos poucos já se percebe frutos das formações realizadas, onde destaca-se iniciativas de visitas domiciliares, com o propósito de conhecer melhor a família e o ambiente em que o estudante está inserido, tentando identificar focos e especificidades que possibilitem o planejamento de atividades adequadas. As visitas são realizadas por professores das unidades escolares e do núcleo psicossocial, equipe multidisciplinar formada por psicopedagogo, assistente social, psicólogo e nutricionista.

Por meio do Banco de Dados Escolar de Xexéu-PE é possível constatar a presença de 36 estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Crê-se que esse número de estudantes pode ser maior, pois a assistente social observou, em alguns casos, a resistência dos familiares na aceitação dos sinais do transtorno, não buscando um profissional que possa atestar os casos ou ainda, como afirma a professora Vanessa Desidério (2023) “autismo pode estar associado a outras síndromes”, muitas vezes, as outras comorbidades são mais evidenciadas que o TEA.

O curso permitiu refletir que ainda temos muito a fazer em função dos dados que temos e das vidas que poderão ser transformadas através do conhecimento e aplicação prática.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões proporcionadas pelo Curso FIC Autismo e Inclusão, bem como considerando todas aprendizagens obtidas ao longo de todo processo, há de se considerar que é de extrema importância para todos os profissionais da educação a oferta de cursos específicos que tratam não somente do tema autismo, assim como de tantas outras síndromes ou deficiências, de forma que a escola, possa cumprir seu papel fundamental, de ofertar uma educação de qualidade e equitativa.

Dessa forma, profissionais com formações adequadas, com acesso a equipamentos e materiais adequados, na presença de um ambiente acolhedor e adaptado às necessidades dos estudantes, poderão com maior êxito contribuir para o desenvolvimento das competências e habilidades dos estudantes portadores de transtornos, síndromes e deficiências.

Por fim, o trabalho iniciado pela Rede Municipal de Educação de Xexéu-PE, focando na formação dos profissionais e na instalação da sala de atendimento educacional especializado, já oferece um suporte básico, devendo tais ações serem continuadas e ampliadas, possibilitando a autonomia de cada um desses estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

IFRN CAMPUS NATAL – ZONA LESTE. Edneide da Silva Leandro Viana. **Curso FIC Autismo e Inclusão**. Módulo 3. YouTube, 15/08/2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fgLjWRq8CII>. Acesso em: 15/08/2023.

IFRN CAMPUS NATAL – ZONA LESTE. Vanessa Desidério. **Módulo 1 - Conceito, Características e Causas do Autismo**. YouTube, 01/07/2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CDyON6OccWw>. Acesso em: 01/07/2023.

AUTISMO, INCLUSÃO E ESCOLA: O PAPEL DO PROFESSOR DE APOIO (CUIDADOR)

Francisca Cibele da Silva Gomes

1. INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência foi desenvolvido a partir das vivências como cuidadora (professora de apoio) de uma criança autista. Foi um trabalho árduo e muito complexo, mas com o curso FIC Autismo e Inclusão, foi possível refletir sobre a prática pedagógica e possíveis intervenções. A motivação para participar do curso foi justamente para que eu pudesse me preparar melhor para lidar com os alunos atípicos. Se cada professor se perguntar o que fazer para melhor se preparar, eles chegarão ao entendimento de que nunca estarão prontos, mas que precisam buscar formação continuamente para atender a diversidade existente nas escolas, isso também se aplica aos auxiliares dos discentes no processo de ensino e aprendizagem.

Os conhecimentos oriundos dos cursos de licenciatura, muitas vezes, carecem de atendimentos específicos para a educação inclusiva e muitas vezes a matriz curricular não possui componentes curriculares suficientes para atender a necessidade de formação.

Posso dizer que me tornei professora esse ano, pois foi no ano de 2023 que me tornei uma auxiliar de professor e também atuo como cuidadora de uma criança autista, com pouca experiência e até mesmo muito insegura, mas sigo avante, sabendo que posso ir além. Sou graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), estudante de psicopedagogia pela Instituição de Educação Profissional Múltipla, Polo Barras-PI.

O curso FIC Autismo e Inclusão veio como uma oportunidade para pesquisar e saber mais sobre a escolarização de crianças com autismo. O objetivo proposto pelo curso foi contribuir com a disseminação do conhecimento sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), reduzindo a discriminação, preconceito e capacitismo nas escolas através de escolhas inclusivas.

O curso contribuiu significativamente para minha formação no sentido de que propôs reflexões sobre o que é autismo, suas causas, intervenções, formação de tratamentos e desmistificou muitos preconceitos construídos em relação à pessoa com o transtorno e

principalmente serviu como ponto de partida para eu buscar ser mais assíduo dos cursos de formação como esse, pois eles permitam reformular as práticas pedagógicas dos docentes em prol de um ensino e aprendizagem mais inclusivo, respeitoso e que considera as necessidades dos seus discentes e a busca pela inclusão dos discentes dentro e fora do espaço escolar, ou seja, fortalecem o seu acesso e permanência e autonomia.

Quando soube da oportunidade de atender uma criança autista, me comprometi em observar e pesquisar meus colegas para assim aprender com eles, nesse sentido, os objetivos deste relato de experiência são analisar as funções desempenhadas pelos professores de apoio e explicitar às práticas desenvolvidas para a escolarização de uma criança autista na Escola Auridéa do Nascimento Reis, Barras-PI. A pesquisa pode ser justificada pela necessidade de divulgar vivências reais acerca da inclusão de crianças com autismo na sala de aula, assim como propor uma escrita autora-reflexiva que possa servir para o desenvolvimento de novas metodologias, práticas didáticas e processos avaliativos que visem a flexibilização do currículo e a mudança de paradigmas em prol de uma escola verdadeiramente democrática e inclusiva.

2. NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA

A minha formação foi em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), atualmente sou graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), e estudante de psicopedagogia pela Múltipla (Centro de Formação Profissional). Moro no município de Barras-PI, e estudei a vida inteira em escolas públicas. Meu desejo é contribuir com o desenvolvimento de uma educação pública de qualidade, com garantia de ensino e aprendizagem para todos os alunos, considerando a diversidade, suas dificuldades e necessidades através da minha formação.

O Curso FIC – Autismo e Inclusão contribuiu com a minha qualificação profissional, sobretudo porque ofereceu teorias e experiências práticas de diversos profissionais que atuam diretamente e possuem formação com excelência na área dos tratamentos terapêuticos e escolarização de crianças com TEA. Sobretudo no incentivo aos professores que busquem formação continuada para que possa atender os alunos atípicos respeitando seus direitos, necessidades e contribuindo com o ensino e aprendizagem dos discentes com deficiência.

Para Gaiato e Teixeira (2018), devemos pensar o espectro como modulações de sutilezas e complexidades humanas que tornam as crianças singulares, o tratamento deve ser direcionado considerando suas especificidades e suas demandas individuais. A Intervenção médica, educacional e psicoterápica deve atender as necessidades dos discentes. Nesse sentido, para entender, só estudando, estudando e estudando, pois cada criança é única, mesmo tendo

o mesmo diagnóstico, vimos no curso que são muitas as diferentes possibilidades de características autísticas seja em função da genética ou do ambiente.

3. MEU ALUNO, MEU MUNDO, TENSO E DESAFIADOR, RESISTO E APRENDO

Nesta seção, inicialmente, apresento as experiências de uma professora de apoio na escolarização de uma criança autista, nível dois de suporte (antigo moderado), significa que precisa de apoio substancial e muito cuidado para não se machucar. Essa criança apresenta além do TEA, comorbidade associada a Epilepsia, com dificuldades para socialização e interação, restrição em sair de casa (não conseguia sair), estereotípias violentas em relação ao seu próprio corpo, sem contato visual, possui sensibilidade sonora e ao toque físico.

Os primeiros dias na escola foram regados ao choro e uma quase crise epiléptica. A criança repudiava o ambiente escolar de todas as formas possíveis, seja com choro, se machucando ou jogando-se no chão e tentava provocar o vômito para ir embora.

O início da adaptação na escola foi algo difícil, tenso e desafiador. A criança não aceitou de nenhuma forma ficar na sala e até mesmo quando levamos para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) também apresentava o mesmo comportamento. Essa situação chamou atenção para a necessidade em buscar conhecimentos e experiências de outros professores para que fosse possível repensar a metodologia empregada. Acabei entrando em muitos cursos de formação continuada, alguns específicos na área da educação de crianças autistas, como é o caso do curso FIC Autismo e Educação e outros em áreas diversificadas sobre inclusão dos alunos com deficiência.

A experiência da formação continuada foi ímpar para entender como funciona o cérebro autista, suas particularidades, intervenções educacionais e necessidades que a escola precisa desenvolver para criar um ambiente verdadeiramente inclusivo. Para tanto, foi possível entender que os alunos necessitam de que os professores possuam formação que abranja a diversidade existente nas instituições de ensino e que possam garantir o acesso, permanência em todos os níveis, modalidades e etapas da educação. Não basta apenas matricular o aluno na escola, sem que eles sejam incluídos nas atividades com ensino e aprendizagem de qualidade.

Para tanto foi desenvolvido materiais de suporte que pudessem trazer a ludicidade e brincadeiras para os primeiros contatos dos alunos com a escola, já que no curso FIC, nos falaram que antes da intervenção era preciso gerar vínculo com o aluno.

Além disso, a utilização de técnicas de prevenção de desorganizações como rotinas com figuras, antecipar o que vai acontecer, reduzir estímulos sensoriais e ambientais, deixar claro o

que a criança deve fazer, propor histórias sociais, painéis com antes e depois, tabela de pontos, contratos entre o aluno e professor e principalmente aproximações sucessivas para situações difíceis (GAIATO; TEIXEIRA, 2018).

As aproximações para situações complexas consiste em criar um vínculo de confiança com a criança, com pequenas proximidades, bem devagar, ao que ela tem dificuldade. Por exemplo, ao propor que o aluno entrem na escola, pedir para a mãe ou responsável convidá-la a entrar aos poucos, sem forçar a sua entrada abrupta. Ela precisa se sentir segura e bem, quando estiver dentro da escola. Nesse contexto, o auxílio dos pais é fundamental para que a criança possa adentrar ao espaço escolar sem causar traumas ou situações de desregulação. Podem utilizar objetos pessoais, levar outros materiais como carrinhos, bonecas, que ela goste, mas que já façam parte da escola, propor uma brincadeira que envolva algo que o aluno goste muito, evitar ambiente com excesso de estímulos sensoriais, utilizando cores, brinquedos, materiais que a criança goste, ou seja, evitar o máximo a desregularização.

Essa desregularização quando não trabalhada gera crises sensoriais e emocionais, trazendo mais prejuízos sociais para a pessoa que é autista. Entretanto, como afirma Serra (2010), a inclusão de alunos com TEA ainda não se configura de maneira adequada no cotidiano das escolas. Sobretudo, quando existe uma precarização do acesso às políticas públicas, formação de professores, relação benéfica entre escola e família com troca de saberes e dificuldades, os docentes precisam se questionar a metodologia, a atuação e distanciando a perspectiva que focaliza o problema no sujeito com deficiência e não no ambiente de ensino ou na própria sociedade. Onde os materiais devem ser adequados, considerando a aprendizagem em pequenos passos, o professor deve se preocupar com a criança de vínculos afetivos com a criança, a rotina deve ser clara e compreensível. Considerando o contexto social do indivíduo.

Nesse sentido, a família fez-se presente nas tentativas de adaptação da criança, pois como o aluno não conseguia sair de casa, a mãe era o principal meio para que a regularização fosse alcançada e a moto que servia de transporte era o hiperfoco da criança. A mãe oferecia proteção, cuidado e amparo para uma criança que não tinha o hábito de sair de casa ou frequentar outros ambientes fora do mundo doméstico. Para tanto, necessitava de atividades que a mesma pudesse ser incluída, para que a criança se sentisse segura em adentrar no ambiente escolar, sem desregularização. Reforçando comportamentos adequados e aproximando a criança dos professores de ensino regular e das demais crianças. Tudo desenvolvido em processos a longo prazo, respeitando os limites e o espaço do aluno.

A escola precisava dispor de espaços adequados, flexibilização do currículo, treinamento dos profissionais, buscar aproximação com os familiares, assim como os professores

precisavam fazer alterações nas práticas e adaptações nas atividades. A inclusão de fato só pode ocorrer com a participação de todos os trabalhadores da educação e também com a gestão das políticas públicas de maneira mais eficiente e que considerasse as necessidades dos seus alunos, assim como suas capacidades de desenvolvimento.

Percebi em minhas observações, que para que possa representar um espaço significativo de aprendizagem, o professor tem papel fundamental, seja o professor regente ou o professor de apoio (auxiliar), pois o corpo docente ajuda na construção de relações sociais entre o aluno autista e o grupo, entre os conteúdos abordados e as necessidades de aprendizagem.

Mesmo assim, ainda existem muitos desafios a serem enfrentados no cotidiano, principalmente quando as possibilidades existentes parecem se esgotar e que não existe mais um caminho. Nesse caso, a busca pela formação continuada que possibilitem reflexões e debates foi a solução mais viável diante das dificuldades. A criança não pode esperar o professor buscar conhecimentos. Entretanto, ocorre muitas vezes de o aluno com TEA se matricular e só depois disso, tomamos a iniciativa de ir atrás de conhecimento, quando o profissional que vai auxiliar a criança ou desenvolver trabalhos na sala de aula regular não possui conhecimentos e práticas que sejam condizentes com a necessidade apresentada, a frustração é quase sempre o resultado para aluno, familiares e educador.

Cabe a cada um de nós, sejam pais ou professores, buscar saberes que justifiquem suas metodologias e propor caminhos que levem a um espaço de troca de conhecimentos, produção de materiais acessíveis e adaptados, não podemos esperar simplesmente pela via da política pública. A necessidade de aprimoramento das ações educacionais para que seja possível compreender as especificidades dos discentes e desenvolver trabalhos que melhorem a socialização e aprendizagem é muito mais urgente do que pensamos, colabora Benini e Castanha, 2016.

Uma boa opção é o desenvolvimento de recursos que visem a aproximação da criança com o espaço escolar. Podendo ser produzido a partir do Plano Educacional Individual (PEI), esse planejamento permite pensar previamente em recursos necessários de acordo com os objetivos de aprendizagem, utilizando pressupostos teóricos, transformamos materiais reciclados, tal como fiz, no exemplo retratado na figura 01.

Figura 01: Atividade de pareamento de cores



Fonte: Elaboração própria, 2023

Esses materiais podem ser produzidos com o intuito de desenvolver atividades de troca ou acordo onde a criança realiza o pareamento de cores e depois pode realizar outra ação. Utilização de objetos que a criança goste e que possibilite momentos de brincadeira e diversão. É uma alternativa que foi utilizada com a criança autista observada para que ela pudesse permanecer um pouco mais dentro do espaço escolar, usei o carro para simbolizar o hiperfoco dela, que são meios de transporte.

No entanto, como se trata de um processo lento, ainda existem dificuldades na sua permanência na escola como: aversão aos alunos e ao barulho, impossibilidade de ficar sem o apoio da mãe, entre outros. Entretanto, conseguimos evoluir, pois conseguir manter o combinado foi um grande avanço para a escolarização da criança, assim como a aproximação sucessiva para que ela possa adentrar sempre um pouco mais na escola, com cuidado a fim de evitar desregulação.

Para Benini e Castanha (2016) esses resultados evidenciam a importância de oferecer situações significativas que potencializam a conquista de habilidades sociais, exploração da cognitividade e estratégias que visem o crescimento autônomo no contexto escolar. Reconhecendo seus conhecimentos, ações e intervenções. Apontando para caminhos mais humanizados e construtivos na escolarização e socialização de crianças com autismo. Rompendo com os estigmas que trazem uma suposta incapacidade, fortalecem exclusões e marginalizações em prol de uma perspectiva que melhore o ensino e aprendizagem com intermediação do professor de apoio e nos trabalhos desenvolvidos por todos os profissionais que atuam na escola.

Visto que o processo de inclusão pode ser entendido como complexo e um grande desafio em prol da redução das barreiras para a participação efetiva das pessoas com

deficiências. Contrariando os modelos anteriores que consideravam a deficiência como um impedimento ou patologia que impossibilitava a inserção das crianças, jovens, adultos e idosos na sociedade e na escola. Do ponto de vista inclusivo, entende-se que a exclusão é um problema que está na sociedade, e não no indivíduo. Onde são impedidas de participar plenamente em razão de barreiras atitudinais, arquitetônicas, comunicativas, interativas, metodológicas de ensino e aprendizagem, etc. Como um processo contínuo, incluir significa promover condições adequadas de desenvolvimento e permanência das pessoas com deficiências nos espaços públicos e privados.

No caso da educação, os alunos com deficiências precisam estar matriculados e frequentando o ensino regular, e optativamente podem participar do Atendimento Educacional Especializado (AEE) que acontece no contraturno ou turno extra. Muitos professores se perguntam como lidar com crianças atípicas, principalmente porque não estão preparados em razão da sua própria formação carente, existe a necessidade de buscar cursos de formação inicial ou continuada, mas falta tempo para tantas atividades da profissão docente, é um conflito muito comum.

Para a criança com TEA, não basta estar na sala de aula, o professor precisa entender sua singularidade, criar uma relação de carinho e proximidade, paciência, persistência e bom senso na construção da escola verdadeiramente inclusiva. A mediação escolar surge como um importante alternativa onde mediadores escolares, professores de apoio, cuidadores, Atendentes Terapêuticos (AT), Atendentes Pedagógicos (AP) atuam mediando as metodologias e práticas que melhor promovam a escolarização e socialização desta criança. Essa equipe multiprofissional é muito onerosa e muitas vezes não se consegue através da rede pública de saúde e educação, mas esse investimento é muito importante, pois é na multiplicidade de formações que se tem um olhar mais perspicaz da necessidade de aprendizagem do aluno autista.

Atuar na valorização da diversidade e na importância que os alunos possuem no seu próprio desenvolvimento também é importante. Para Matá (2015), primeiramente precisamos entender que as crianças não são iguais, embora partilhem de contextos sociais semelhantes, possuem comportamentos, aprendizagens e desenvolvimentos variados, dando respostas distintas as mesmas coisas apresentadas. Tendo cada um seu modo singular de ver e entender o mundo, agir e existir. Reconhecendo-as como sujeitos históricos, sociais e culturais com direitos e responsabilidades, ativos e criativos, construtores de conhecimentos e produtores de culturas. Vale a pena ouvir e conhecer as crianças, pois possuem o poder sobre seu próprio

processo de aprendizagem e o direito de interpretar o mundo a sua maneira. Sobretudo, quando respeitamos a sua sensibilidade, saberes, e ainda promovemos oportunidades para ampliá-los.

Vale destacar que a colaboração da família, gestores, professores e demais membros da comunidade escolar também está relacionada à inclusão. Pois somente os professores de apoio e professores de AEE não é suficiente para atender a demanda existente e sobretudo para oferecer um ensino e aprendizagem que os alunos precisam e muito menos para que a escolarização seja um processo inclusivo. Para Freire (2022) precisamos entender a escola como um espaço de humanização e não de reforça a exclusão, marginalização e discriminação. Caso contrário, vamos transformar a inclusão em mais reforços para o processo exclusivo.

O curso FIC Autismo e inclusão veio a somar esforço no sentido de trazer essa formação continuada para professores, pais e demais profissionais da área da educação e saúde, percebi que no curso havia profissionais de diversas áreas de atuação, todos agindo em prol da mudança de paradigma excludente para o desenvolvimento pleno da inclusão para todas os sujeitos com deficiências com enfoque nas crianças autistas. Trouxe para o campo de estudo teóricas, práticas e experiências de profissionais renomados e que visam possibilitar novas expectativas e possibilidades para o trabalho das pessoas que atuam na escolarização, socialização e tratamentos dos autistas. Essas vivências contribuíram para a melhoria da prática de diversos profissionais, assim como instigar pesquisas, trabalhos acadêmicos e outros cursos na área da inclusão das pessoas com deficiência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Curso FIC Autismo e Inclusão contribui na formação continuada de diversos profissionais, sobretudo pela experiência do ensino ao vivo através das transmissões no Youtube e a partir das leituras propostas em cada módulo. Trazendo novas ideias, estratégias de manejo, teóricas e práticas que contribuam com as atividades desenvolvidas na sala de aula regular e na escolarização de crianças autista. Foi uma experiência rica e que chamou atenção para a necessidade de ver a formação continuada como uma ponte com outros conhecimentos que a graduação e as necessidades do dia a dia impulsionam o professor de apoio, docente do AEE e demais profissionais a estarem buscando para atender com qualidade as necessidades dos seus alunos.

Portanto, refletir sobre a inclusão de crianças autistas também possibilitou rever a minha prática desenvolvida como professora de apoio em uma escola pública. Pensar que esse trabalho é muito importante para a socialização e escolarização de uma criança com dificuldade

para adentrar no espaço escolar em razão da sua aversão a espaços fechados e com muitas pessoas. Pouco ou muito, eu sei que fiz a diferença na vida dessa criança, pois ela fez na minha.

Também permitiu-me perceber que não é apenas o professor que deve unir esforço para melhorar e desenvolver a inclusão porque deve contar com apoio dos pais/responsáveis, docentes do ensino regular, professor do AEE, gestores, políticas públicas e demais mecanismos que possibilitem a ampliação do conhecimento em relação a inclusão das pessoas com deficiências e as experiências que possibilitaram novos olhares sobre o papel social da escola. Afinal, a inclusão é dever de todos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Caroline Martins de; ALBUQUERQUE, Karine. Autismo: importância da Detecção e Intervenção Precoces. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, a. 2, v. 1, p.488-502, abr. 2017. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/autismo>. Acesso em: 30 ago. 2023.

BENINI, Wiviane; CASTANHA, André Paulo. A inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista na escola comum: desafios e possibilidades. **Cadernos PDE**, 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/ead/article/view/10745>. Acesso em: 30 ago. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GAIATO, Mayra; TEIXEIRA, Gustavo. **Rezinho autista: guia para lidar com comportamentos difíceis**. São Paulo: nVersos, 2018.

MATA, Adriana Santos de. As crianças. Quem são as crianças? In: GOULART, C. M. A.; SOUZA, M. L. de (Orgs.). **Como alfabetizar?** Na roda com professoras dos anos iniciais. São Paulo: Papyrus, 2015.

SERRA, Dayse. Sobre a inclusão de alunos com autismo na escola regular: Quando o campo é que escolhe a teoria. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p.163-176, jul. / dez. 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/66>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MEMORIAL DE FORMAÇÃO: OLHAR DE UMA LICENCIANDA EM FÍSICA SOBRE O CURSO FIC - AUTISMO E INCLUSÃO

Débora Loise Silva de Araujo Câmara

1. INTRODUÇÃO

Este memorial de formação foi escrito no decorrer do curso FIC Autismo e Inclusão do Projeto “Conhecer para acolher” realizado através da Clínica Maria Alves e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) *campus* João Câmara, instituição a qual estou concluindo o curso superior de Licenciatura em Física. Soube do curso Autismo e Inclusão quando foi divulgado no grupo de *whatsapp* da minha graduação, o curso despertou meu interesse pois a algum tempo cursando a disciplina de Educação Inclusiva percebi que me identifiquei com a área, apesar de não ter contato diretamente com uma pessoa autista entendo a importância do curso para minha formação docente.

Além disso, Fernandes e Silva (2016) dizem que a compreensão do processo de ensino e aprendizagem de alunos com TEA não é função apenas dos professores especialistas em Atendimento Educacional Especializado (AEE), mas sim de todos os profissionais da educação, inclusive dos professores da rede regular de ensino. Pensando nisso, me interessei em participar do curso, principalmente porque vi que seu objetivo é contribuir com a disseminação do conhecimento sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), reduzindo a discriminação, preconceito e capacitismo nas escolas através de escolhas inclusivas. Isso me chamou muita atenção, pois deve ser buscado por todos, Habilidades inerentes a qualquer professor, gestor e pais de alunos.

O intuito desse trabalho é expor a relevância desse curso na minha formação como discente e futura docente, pois através dele eu consegui aprofundar e transformar meu olhar sobre as pessoas com TEA, conhecer as diferentes nomenclatura relacionadas ao diagnóstico, os documentos que garantem direitos para os alunos com TEA e como proporcionar ao aluno um ambiente inclusivo, expandindo minhas ideias para abordar em mais estudos a inclusão do aluno com TEA no ensino regular. Todo esse contexto futuramente será muito favorável na minha vivência docente, por isso exploro as oportunidades para aprender, aperfeiçoar e aprimorar meus conhecimentos para desempenhar meu papel na educação. O curso foi um

portal para conhecer e ter mais propriedade sobre os transtornos, como proceder com o aluno e como planejar as aulas para desenvolver as habilidades deles.

2. NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA

Nasci em Ceará Mirim-RN, lugar onde moro atualmente, sou filha de Maria das Graças que me dedicou todo amor e cuidado, mesmo precisando estudar e trabalhar para nos sustentar. Minha mãe é professora de Português da rede pública estadual e sempre fez o possível para investir na minha educação, estudei a maior parte do tempo em escola particular, percebendo as diferenças nas realidades das escolas públicas entendo que fui muito privilegiada pelo ensino básico que eu tive. Acredito no ensino público, porém infelizmente, por falhas na fiscalização do cumprimento das leis, existe uma discrepância significativa entre o que está no papel e a realidade da escola pública. Nunca fui uma aluna totalmente dedicada aos estudos, mas tinha ótimos professores e minha escola era realmente excelente em relação ao currículo e proporcionaram muitas vivências especiais em aulas de campo. Na minha infância minha mãe sempre foi uma grande incentivadora intelectual, me presenteava com livros, me levava para exposições culturais, bienal do livro, teatros, cinema, mostra científica e nesses espaços sempre temos a oportunidade de adquirir conhecimento interagindo com o mundo.

Ser professora nem passava pela minha cabeça, mas lembro que quando criança adorava brincar de escolinha e ajudar minha mãe a corrigir as provas dos seus alunos. Quando entrei no IFRN, tinha terminado o Ensino Médio a algum tempo, já era mãe de duas crianças pequenas e decidi me arriscar a uma vaga no curso de Licenciatura em Física *campus* de João Câmara, eu não imaginava que seria tão difícil, apesar de saber que tinha algumas dificuldades na temida Matemática. Precisei me esforçar muito e mesmo assim, algumas reprovações ocorreram, porém, nas disciplinas pedagógicas tinha mais facilidade e domínio, esse fato me fez repensar muitas vezes se deveria continuar no curso, mas como já havia tentado outros cursos em instituições privadas, sabia que qualquer curso superior custava muito caro, então decidi enfrentar até o fim. A fotografia 1 é um registro desses momentos de aula no IFRN.

Fotografia 1 – Aula de Eletricidade, IFRN-JC



Fonte: Acervo Próprio, 2018.

Atualmente estou concluindo o curso, faltando apenas algumas disciplinas optativas, tenho muito orgulho de ter chegado até aqui, tudo que aprendi no IFRN tem grande importância na minha formação, me orgulho de fazer parte dessa instituição que transforma a vida de tantas pessoas através do ensino de excelência. Atuei como integrante do Programa de Educação Tutorial (PET) e da Residência Pedagógica (RP), com professores exemplares, tais como os professores Ms. Raimundo Nonato e Ms. Caio Chagas, que trouxeram experiências incríveis e aulas que ficarão gravadas em minhas lembranças para sempre, pois através delas, me apaixonei pela Física, levarei esses ensinamentos na minha memória e os aprendizados para a vida. O registro fotográfico 2, é uma dessas memórias de aprendizado.

Fotografia 2: Visita a Exposição de Albert Santos Dumont. Fortaleza-CE.



Fonte: Acervo do Professor Ms. Caio Chagas. Out. 2018

Sendo ainda graduanda do curso de Licenciatura em Física estava procurando uma oportunidade para dar aulas e fui chamada por uma escola particular da minha cidade para dar aulas de Ciências no Ensino Fundamental, estava muito ansiosa para finalmente colocar em prática o que estudava. Antes de iniciar as aulas fui informada que teria um aluno cadeirante. No início a gente fica preocupada, será que vou saber como agir? Mas mantive a calma e foi muito tranquilo, o aluno era bem adaptado na turma e ao espaço, ficava sempre na frente, pois

era melhor lugar para ele se locomover. Ao planejar as aulas sempre gostava de inovar, então fazia dinâmicas de perguntas com o conteúdo, jogos, entre outros. A turma era muito agitada mas muito participativa, eles amavam as dinâmicas (figura 3). Nos planejamentos sempre precisava lembrar de fazer adequação para ele, se fosse necessário. Essa experiência me trouxe um novo olhar para a deficiência física, pois me fez compreender um pouco mais de sua vivência no ambiente escolar e me trouxe a oportunidades de mudança nas minhas práticas.

Fotografia 3: Turma do 7º ano, escola SEIS.



Fonte: Acervo Pessoal, 2019.

Concordando com Iza *et al.*(2014, p. 285) “a constituição da identidade docente perpassa tal concepção se pensarmos que tanto o futuro professor, quanto o docente de carreira, vivenciam situações durante seu desenvolvimento profissional que os transformam enquanto sujeito”, pois outro fator muito positivo dessa experiência no Ensino fundamental foi que me apaixonei em ministrar aulas para crianças, eu sempre gostei muito de crianças, mas não imaginei que seria tão empolgante pra mim atuar como professora dessa faixa etária, percebia esse carinho enquanto planejava as aulas para as turmas menores, eles marcaram muito minha vida e espero ter marcado a deles também.

Quando atuei como Residente pedagógica (figura 4), lecionando para a turma do curso técnico integrado e subsequente de administração no IFRN campus João Câmara. No caso do curso técnico integrado ao ensino médio, observei na turma uma aluna cega, no primeiro momento pensei: Como vou fazer isso?! Acredito que esse é o primeiro pensamento de qualquer professor, principalmente quando ele não tem experiência, aproveito o momento para reforçar a importância de programas que incluem o aluno no ambiente escolar enquanto estudante, como é o caso da Residência Pedagógica, e ainda reafirmar a influência advinda do curso Autismo e Inclusão, que está nos capacitando para os desafios futuros.

Fotografia 4: Atuando como residente na turma de técnico subsequente de Administração, IFRN-JC.



Fonte: Acervo Pessoal, 2019.

Bom, o programa deixava sempre dois alunos residentes por turma, então um aluno ajudava o outro e fazíamos os planejamentos juntos sempre fazendo as adaptações para a aluna com deficiência visual. Alguns fatores nos ajudaram, um deles era o fato de ela ter perdido a visão somente aos 12 anos, então ela lembrava de muitas coisas, outro ponto que colaborou com a inclusão foi o fato de ela ser alfabetizada em Braille (figura 5), desse modo ela podia digitar através da máquina de Braille e acompanhar o conteúdo da mesma forma que os outros alunos.

Fotografia 5: Aluna deficiente visual, digitando na máquina de Braille, IFRN-JC.



Fonte: Acervo Pessoal, 2019.

Todos esses aprendizados do curso de licenciatura foram somados às experiências de sala de aula e sou muito grata por cada oportunidade.

3. REFLEXÕES SOBRE A MINHA FORMAÇÃO COMO LICENCIANDA E ALUNA DO CURSO FIC AUTISMO E INCLUSÃO

No decorrer da minha vida acadêmica e ao cursar disciplinas como Didática, Educação Inclusiva, Libras I pude perceber que ser professor não se trata de chegar em uma sala de aula

e falar sobre o conteúdo que está no componente curricular para a turma; não é tão simples assim. É imprescindível para a docente em formação perceber seu aluno e analisar suas especificidades, sua singularidade frente aos seus colegas, conhecer seu cotidiano, bem como suas potencialidades e dificuldades, principalmente quando se trata de um aluno com necessidades educacionais específicas, nesses casos, esse olhar perspicaz precisa ser ainda mais minucioso.

A Lei 12.764 de 2012, que recebeu o nome de Lei Berenice Piana, garante que as pessoas com autismo são pessoas com deficiência, assegurando acesso à educação adequada às suas necessidades. Então para que as pessoas com TEA tenham atendimento adequado se faz necessário a inclusão, porém Ferreira (2022) explica que a inclusão representa um desafio significativo para os educadores porque exige que eles ofereçam condições iguais de aprendizado em uma sala de aula regular que frequentemente sofre superlotação. Além disso, a comunidade educativa enfrenta desafios devido à falta de educadores devidamente formados que possam identificar os fatores que devem ser levados em consideração para garantir uma educação de qualidade.

Por esse motivo o tema do curso Autismo e Inclusão Escolar me chamou atenção, pois acompanho algumas famílias que enfrentam diariamente dificuldades e obstáculos para desenvolver o aprendizado de crianças com autismo; e ainda estando na condição de futura professora encontrei uma oportunidade de adquirir conhecimento, mesmo não tendo convivência direta com uma pessoa autista, afinal como diz Desidério (2023, p. 3) em nosso Material do módulo 1: “Pais e educadores precisam conhecer conceitos científicos de Transtorno do Espectro Autista (TEA) para compreender as características que geram sinal de alerta, bem como os fatores de risco e as classificações nosológicas atuais”.

Através do curso pude ver que apesar dos casos de autismo esta evidência, esse tema já vem sendo debatido há muito tempo, porém sem conhecimento, muitas famílias não recebiam o diagnóstico e não tinham como ajudar seus parentes com autismo, com o acesso ao diagnóstico e tratamento adequado, está aumentando o número de casos nas escolas e isso é bom e ruim, bom pelo fato da inclusão, ruim pelo fato de nem todos estarem preparados e no caso do autismo, como é uma deficiência que afeta o comportamento principalmente, pode ser confundido com falta de educação ou outros problemas, sendo negligenciado. No Brasil, só começou a ganhar destaque em 2012, depois da Lei Berenice Piana. No início do curso desmistificamos as nomenclaturas, aprendemos que Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um termo que além do autismo abrange outros distúrbios como o transtorno desintegrativo da infância, transtorno generalizado do desenvolvimento não especificado e ainda a Síndrome de

Asperger; que apesar de estarem sendo encarados como uma única coisa (TEA), tem suas singularidades.

No vídeo “Diferenças entre Autismo e Síndrome de Asperger” disponibilizado em nosso material do módulo 1 o Professor Dr. Lucelmo Lacerda aborda o tema de forma detalhada focando nas particularidades desses dois transtornos mencionados no título. Ele afirma que um dos fatores que não existe diferença é no desenvolvimento sensorial e motor os dois estão iguais entre os estudos, já o atraso da linguagem é recorrente no caso do Autismo, o QI da criança no caso de Autismo também é mais afetado, a disgrafia (que afeta a habilidade de escrever) acontece com igualdade nos dois transtornos. Apesar de serem semelhantes, cada um tem sua peculiaridade, isso é importante no momento que o professor precisa acolher um aluno e ajuda no planejamento de ações, pois apesar da sigla TEA ser usada para vários transtornos, cada aluno é único. Ainda no primeiro módulo vimos que aqui no Brasil não existe dados quantitativos para sabermos como está o crescimento de casos de crianças com TEA, isso mostra que apesar do cenário está mudando, ainda precisamos de uma representatividade maior nas políticas públicas visando o desenvolvimento de pesquisas e levantamento de índices adequados.

Apesar de ser um curso *online*, nos foi proporcionado momentos muito significativos de aprendizagens, fomos inseridos dentro da realidade de pais e professores de alunos com TEA; o conteúdo do curso foi muito completo, livros, vídeos, filmes, as palestras foram muito proveitosas, onde podemos ouvir a experiência de cada profissional com alunos autistas.

Mayara Gaiato diz ao R7 Saúde (2018) que “as pessoas não têm a menor ideia do que fazer com uma criança que está dentro desse espectro”, apesar de ser algo triste é uma realidade, e precisa ser encarada buscando soluções. Mayara Gaiato e Gustavo Teixeira são autores do livro “O reizinho autista”, também recomendado no curso, nas palavras de Mayara Gaiato ao R7 Saúde (2018) o livro “traz orientações de como administrar situações comportamentais das crianças que, segundo ela, são muitas vezes fora dos padrões e se tornam um desafio para os pais” é um material que precisa ser divulgado para formação da equipe pedagógica de todas as escolas e principalmente das famílias que todos os dias estão enfrentando uma realidade atípica com essas crianças.

Como professora em formação e mãe de duas crianças com personalidades totalmente diferentes eu desenvolvi a habilidade de ter empatia com outras pessoas, acredito que a maternidade e o tempo me trouxe isso; conversando com algumas pessoas que têm filhos autistas me colocava naquela situação em que eles viviam e pensava no quanto deveria ser

difícil para eles, encarar todos os dias essa maratona dividida entre responsabilidades e o misto de emoções que qualquer família precisa enfrentar. Gaiato e Teixeira (2018) nos falam também sobre a importância de treinar esses pais para que eles possam manter habilidades emocionais, sociais, visando uma melhor qualidade de vida dos seus filhos e ainda ajudar a reduzir os efeitos do estresse que afetam suas famílias.

Concordando com nosso material de estudo do módulo 2: “o ensino não se resume apenas na inclusão, deve-se ainda auxiliar a criança autista a melhorar gradativamente seu desempenho escolar, assim como seu desenvolvimento de habilidades essenciais para construção de sua autonomia, buscando a possibilidade de evolução como pessoa” (Lima, 2023, p.2). A aluna com deficiência visual que acompanhei na residência transformou meu modo de enxergar as pessoas com deficiência, em nossa convivência ficava impressionada com sua independência em exatamente tudo, me sentia uma criança com ela pois usava telefone normalmente, andava com sua bengala por todo o *campus*, isso me fez perceber que na maioria das vezes nós que acabamos colocando limites nas pessoas com deficiência. Quando me lembro dessa e de outras situações que passei atuando nesses programas sendo ainda estudante percebo que essas práticas são cruciais na formação docente, pois o processo de errar sendo ainda estudante é mais fácil de encarar e buscar aprimoramento. Ainda no material do módulo 2, aprendemos que “é essencial que o educador esteja qualificado (ou busque se qualificar) para atender esse alunado, construindo técnicas e metodologias que possam atingi-lo de maneira significativa e promovam uma aprendizagem eficaz” (Lima, 2023, p. 5). O contexto se refere ao aluno com autismo, mas podemos expandir para qualquer deficiência, seja ela intelectual, física, visual entre outras ou até as duplas deficiência, como foi falado no curso, mostrando o exemplo de um aluno com deficiência visual e autismo.

Entre os vídeos sugeridos, teve um que me chamou muito a atenção, seu título era “Criança autista na escola – autismo e inclusão / consciência do autismo”, ele me impactou muito positivamente, trazendo reflexões sobre tudo o que fomos aprendendo no curso. Conta a experiência de Adriana Godoy ao tentar matricular seu filho Victor na escola quando ele tinha aproximadamente 7 anos de idade, Adriana relata “ao Victor foi negado a matrícula em aproximadamente oito escolas, as escolas falavam que não estavam preparadas...” é impossível você ser mãe e não se emocionar imaginando essa realidade, a situação piora quando ela fala o que ouviu em uma das escolas que um grupo de alunos deixou uma criança autista totalmente pelado na escola, foi muito triste pensar nisso, que essas situações existem, que crianças passaram por situações tão traumatizantes.

A diretora do Instituto Rodrigo Mendes Liliane Garcez fala que “os pais relatam uma verdadeira maratona de baixas expectativas” e continua reforçando a necessidade de melhorias em nosso ensino. Uma fala que mãe Adriana Godoy fez muito sentido sobre a decisão de escolher incluir seu filho na escola: “se eu limitasse ele a conviver só com pessoas que tinham a mesma dificuldade que ele, ele não seria exposto aos desafios que o mundo tem” ela precisou relutar com sua própria vontade de vê-lo mais “protegido” pensando no amadurecimento e na autonomia dele como pessoa. Confesso que esse vídeo me marcou muito, aproveitei a oportunidade e mostrei ele para meus filhos fazendo uma reflexão com eles sobre a inclusão na escola, pois os dois já tiveram em suas turmas alunos com Síndrome de Down. O Rodrigo Hubner Mendes, superintendente do Instituto Rodrigo Mendes explica de maneira clara sobre a prática da inclusão “não é o que funciona para o aluno com autismo, mas o que funciona para aquele ser humano”, entendendo que cada ser tem necessidades diferente, mesmo que estejam diagnosticados com o mesmo transtorno.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que nos foi apresentado no curso, posso destacar que o curso me aproximou da experiência de pais, familiares e professores, transformando minhas concepções sobre pessoas com TEA; pude refletir experiências com alunos especiais que estiveram presente na minha formação e através deles me fizeram crescer como profissional docente.

Ser professor é encarar que sua formação não acaba quando você conclui sua graduação, mas que será uma aprendizagem contínua, todos os dias buscando ser melhor para mudar a vida de alguém, estando sensíveis às necessidades inerentes de cada ser humano. Na matriz curricular dos cursos de Licenciaturas não existe nada especificamente relacionado a alunos com TEA, o mais próximo que tive na minha graduação foi a disciplina de Educação Inclusiva, onde temos um resumo das principais deficiência, com isso, é notório que ações como essa do Projeto “Conhecer para Acolher” são essenciais para comunidade de maneira geral, pois o TEA tem se tornado cada vez mais comum e tem “prego” muitos pais, professores e equipe pedagógica de surpresa nas escolas.

Diante dessa necessidade urgente de conhecimento e profissionais aptos, o curso proporcionou para seu público, conhecer as características da pessoa com TEA, bem como as especificidades que caracterizam cada transtorno, a história e experiência de algumas famílias e alguns professores, a legislação que garante todos os direitos a pessoa com TEA, como pode ser feito o diagnóstico, como proceder no tratamento, e algumas práticas pedagógicas para desenvolvermos de acordo com a necessidade do aluno. Ainda vimos um módulo relacionado

às políticas públicas que são oferecidas, tais como o serviço de Atendimento Educacional Especializado(AEE) e Sala de Recursos Multifuncional que é o local onde os AEE desenvolvem suas práticas. A sala é adaptada e é disponibilizada para autistas ou pessoas com outras necessidades educacionais específicas.

REFERÊNCIAS

DESIDÉRIO, Vanessa. **Conceitos, características e diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA)**. Módulo 1, Curso FIC Autismo e Inclusão Escolar. IFRN, 2023.

FERNANDES, Adriano . SILVA, Rosane G. D. Formação do professor para a inclusão do aluno com transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede regular de ensino. **O desafio da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. Versão *Online*. Volume I. 2016.

FERREIRA, Joice K. de C. **A Práxis docente no processo de ensino e de aprendizagem dos alunos com Transtorno do Espectro Autista – TEA**. Orientadora: Me. Cláudia Feitosa e Silva. 2022. 47 f. TCC (Graduação) - Licenciatura em Pedagogia, Universidade Estadual de Goiás , Luziânia, 2022. Disponível em: MG37 0017-2022_Joice Kelly.pdf (ueg.br). Acesso em: 1 set. 2023.

GAIATO, Mayra. TEIXEIRA, Gustavo. **Rezinho Autista: Guia para lidar com comportamentos difíceis**. São Paulo. 2018.

GIANNINI, Deborah. Livros dão dicas de como lidar com crianças com autismo e estimulá-las. R7 Saúde, 2018. Disponível em: Livros dão dicas de como lidar com crianças com autismo e estimulá-las - Notícias - R7 Saúde. Acesso em: 3 set. 2023.

IZA, D. F. V.; BENITES, L. C.; SANCHES NETO, L.; CYRINO, M.; ANANIAS, E. V.; ARNOSTI, R. P.; SOUZA NETO, S. de. Identidade docente: as várias faces da constituição do ser professor. Revista Eletrônica de Educação, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 273–292, 2014. DOI: 10.14244/19827199978. Disponível em: Vista do Identidade docente: as várias faces da constituição do ser professor (ufscar.br). Acesso em: 23 ago. 2023.

LIMA, Maria Dantas de. **O papel do Professor no ensino de pessoas com TEA**. Módulo 2 do Curso FIC Autismo e Inclusão Escolar. IFRN, 2023.

LUNA ABA. Diferenças entre Autismo e Síndrome de Asperger [CÉREBRO, SINTOMAS E TRATAMENTO]. Youtube, 12 mai. 2021. Disponível em: (174) Diferenças entre Autismo e Síndrome de Asperger [CÉREBRO, SINTOMAS E TRATAMENTOS] - YouTube. Acesso em 3 ago 2023.

SAÚDE DA INFÂNCIA. Criança autista na escola – autismo e inclusão / consciência do autismo. Youtube, 25 de nov. 2019. Disponível em: (171) Criança autista na escola - Autismo e inclusão social | Consciência do Autismo - YouTube. Acesso em: 10 de ago. de 2023.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA PROFESSORA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE JOÃO CÂMARA/ RN QUE ACOMPANHA UM ALUNO COM TEA

Walquíria Orlanda da Silva Confessor

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho é referente a última atividade do Projeto Conhecer para Acolher, cujo objetivo é promover a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas, esse projeto foi promovido pelo IFRN e NAPNE/JC em parceria com a clínica Maria Dantas. Essa atividade não era obrigatória, e no meu caso, trata-se de um relato de experiência de uma professora da Educação Especial que acompanha um estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O que me motivou a participar desse curso foi a urgência em estar atualizada, em me manter conectada ao conhecimento, na busca da formação continuada. Foi muito prazeroso poder compartilhar e aprender juntos, conhecer outras vivências, participar das palestras, poder sanar algumas de nossas dúvidas.

O curso teve como objetivo contribuir com a disseminação do conhecimento sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), reduzindo a discriminação, preconceito e capacitismo nas escolas através de escolhas inclusivas.

No Projeto Pedagógico do Curso (PPC), consta:

A inclusão escolar não está limitada à inclusão de pessoas com deficiência, no entanto, dentre as estratégias de inclusão, a formação continuada de pais, professores e cuidadores é essencial, visto que é necessária uma parceria escola-família para que a inclusão seja viável. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) foi reconhecido como deficiência pela legislação brasileira em 2012, no entanto ainda é um desafio para a comunidade escolar. A complexidade da deficiência agiganta o desafio da inclusão, nesse sentido, pretendemos oferecer um curso básico para o acolhimento de alunos com TEA nas escolas do entorno do campus. Em virtude de o acesso ao campus ser uma dificuldade para o público-alvo que reside na região do Mato Grande e poder oferecer para pessoas de outras regiões, o curso será 100% online (Desidério, 2023, p. 2).

Nesse sentido, este trabalho tem o objetivo de relatar a experiência de uma professora da educação especial do município de João Câmara que acompanha um estudante com Transtorno do Espectro Autista.

Para Arcoverde (2007), o memorial “é um gênero textual rico e dinâmico que se insere na “ordem do relatar”, isto é, gênero que relata fatos da memória, documentação de experiências humanas vivenciadas”. Como o memorial é um gênero de relato podemos afirmar que ele proporciona afirmações identitárias:

O memorial pode ser considerado, ainda, como um gênero que oportuniza as pessoas expressarem a construção de sua identidade, registrando emoções, descobertas e sucessos que marcam a sua trajetória. É uma espécie de “diário”, no qual você pode escrever suas vivências e reflexões. É também um gênero que pode ser usado para que você marque o percurso de sua prática, enquanto estudante ou profissional, refletindo sobre vários momentos dos “eventos” dos quais você participa e ainda sobre sua própria ação (ARCOVERDE, 2007, p. 2).

A produção de um memorial proporciona o resgate de nossas memórias, reflexão de vivências, retrospectiva de nossa trajetória profissional e pessoal. Relatar nossas experiências é organizar o percurso, o processo de lutas e vitórias, dificuldades e superações que marcam, impactam e estimulam outras pessoas a não baixarem suas cabeças, a seguir em frente. Para preservar o sigilo, o aluno terá o codinome “Pedro”.

2. NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA

Sou Walquíria Orlanda da Silva Confessor, 32 anos de idade, natural de Santa Cruz/RN, filha de agricultores, da infância até a fase adulta residi no sítio Bonsucesso município de Santa Cruz/RN. Iniciei minha vida escolar aos 07 anos de idade no primeiro ano do ensino fundamental I, não cursei a Educação infantil, antes disso, pois na zona rural ainda não ofertava e a cidade ficava distante. Minha jornada escolar não foi fácil, no período de inverno o rio enchia e tinha que atravessar, subir a serra, mas com força de vontade e determinação consegui concluir a educação básica.

Sou graduada em Pedagogia Licenciatura Plena pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA,2017). Pós graduada em Libras pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, 2019). Durante a graduação estagiei na prefeitura de Santa Cruz e com a bolsa de R\$ 300,00 (trezentos reais), paguei minha faculdade. Após minha formatura, fui convidada a trabalhar em uma escola particular renomada da cidade para acompanhar duas crianças com deficiência, uma com Transtorno do Espectro Autista e outra com Síndrome de Down.

Foi uma experiência desafiadora, mas ao mesmo tempo gratificante que contribuiu muito para a minha carreira profissional, foram cinco anos acompanhando eles e essa trajetória foi decisiva em minha vida profissional e a partir daí eu decidi “embarcar” na modalidade da educação especial.

No ano de 2019, mesmo ano em que concluí a pós-graduação, prestei concurso público para professor da educação especial na cidade de João Câmara e fui aprovada. Em 2021 fui convocada e estou lecionando até os dias atuais. Sou mestranda em Educação pela World University Ecumenical (WUE, 2022).

3. RELATO DE UMA PROFESSORA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL QUE ACOMPANHA UM ESTUDANTE COM TEA

O Curso de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional em Inclusão de Alunos com TEA com carga horária total de 30 horas/aula, nos possibilitou refletir sobre nossa prática profissional de forma crítica a cada módulo, em cada palestra foi possível perceber a importância de conhecermos nossos alunos para podermos acolher suas necessidades.

A inclusão é um processo coletivo que exige a participação de todos, a inclusão do autista é ainda mais desafiador, pois uma das dificuldades deles é justamente interagir com o meio, por isso, é muito importante uma rede de apoio, onde a base é a família, juntamente com os diversos especialistas, a escola e a sociedade.

A inclusão escolar está articulada a movimentos sociais mais amplos, que exigem maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso a bens e serviços. Ligada a sociedades democráticas que estão pautadas no mérito individual e na igualdade de oportunidades, a inclusão propõe a desigualdade de tratamento como forma de restituir uma igualdade que foi rompida por formas segregadora de ensino especial e regular (MANTOAN, 2006, p. 16)

Boaventura 2003 diz que temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Segundo ele, é importante reconhecer as diferenças sem inferiorizar nem reproduzir desigualdades. Sou professora efetiva do município de João Câmara/ RN e tive o privilégio de participar dessa formação ofertada pelo IFRN/ JC em parceria com a clínica Maria Dantas e irei relatar a minha experiência profissional com um aluno autista, com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e diabetes tipo 1.

Em junho de 2021 iniciei o acompanhamento desse aluno de forma remota, foi um desafio enorme. Meu primeiro contato com o discente foi por meio do *google meet*, busquei inicialmente conversar com a mãe dele para entender e conhecê-lo, ela me relatou sobre suas dificuldades, seu comportamento. O aluno tem dois irmãos, uma mais nova e outro um ano mais velho. Ao dar aulas online, os irmãos também participavam e eu achava ainda mais complicado. De início ele ficava concentrado por poucos minutos, eu trazia contação de histórias com materiais concretos e lúdicos e percebi que ele gostava, então comecei fazer acordos com ele.

Apesar de ter frequentado o 1º ano do ensino fundamental, ele não reconhecia sequer as vogais. Passei cerca de dois meses dando aula remota e vi alguns avanços. Em setembro de 2021 comecei a acompanhá-lo presencialmente e para a minha surpresa a turma estava mais ou menos no seu nível. Na primeira semana de aula presencial, o aluno apresentou resistência em querer ficar na escola, pois estava muito apegado à mãe, mas aos poucos foi se adaptando.

No ano seguinte permaneci acompanhando seus avanços, o que estava dificultando mais era o comportamento dele, que oscilava com frequência. No decorrer do ano ele aprendeu a fazer o nome completo, a ler palavras de duas sílabas, depois frases, os números, adição com dois algarismos. No ano de 2023 continuo com ele, que já sabe ler, porém apresenta resistência em treinar a leitura e isso reflete em outros conteúdos, apesar disso, ele gosta de matemática, já consegue realizar questões matemáticas referentes a adição, subtração e multiplicação.

O comportamento oscilante é fruto da ansiedade, a oscilação também reflete na glicose que altera o comportamento e atrapalha seu desempenho escolar, ou seja, é um ciclo vicioso, difícil de controlar. Apesar disso, é nítido seu avanço a cada dia.

A responsável pelo aluno relatou que ele iniciou sua jornada escolar com um ano de idade em uma escola particular e que já notou neste período que ele era diferente das outras crianças de sua idade, porque não tinha foco no olhar, apresentava grandes dificuldades na aprendizagem, falta de paciência, não queria fazer as tarefas, por mais simples que fossem, ele não realizava e não desistia. Nesta mesma época também foi descoberta a diabetes. A pediatra começou a perceber que ele não atendia aos comandos solicitados e a partir daí começou-se o trabalho de investigação, como resultado, o aluno foi diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e TDAH.

Após o acompanhamento na escola, a mãe vem relatando: “vejo um Pedro diferente depois que ele começou a ser acompanhado pela professora da educação especial no ano de 2021, porque ela pegou Pedro, uma criança que não sabia nem as vogais, não sabia escrever as letras. Pedro foi um diamante bruto que está sendo lapidado. Eu confesso que quando Walquíria começou acompanhá-lo, eu acreditava que ele ia aprender a ler, mas não imaginava que seria tão rápido, porque ele não se concentrava. Pedro desenvolveu, no primeiro ano com Walquíria, tudo que não desenvolveu nos anos de escola particular. Walquíria conseguiu com que ele tivesse foco, apesar dele não ser uma criança fácil, mas ela conseguiu”.

Esse relato me emociona, Pedro está cursando o 3º ano do Ensino Fundamental I e encontra-se no nível silábico alfabético. É muito gratificante participar desse processo e ver o êxito escolar dele. Durante esses anos trabalhei de forma conjunta, desenvolvendo os planejamentos junto com a professora titular, dividindo a sala, as tarefas e ajudando Pedro a

ser independente, o tratando igual aos outros, com os mesmos direitos e deveres, incentivando sua participação e interação em tudo que é proposto para a turma. E isso foi fácil? Não, não foi. E nem vai ser, pois a cada ano é um professor diferente, com dinâmicas diferentes, mas com diálogo e o trabalho conjunto é possível.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação continuada é essencial para o desenvolvimento profissional, a cada dia a ciência vai aprimorando, e nós professores somos pesquisadores e precisamos estar em constante formação. O Curso de Formação Inicial e Continuada em Inclusão de Alunos com TEA me proporcionou aprofundar meus conhecimentos, compartilhar minha vivência e conhecer outras realidades escolares, além de conhecermos ainda mais a teoria que é fundamental, também tivemos o prazer de apreciarmos relatos de experiências por meio de palestras com profissionais.

Poder relatar aqui também minha prática, minha vivência é uma experiência fenomenal, onde além de aprendermos juntos, temos também a oportunidade da produção textual, de levarmos nossos relatos, nossas experiências exitosas para outras pessoas apreciarem e se motivarem. Ao desenvolver esse processo escrito me passou um filme, uma retrospectiva de toda minha trajetória escolar da educação básica até minha prática atualmente e isso é fantástico. Sou grata a Deus, primeiramente, e aos envolvidos neste curso por me proporcionar essa experiência maravilhosa.

REFERÊNCIAS

ARCOVERDE, M. D. L.; ARCOVERDE, R. D. L. **Leitura, interpretação e produção textual**. Natal: UEPB/UFRN, 2007.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo : Summus, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural**. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003: 56.

AUTISMO E INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PROJETO RIO AQUATICS

Rômulo Meira Reis ¹
Silvio de Cassio Costa Telles ²

1. INTRODUÇÃO

A Educação Física manifesta-se através dos conteúdos que compõem a cultura corporal, a qual se diversifica em elementos típicos como: jogos e brincadeiras, esporte, dança, ginástica, lutas e capoeira (Darido e Rangel, 2005). Devido a esta pluralidade a Educação Física se insere em espaços de atuação que percorrem escolas (em todos os níveis educacionais), clubes, academias, spas, ginásios, projetos sociais entre outros, fazendo-se presente na sociedade, contribuindo para educação, saúde, bem-estar, qualidade de vida das pessoas e desenvolvimento do pensamento crítico reflexivo (Darido e Rangel, 2005; Soares *et Al.*, 1992).

Isto posto, o presente capítulo corresponde a um relato de experiência docente, que se desenvolve em um projeto sócio-esportivo, atuante na cidade do Rio de Janeiro-RJ. Trata-se do projeto Rio Aquatics³, uma iniciativa de caráter privado, que tem como objetivos: a) formar cidadãos através do esporte e educação; b) proporcionar a prática gratuita da natação e pólo aquático; c) contribuir para educação, qualidade de vida, saúde e desenvolvimento do pensamento crítico reflexivo dos alunos; e d) detectar e desenvolver talentos esportivos.

A metodologia de ensino do projeto segue a dinâmica denominada por “bola amarela”, que busca realizar a adaptação ao meio aquático, ensinar os estilos de nado e a jogar o polo

¹ Pós-Doutor pelo Instituto de Investigação e Formação Avançada (IIFA) da Universidade de Évora (Portugal). Doutor em Ciências do Exercício e do Esporte pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Educação Física e Cultura pela Universidade Gama Filho (UGF). Licenciatura Plena em Educação Física pela UGF. Professor substituto no Instituto de Educação Física e Desportos (IEFD) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor de natação do Projeto Rio Aquatics. Membro do Grupo de Pesquisa em Escola, Esporte e Cultura (GPEEsC).

² Pós-Doutor pelo Instituto de Investigação e Formação Avançada (IIFA) da Universidade de Évora (Portugal). Doutor e Mestre em Educação Física e Cultura pela Universidade Gama Filho. Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor Associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da UERJ, atuando respectivamente nos Programas de Pós-Graduação em Educação Física e no Programa de Ciências do Exercício e do Esporte. Coordenador pedagógico do Projeto Rio Aquatics. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Escola, Esporte e Cultura (GPEEsC). Coordenador do Fórum de Pesquisadores/as das subáreas Sociocultural e Pedagógica e Fórum da Pós-Graduação do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (2022-2023 -CBCE)

³ Maiores informações, vide a página oficial no Instagram – rio.aquatics.

aquático de maneira conjunta, misturando os fundamentos de ambas as modalidades em uma única forma de ensinar, valendo-se de atividades compostas pelo manejo da bola, inserido no ensino da natação, tendo como princípios norteadores a participação ativa, ludicidade, diversidade, respeito e inclusão.

O projeto Rio Aquatics iniciou em fevereiro de 2022, abrindo as portas de sua primeira filial em parceria com o Clube de Regatas Vasco da Gama. A filial de São Januário funciona regularmente no parque aquático do estádio, atende crianças na faixa etária de 07 a 12 anos de idade nas modalidades natação e polo aquático.

Após as experiências e aprendizado com a implantação do projeto, em 2023, a direção decidiu ampliar o escopo de atuação e a capacidade de atendimento buscando novas oportunidades. A solução encontrada foi a realização da parceria público-privada com o Governo do Estado do Rio de Janeiro para abertura da nova filial no Parque Aquático Júlio De Lamare, situado no complexo esportivo do Maracanã.

Desse modo, em março de 2023, o Júlio De Lamare recebeu os novos alunos do projeto Rio Aquatics ofertando aulas regulares durante todos os dias da semana para as equipes e às terças e quintas voltado para os diversos níveis de aprendizado. Os processos de seleção para participação no projeto foram preenchimento de formulários, apresentação de documentos (incluindo atestado médico), avaliação dos alunos para identificar o nível de adaptação e habilidade no meio aquático. Ao todo foram inscritas cerca de 1.000 crianças, entre a faixa etária de 05 a 12 anos de idade, para preencherem vagas em 15 turmas nos turnos da manhã, tarde e noite.

No decorrer das aulas, os professores da filial Júlio De Lamare identificaram alguns alunos com sinais aparentes do Transtorno de Espectro Autista (TEA), porém, os responsáveis não declararam informações nos formulários ou apresentaram laudo para confirmar a percepção dos professores. Entretanto, uma das turmas de iniciantes do turno da tarde, composta por 20 alunos, apresentou três crianças do sexo masculino, na idade entre 07 e 12 anos de idade, diagnosticadas e declaradas pelos pais com TEA.

O TEA é um grupo de alterações no desenvolvimento neurológico comprometendo, na maioria dos casos, algum grau na comunicação, na interação social e/ou o comportamento do indivíduo, desenvolvendo dificuldade na verbalização de orações, nas expressões faciais e em geral tendo dificuldades para relacionar-se socialmente.

É importante salientar que o TEA não se configura como uma doença, mas sim uma forma peculiar de se expressar e reagir dentro da sociedade. O diagnóstico carece de certo tempo para uma avaliação mais precisa e o quanto antes for feito, amplia as chances de

potencializar a qualidade de vida da criança. O acompanhamento deve ser feito de forma multidisciplinar incluindo profissionais como médico, psicoterapeuta, fonoaudiólogo, dentre outros.

Sob este cenário desafiador ocorre um profundo processo de ressignificação, aprendizado e busca pelo conhecimento a fim de compreender e contribuir com o desenvolvimento das crianças com TEA. Assim, o professor da turma e o coordenador pedagógico, buscando ampliar seus conhecimentos em relação à temática e ao atendimento educacional especializado, definiram como estratégia inicial realizar leituras sobre TEA, seguido por artigos da área da Educação Física que abordassem o tema e experiências práticas.

Posteriormente, o professor da turma recebeu de um colega um banner digital com a informação sobre a abertura do curso FIC Autismo e Inclusão, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

Nos inscrevemos e com os conhecimentos adquiridos durante o curso, adaptamos à realidade do projeto Rio Aquatics às estratégias metodológicas aprendidas durante a formação através do curso.

Nesse contexto, o presente capítulo tem como objetivo apresentar um relato de experiência docente na área da Educação Física, envolvendo os processos de inclusão e ensino-aprendizagem da modalidade natação para crianças com espectro autista (TEA), cuja faixa etária corresponde entre 07 e 12 anos de idade.

2. O DESAFIO E A EXPERIÊNCIA

2.1. Percepções, diagnóstico e tentativas iniciais

O relato de experiência é decorrente do atendimento de crianças regularmente inscritas no Projeto Rio Aquatics, com aulas duas vezes na semana, e a inclusão de três crianças com TEA. As aulas foram ministradas em piscina rasa (com as crianças da turma de pé) para garantir a segurança e confiança dos alunos no processo ensino-aprendizagem e com uma equipe composta por um professor e três estagiários como auxiliares.

Inicialmente, as crianças com TEA apresentavam pouca socialização com o professor, estagiários ou com os demais colegas de classe, dificuldades em ingressar na piscina, seja através da escada ou pela borda, baixa capacidade de concentração e atenção sobre as explicações das atividades e exercícios a serem realizados, também apresentavam agitação quando colocadas na piscina (as crianças não paravam de se movimentar, mergulhavam constantemente, jogavam água para todos os lados e direções - inclusive nos colegas, muitas

vezes gritavam e batiam na água para se expressar de alguma forma). Também apresentavam problemas e dificuldades com a fala, sendo que apenas uma delas consegue falar e se expressar verbalmente, as demais realizam gestos com corpo (afirmativo, negativo e indicam alguma direção com as mãos) e emitem sons. Com isso, as primeiras aulas foram marcadas pela realização de poucas atividades e exercícios, muita movimentação e agitação, barulhos e gritos constantemente, pouca socialização ou atenção à equipe de professores.

De acordo com Wing (2000) a criança autista pode apresentar características tais como: aversão ou reversão ao toque e contato físico, choro quase ininterrupto, sensibilidade e incômodos com sons, inquietação constante ou ao contrário, gosto somente por alguns alimentos, pouco contato visual, repetição de movimentos com próprio corpo ou objetos, dificuldade em realizar imitações, diminuição ou ausência do sorriso e não compartilhamento ou expressão de emoções.

Nessas condições, a equipe ao longo das aulas percebeu que as crianças apresentavam pouca aversão ou reversão ao toque (as crianças ainda são carinhosas e aceitam o toque), ausência de choro, grande sensibilidade com sons, inquietação, pouco contato visual, repetição de movimentos com próprio corpo e objetos, realizavam imitações com facilidade (porém faz-se necessário despertar a atenção das crianças), muitos sorrisos (as crianças são alegres) e expressam emoções, sobretudo, a felicidade de estarem brincando na água. Portanto, a percepção sobre as crianças por parte da equipe, com base em observações e anotações, corresponde a limitações cognitivas, motoras, verbais e sociais com especificidades e características individuais de cada criança ampliando ou reduzindo a limitação, ratificando, a premissa de que cada caso em relação ao TEA é único.

Assim disposto, o professor reuniu-se com o coordenador pedagógico do projeto para compartilhar experiências vivenciadas, discutir e refletir sobre estratégias metodológicas, para que as crianças se desenvolvessem diante das limitações que se apresentavam. Após algumas reuniões e encontros, em comum acordo, decidiram buscar leituras para compreender as crianças e realizar algumas tentativas iniciais:

- a) Manter o atendimento para as crianças com três estagiários (01 por criança). Contudo, em um primeiro instante houve o “rodízio” entre os estagiários e crianças, porém, ficou definido manter o estagiário que a criança tivesse apresentado maior afinidade;
- b) Convidar os pais a permanecerem observando as aulas próximas à piscina e não mais atrás do vidro. Esta decisão de caráter afetivo, por um lado fez com que as crianças se sentissem mais seguras, por outro, os pais próximos serviam como suporte para

compreender melhor as crianças e retirar qualquer dúvida em relação ao comportamento.

- a) No entanto, os passos seguintes consistiram em realizar ações pedagógicas tais como:
 - a. Estimular o ingresso e saída da piscina sempre pela escada, mantendo a segurança;
 - b. Deixá-las movimentarem-se livremente, acompanhadas por um estagiário.
 - c. Realizar atividades como bater pernas com auxílio de prancha, realizar mergulhos ou fazer bolhas de ar na água, dinâmicas pedagógicas que envolviam despertar a atenção da criança para as atividades através de ações lúdicas e afeto.

Sobre a ação “c” cabe destacar que essas dinâmicas ocorreram com as crianças juntas com toda a turma. Assim, as primeiras tentativas não foram exitosas porque as crianças apesar de focarem nas explicações, realizavam as atividades por curto período, passando logo em seguida a retornar ao estágio de movimentar-se livremente pela piscina.

2.2. Resignificando e inovando a prática pedagógica

Até o momento foram relatadas experiências e ações realizadas antes da participação do professor no Curso FIC Autismo e Inclusão, do IFRN. Portanto, nessa seção serão apresentadas ações implementadas e influenciadas pelos conhecimentos adquiridos no curso.

Nesse contexto, à medida em que os conhecimentos surgiam novas discussões, reflexões e ideias foram postas em prática. Então as seguintes ações foram implantadas visando facilitar o processo ensino-aprendizagem, o bem-estar e desenvolvimento das crianças:

- a) Transformar os pais em parceiros do projeto e da equipe;
- b) Solicitar aos pais a apresentação de novos laudos diagnósticos das crianças com data de 2023;
- c) Manter o atendimento educacional individualizado;
- d) Realizar rodas de conversa com os pais periodicamente (a cada 15 dias);
- e) Utilizar os conhecimentos e referências sobre as crianças relatados pelos pais nas aulas, tais como: foco em desenhos ou determinada atividade, som preferido, preferência por mergulho ou não, preferência por usar prancha ou macarrão, preferência em realizar atividades de costas ou não entre outras;
- f) Realizar cumprimentos com toques nas palmas das mãos no início e fim das aulas;
- g) Estimular a aprendizagem coletivamente, as crianças com TEA sempre integradas a turma;

h) Realizar aulas com redução de sons, utilizando mímicas para demonstrar os movimentos e chamar atenção das crianças;

Com isso, o professor e equipe passaram a ressignificar as aulas incluindo e fortalecendo a aprendizagem das crianças. Então, foram inseridas atividades lúdicas fora e dentro da água enfatizando a participação das crianças em todas as aulas. Cumprimentos com os toques de mãos no início e final das aulas tornaram-se indispensáveis. As crianças com TEA compreenderam o sentido de ingressar na piscina pela escada, deixando de usar a borda como alternativa. Atividades sempre apresentadas de maneira desafiadora para as crianças (“vamos realizar o caminho da floresta? – nome lúdico dado ao movimento similar a braçada do nado peito.” “Vamos nadar com a prancha nas mãos?”).

Através da maior interação com os pais foram descobertas preferências por nadar de costas, pelo uso de prancha e ainda pela utilização do mergulho. Os pais nas rodas de conversa colaboraram com informações e especificidades de cada criança como por exemplo: uso de medicação, comportamento agressivo, desenho e som de preferência (quando existente), vídeos mais assistidos, cores de preferência. Estando sempre disponíveis para informar a equipe qualquer modificação no comportamento das crianças durante a semana ou após as aulas. Portanto, essa parceria proporcionou efeitos muito positivos e assertivos no desenvolvimento das crianças.

O nível de confiança e satisfação dos pais aumentou consideravelmente com a participação efetiva, prova disso são as declarações à equipe de professores por parte dos pais e responsáveis: “Meu filho está menos agitado e agressivo”. “Meu filho faz questão de vir às aulas sempre, não quer faltar mesmo com chuva e frio”. “Obrigado professor! Ele agora mergulha sozinho e entra na piscina sozinho pela escada”.

As vivências e experiências proporcionaram a oportunidade da realização de uma experimentação na piscina olímpica, uma vivência diferente para as crianças. No início, houve muito receio, gritos e medo. Todavia, como toda a turma estava na aula realizando a vivência com a segurança de plataformas, macarrões, guarda-vidas e a equipe, as crianças com TEA sentiram-se seguras, acabaram mergulhando e ingressando na piscina para realizar pequenos deslocamentos e mergulhos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações descritas nesse relato de experiência foram desenvolvidas em um período de aproximadamente 120 dias proporcionando autoconhecimento não só para equipe e coordenação pedagógica, mas sim, para todos os envolvidos no projeto Rio Aquatics .

Devido a experiência, o projeto reconheceu ainda mais o meio aquático como um ambiente favorável ao desenvolvimento das crianças com TEA, proporcionando benefícios ímpares, por exemplo: experimentação de atividades lúdicas, ampliação da interação social, aprendizagem de técnicas específicas como a flutuação, respiração e propulsão, vivências de jogos e brincadeiras com bola, ajudando no desenvolvimento socioafetivo e psicomotor da criança.

Além disso, foi decidido dar publicidade aos materiais do Curso FIC Autismo e Inclusão para todos os professores do projeto, a fim de compartilhar o conhecimento e gerar novas estratégias. Estuda-se a possibilidade de realizar aulas com a participação especial dos pais parceiros na piscina com as crianças.

É necessário destacar o empenho e dedicação da equipe que vivenciou o processo ampliando seus conhecimentos e ratificando sua vontade de trocar experiências com a comunidade, através dos elementos da cultura corporal, neste caso representado pela natação e polo aquático. Cabe ainda destacar que a liderança do projeto, dentre outras ações, oferece formação permanente a sua equipe, tendo sido ministrado cursos de salvamento, socorros e urgência e inclusão.

REFERÊNCIAS

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação física na Escola: Implicações para a Prática Pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

SOARES, ET AL. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo. Editora Cortez, 1992.

WING, L. Severe impairments of social interaction and associated abnormalities in children. Epidemiology and classification abnormalities in children. Epidemiology and classification. **Journal of autism and developmental disorders**, 2000.

RELATOS E EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS NO ESPAÇO ESCOLAR: UM MISTO DE MEDO E INSEGURANÇA TRANSFORMADOS EM SINTONIA E APRENDIZADO

Kalyane Karine Caldas Dantas da Silva

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa relatar memórias, mostrando as experiências vivenciadas no curso, como também as experiências no contexto escolar no qual estou inserida. Assim apresentarei de forma auto bibliográfica e contextualizada alguns aspectos vivenciados durante o curso FIC Autismo e Inclusão, mas principalmente a minha realidade escolar com um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Atualmente trabalho como professora celetista de Educação Especial em uma escola da rede estadual de ensino, sendo minha primeira experiência em sala de aula e tenho certeza que será uma das melhores experiências vividas, pois foi a partir de todo esse contexto escolar no qual estou inserida que aprendo a cada dia algo novo para assim aperfeiçoar ainda mais a minha prática cotidiana na Educação Especial, visando sempre o meu crescimento profissional, mas também buscando constantemente uma educação mais inclusiva dentro das nossas escolas, ampliando os saberes e as práticas educativas em busca de uma Educação de boa qualidade, capaz de envolver a todos de forma igualitária e equitativa. Atualmente estou acompanhando um estudante com Necessidades Educacionais Específicas (NEE), dentro da sala regular de ensino, ele foi diagnosticado (de acordo com o laudo) com sinais compatíveis com o F84.5 - Síndrome de Asperger de acordo com a Classificação Internacional de Doenças CID-10. Contudo, houve mudanças no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) em 2013 e houve também mudanças na classificação para o CID-11, passando assim a ser chamado de Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Desse modo, o presente relato tem como objetivo compartilhar experiências durante o curso e na prática educativa cotidiana dentro da escola e suas possíveis contribuições para um melhor desempenho, seja na sala regular, na escola ou no contexto familiar, como também para o meu desenvolvimento como profissional da área.

2. NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA: UM BREVE RELATO SOBRE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL.

Sou Kalyane Karine Caldas Dantas da Silva, tenho 35 anos, nasci na cidade de Ceará Mirim-RN, mas vivi toda a minha vida na cidade de João Câmara-RN e ainda permaneço até os dias atuais, durante minha infância e adolescência morei em uma pequena comunidade da zona rural do município a qual se chama Cauaçu-RN, onde dei meus primeiros passos acadêmicos, em uma pequena e simples escola, a qual foi minha primeira base educacional. Estudei toda minha vida em escola pública e tenho muito orgulho disso. Assim, graças ao incentivo diário de meus pais, que eram agricultores e principalmente de minha mãe, que até hoje me conduz em minhas decisões e é exemplo de determinação e força e mesmo diante das dificuldades daquele período conseguimos vencer e foi através da educação que hoje estou aqui para relatar minhas vivências durante todo o percurso. E como dizia Paulo Freire “A educação é libertadora”, e pode transformar vidas.

Realizei o Ensino Fundamental I na escola da comunidade, em seguida, no Ensino Fundamental II comecei a estudar na cidade durante a noite, pois era o único horário que podia, finalizei a Educação Básica com o Ensino Médio no ano de 2005. Após esse período passei alguns anos fora da escola, dando uma grande pausa em minha formação acadêmica, mas com a graça de Deus consegui voltar após fazer o vestibular para área de Licenciatura em História em 2009, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN, a qual consegui finalizar no ano de 2013, foi uma experiência bastante conflituosa, pois ainda não era o curso que eu queria, como também não tinha tempo para me dedicar as leituras, pois trabalhava o dia todo no comércio, como vendedora. Enfim, consegui finalizar e assim prosseguir. O ano de 2013 foi um ano de muitas conquistas, finalizei a faculdade, casei com uma pessoa maravilhosa, a qual sempre me incentivou na minha vida acadêmica e que até hoje incentiva todas as minhas escolhas.

Após um longo período, iniciei em 2017 o curso de Licenciatura em Pedagogia, que era o curso que eu sempre quis, inicialmente não deu certo, pois depois de cursar quase um ano descobrimos que a faculdade não existia e foi aquela decepção, mas Deus tem sempre o melhor e eu não desisti diante das dificuldades. Em 2018 iniciei o curso de Segunda Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Pitágoras Unopar e consegui finalizar em 2020, realizando assim um sonho, em seguida já comecei uma Pós-Graduação em Educação Especial e Inclusiva na mesma instituição, e na verdade não era a área que eu queria me especializar, mas Deus tinha

um lindo propósito para mim e hoje estou vivendo esse propósito em minha vida, sou professora de Educação Especial com muito orgulho.

Dessa forma, sou imensamente grata à Deus por tudo que conquistei até hoje e por tudo que ainda irei conquistar. Diante de tantos desafios passados, ainda não tinha nenhuma experiência como profissional da área da Educação, fiz alguns concursos e consegui passar para área de Educação Infantil, porém não fui convocada ainda, mas Deus sempre age na hora certa e é tudo perfeito. Surgiu assim a oportunidade de fazer o seletivo do estado do RN em 2022, o qual nem imaginava que seria convocada, mas era a minha vez de realizar o sonho de estar na sala de aula, ampliando saberes e contribuindo para o desenvolvimento de estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (NEE). No momento, atuo como professora de Educação Especial, acompanhando um aluno adolescente com Transtorno do Espectro Autista –TEA na sala regular de ensino. No curso FIC, aprendi que:

O DSM-5 deixa claro a condição para que haja o diagnóstico de autismo, é preciso que haja déficits percebidos na comunicação social e no comportamento repetitivo ou com interesse restrito, gerando prejuízos para o indivíduo. Com base nisso, a Lei Berenice Piana (lei de nº12.764/12), considera o TEA como sendo uma síndrome clínica. As duas características essenciais citadas na lei são: a) prejuízo na comunicação e interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; e b) padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, com estereotípias ou comportamento sensorial incomum; apego a rotinas e padrões ritualísticos; interesses restritos fixos (Brasil, 2012, *apud* Desidério, 2023 pág. 07).

Inicialmente foi um misto de medo e insegurança, mas tudo tem se transformado em aprendizado e experiências vivenciadas diariamente, não só com relação à Educação Especial, mas também à toda conjuntura da educação e da escola e tudo que ela proporciona em nossa vida profissional e como podemos contribuir para o pleno desenvolvimento dos estudantes na sociedade como um todo. Assim como nos fala a Constituição Federal em seu Artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Contudo é relevante destacar as inúmeras oportunidades que surgiram em minha vida depois que iniciei minha vida profissional como docente, as quais irei citar: o primeiro foi o curso de Educação Especial no Contexto da Escola Inclusiva, o nome do curso era “O SAEE: em Foco”. O qual proporcionou muitos aprendizados, bem como o curso online sobre Autismo e Inclusão e o Curso FIC- Autismo e Inclusão, os quais foram de grande relevância para minha vida profissional e pessoal, pois grandes aprendizados foram internalizados e colocados em prática a partir do material disponibilizado e das palestras durante o curso, finalizando aqui

com o Memorial de Relatos e Experiências, esse será de fundamental importância para aperfeiçoar e fundamentar as diversas práticas educativas no espaço escolar, na vida dos professores e estudantes e na família dos que estão inseridos nessa perspectiva da Educação Especial e Inclusiva.

3. REFLEXÕES SOBRE MINHA FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIAS

Diante do exposto enfatizo agora os relatos de experiências durante o curso FIC-Autismo e Inclusão, como também no ambiente escolar. Assim inicio a partir dos Módulos I, II, III e IV, que tinha como tema: Conceito, características e causas do Autismo; O Papel do Professor na Inclusão do Autista; Serviço de Atendimento Educacional Especializado e Sala de Recursos Multifuncional adaptada à necessidade do

Autista e Plano Educacional Individualizado para o aluno com Transtorno do Espectro Autista, os quais proporcionaram aperfeiçoar ainda mais o conceito do Transtorno do Espectro Autista em suas inúmeras dimensões, como também nossa prática como profissional da área e melhorar nossas metodologias para o desenvolvimento dos educandos com NEE dentro da sala regular, e na sala de recursos multifuncionais, adaptando material e ampliando saberes, e foi por meio do aprendizado no curso que compreendemos um pouco sobre como elaborar o PEI e seus desdobramentos.

Com relação às palestras do curso, foram bem conduzidas e conseguiram esclarecer muitas dúvidas sobre um tema tão explorado atualmente, pode-se afirmar que inúmeras foram as contribuições do curso para minha vida profissional e pessoal, pois aprendemos muito e com certeza colocaremos em prática todos os conhecimentos adquiridos, no meu caso como professora da área esclareceu muitas dúvidas que até então eu ainda tinha. Devemos assim levar todo esse conhecimento para dentro das escolas, para as famílias e para todos aqueles que precisarem, pois, conhecimento é transformador e pode mudar a vida de muitas pessoas que sofrem com esse Transtorno. Assim, como determina as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica:

No desempenho dessa função social transformadora, que visa à construção de um mundo melhor para todos, a educação escolar tem uma tarefa clara em relação à diversidade humana: trabalhá-la como fator de crescimento de todos no processo educativo. Se o nosso sonho e o nosso empenho são por uma sociedade mais justa e livre, precisamos trabalhar desde a escola o convívio e valorização das diferenças, base para uma verdadeira cultura de paz (BRASIL, pág. 05, 2001).

Dentro dessa perspectiva é relevante destacar como foi e como está a minha prática docente com um aluno autista, a princípio estava muito assustada, pois não tinha experiência

em nenhuma área específica da educação e isso me causou um certo pânico para lidar com a situação, mas como sou extremamente determinada, enfrentei e ao longo do tempo fomos criando vínculo afetivo, uma das coisas que aprendi no curso, que é importante para o estudante autista ter esse vínculo antes da intervenção, isso permitiu que eu e ele nos conhecêssemos melhor um ao outro a partir das observações em sala e nos ambientes da escola. A cada dia uma nova descoberta, seus comportamentos restritos e repetitivos eram notórios, ele era bastante ansioso, principalmente quando sua rotina era modificada e tudo isso foi se encaixando com o que eu aprendia no curso, aos poucos fomos nos aproximando, a interação social também era algo que deveria ser trabalhado, pois, ele não interagiu com todos na turma, algumas habilidades foram sendo trabalhadas e desenvolvidas durante as aulas e aos poucos fui vencendo o medo, que se transformou em sintonia e muito aprendizado.

Vale salientar também que ele é um aluno bastante inteligente, com capacidades extraordinárias, muito interessado, possui um potencial elevado para memorizar, não possui déficits na linguagem e faz contato visual. Durante as aulas é perceptível que os professores da sala regular utilizam uma linguagem direta e objetiva, assim ele consegue compreender com mais facilidade os conteúdos propostos, além disso, ele é muito educado e assíduo.

Então, conviver com um aluno autista é ir além do que se possa imaginar, é perceber que você faz toda diferença naquele momento para ele, pois sentem-se seguros e capazes de ir além no desenvolvimento cognitivo, desenvolvendo habilidades que ainda não possuía, é por meio desse incentivo que o desempenho das capacidades do autista ultrapassam os limites que colocamos, tornando-os protagonistas no processo de ensino-aprendizagem, lembrando que cada autista é diferente do outro e não devemos ver apenas a deficiência, mas a pessoa e as possibilidades que eles podem desenvolver em qualquer lugar em nossa sociedade. “A educação deve focar no ser humano e não na patologia, como argumenta Cunha (2015)”.

Muitas vezes o processo pode ser lento e gradual, mas jamais devemos desistir daquele aluno, filho, irmão, colega ou qualquer que seja a pessoa com deficiência e no caso especificado os “autistas”. Como mostra Santos:

Para pensar em uma educação inclusiva para essas pessoas, é preciso conhecer suas características e comprometimentos, para entender como se relacionam com os outros e como percebem o mundo à sua volta, pois só assim, é possível pensar em uma prática pedagógica que contribua com seu desenvolvimento e aprendizagem (Santos, 2016, pág. 155).

É preciso pensar em uma prática que contribua para uma educação realmente inclusiva, que proporcione uma aprendizagem significativa, capaz de superar as dificuldades encontradas no percurso educacional desse estudante, para assim inseri-lo na sociedade. É preciso

compreender todos os aspectos relacionados ao estudante autista, suas particularidades, suas estereotípias, seu comportamento restritivo e a partir disso o professor será capaz de perceber suas capacidades seja sensorial, espacial, subjetividade, linguagem, cognição, se é hiperativo, se socializa e mantém relação de afeto com os demais, todas essas características devem ser observadas exploradas para que seja desenvolvida habilidades específicas, salientando que o processo é lento e não se deve focar nos resultados, mas na aprendizagem do aluno. Trabalhar de forma significativa, de forma multi e interdisciplinar, com profissionais capacitados e que possam ajudar e intervir de forma eficaz nesse processo, outra dica é o uso do reforço positivo quando ele realizar alguma atividade com sucesso na sala.

Além disso, deve-se entender que esse processo de aprendizagem deve envolver todos na escola, inclusive a família, pois somente com formação podemos ajudar esses alunos a se desenvolver, muitas vezes os pais não sabem como lidar com a criança, assim como os professores sem formação específicas ficam inseguros, como foi o meu caso. Ainda dentro dessa perspectiva como fala a LDB em seu artigo 59:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela lei nº 12.796, de 2013) I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; [...] (BRASIL, 1996).

Assim, de acordo com o que se propõe na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica, é direito do estudante com Necessidades Educacionais Específicas a adequação do currículo, dos métodos e tudo aquilo que estiver ligado a prática educativa, visando o seu pleno desenvolvimento, se fazendo necessário a capacitação dos profissionais da educação do ensino regular e de todos que fazem esse atendimento especializado aos alunos com deficiência. Como nos mostra a (LDB, 1996) em seu artigo 58, “Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”.

É relevante ainda relatar os mais diversos aprendizados durante o Curso FIC – Autismo e Inclusão, os temas abordados contribuíram de forma significativa para o nosso desenvolvimento, aprimorando e aperfeiçoando nossa prática para assim desenvolver competências e habilidades, estas devem estar relacionadas às interações sociais como ao desenvolvimento cognitivo, pois a escola não deve apenas incluir o aluno autista, mas também ampliar seu aprendizado e sua inserção na sociedade e os professores são fundamentais nesse processo inclusivo.

A escola também é de fundamental importância nesse processo inclusivo, pois não basta só acolher, todavia deve propiciar a permanência desse estudante com Necessidades Educacionais Específicas, como também deve disponibilizar serviços de Atendimento Educacional Especializado e salas de Recursos Multifuncionais adaptadas para os alunos com deficiência.

Contudo, as dificuldades encontradas dentro dos espaços escolares ainda é algo que perpassa todas as perspectivas, infelizmente ainda estamos caminhando a passos lentos. As escolas não disponibilizam materiais que facilitem o nosso trabalho, na maioria não existe a Sala de Recursos Multifuncionais – SRM, a qual seria de grande relevância para ampliar o aprendizado dos alunos autistas e dos demais que assim necessitarem. Como apresenta Brasil, 2015, *apud* Desidério, 2023.

No contexto das políticas públicas defendidas pela Lei Brasileira de Inclusão, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei 13.146/2015 (BRASIL, 2015) a inclusão é apresentada como acesso, permanência, participação e aprendizagem. Nesse contexto, estão inseridas as salas de recursos multifuncionais, elas existem com o propósito de apoiar

o ensino aprendizagem das pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NEEs), preferencialmente às pessoas com deficiência. Visa apoiar a organização do atendimento educacional especializado – AEE aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados no ensino regular (BRASIL, 2015).

Salientando que a Sala de Recursos Multifuncionais também deve ser utilizada por outras pessoas que sejam diagnosticadas com outros transtornos e que necessitem do atendimento. É preciso ainda falar sobre um outro ponto muito importante, para que ocorra o atendimento adequado ao estudante com deficiência, é de suma relevância a construção do Plano Educacional Individualizado – PEI, pois será a partir desse plano que nós professores podemos adequar as atividades e estabelecer de forma conjunta com o professor da sala regular as habilidades que poderão ser desenvolvidas durante o período educacional, visando assim uma intervenção pedagógica eficaz para ampliar e desenvolver as potencialidades do estudante autista de acordo com as especificidades de cada um, mediando assim o conhecimento e observando o processo e sua evolução. Assim, segundo Lima (2023):

O Plano Educacional Individualizado é um instrumento de planejamento, que irá acompanhar o processo de aprendizagem e desenvolvimento de estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação, cuja referência é a trajetória individual de cada um. (Lima, 2023, pág. 02).

Nessa conjuntura, percebe-se que o PEI é um documento que norteia a prática educativa para alunos com deficiência, transtornos e altas habilidades ou superdotação, podendo

contribuir de maneira significativa para seu desenvolvimento, deve-se conhecer sua real funcionalidade para assim executá-lo e depois avaliar se realmente o objetivo foi alcançado, podendo assim traçar novas metas, lembrando que cada PEI é individual, pois cada aluno possui suas particularidades. Na minha prática ainda sinto uma certa dificuldade em elaborar e desenvolver o PEI, pois como só acompanho o aluno autista dentro da sala regular, não tenho oportunidade para elaborar e desenvolver atividades que deveriam ser realizadas, uma vez que esse aluno deveria frequentar ou permanecer no contraturno da escola, porém isso não acontece, dificultando nosso trabalho dificultando o desenvolvimento das habilidades dos alunos. Mesmo assim, não devemos desistir, pois os nossos estudantes precisam do nosso trabalho e quando fazemos com amor e dedicação tudo flui e nossos objetivos são alcançados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre o Curso FIC – Autismo e Inclusão é relevante apresentar as inúmeras contribuições que o curso propiciou em minha vida acadêmica, profissional como também pessoal, o mesmo possibilitou ampliar novos horizontes, novos conhecimentos, novas práticas e metodologias, que possibilitaram expandir esses aprendizados dentro da sala regular, mas também em toda a escola e até mesmo com as famílias das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

É perceptível as grandes expectativas após o curso, pois a partir dessa formação podemos colocar em prática todo o conhecimento adquirido, na busca constante por uma educação inclusiva que realmente aconteça dentro das escolas, que não seja apenas “um faz de conta”, mas que possa alcançar a todos que necessitam. Desse modo, buscar meios para que nossa educação seja transformada em uma educação igualitária e equitativa, que todos possam se mobilizar para tal transformação, o processo não é, e não será fácil, mas se cada um fizer sua parte em um futuro próximo alcançaremos resultados positivos e uma sociedade mais justa e igualitária.

A produção do memorial foi algo desafiador, pois relatar minhas experiências vivenciadas é bastante complexo, todavia nos impulsiona e nos faz crescer profissionalmente, as leituras foram de fundamental importância, possibilitando nosso avanço diante de tantos desafios encontrados pelo caminho na educação. É preciso dar continuidade ao nosso processo de ensino-aprendizagem, pois somos professores e precisamos continuar se aperfeiçoando, buscando novos horizontes e formas para conduzir nossas práticas educativas, então não devemos parar por aqui, para que todos possam ir adiante em busca de novos conhecimentos para uma prática educativa eficaz.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do, 1988. Título VIII. Da Ordem Social, **Capítulo III da Educação, da Cultura e do Desporto-Seção I da Educação**. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/constituicao-supremo/artigo.asp?abrirBase=CF&abrirArtigo=205#:~:text=Art.&text=Da%20Educa%C3%A7%C3%A3o-,Art.,sua%20qualifica%C3%A7%C3%A3o%20para%20o%20trabalho> acesso em 03/09/2023.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica** / Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf> acesso em 03/09/2023.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. BRASIL. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm acesso em 03/09/2023

BRASIL, **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf acesso em 03/09/2023.

BRASIL, **Plano Nacional de Educação-PNE 2014-2024**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/> acesso em 03/09/2023.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm acesso em 03/09/2023.

BRASIL. Lei no 12.764 de 27 de dezembro de 2012. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista**. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm acesso em 03/09/2023.

CUNHA, Eugenio. **Autismo e Inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

DESIDÉRIO, Vanessa. **Conceito, características e causas do Autismo: módulo 1 – Curso Autismo e Inclusão**. IFRN, 2023.

LIMA, Maria Dantas de. **Plano Educacional Individualizado para o aluno com Transtorno do Espectro Autista: módulo 4 – Curso Autismo e Inclusão**. IFRN, 2023.

SANTOS, Tatiana dos. **Educação Inclusiva – Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.**

A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO TÉCNICO: O CASO DO JOÃO

Maria Dantas de Lima

1. INTRODUÇÃO

Apesar de não ser cursista, mas uma das organizadoras do Curso FIC autismo e inclusão, venho relatar a experiência na intervenção psicopedagógica no desenvolvimento cognitivo de alunos autistas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), pois nessa jornada de planejamento e execução do curso junto à professora Vanessa Desidério, nossas experiências anterior ao projeto Conhecer para Acolher foram de suma importância para o bom andamento do projeto. Quero nesse relato ressaltar a importância que o projeto teve na minha vida pessoal e profissional, pessoal pois, deu-me a oportunidade de conhecer lindas histórias de vida (quando a partir das interações com os cursistas e com palestrantes) tive a oportunidade interagir, compartilhar saberes e relatar um pouco da minha vida. Estas interações fortaleceram meus ideais e princípios sociais, especialmente o que defendo tanto: O respeito à vida e o desenvolvimento pessoal e cognitivo digno. Na área profissional o curso me ofereceu maior oportunidade de dar mais visibilidade ao Centro Clínico Maria Dantas em virtude da parceria realizada com o IFRN. Antes do projeto, em virtude de eu já ter mais de 10 (dez) anos de experiência como Psicopedagoga na Clínica na região do Mato Grande, fui contratada como psicopedagoga do campus do IFRN -João Câmara nos anos de 2020 a 2022.

O objetivo deste relato é descrever a vivência no acompanhamento de estudantes com TEA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), campus João Câmara-RN nos anos de 2021/2022. Entende-se que a atuação do psicopedagogo favorece o desenvolvimento cognitivo dos alunos, pois como destaca o teórico Fagali (Fagali, 2002, p. 10) o psicopedagogo: "... trabalha as questões pertinentes às relações vinculares professor-aluno e redefinir os procedimentos pedagógicos, integrando o afetivo e o cognitivo, através da aprendizagem dos conceitos, nas diferentes áreas do conhecimento".

A partilha deste relato de experiência valoriza a ação do psicopedagogo, tendo em vista, que essa atuação, contribui de forma positiva no desenvolvimento escolar dos estudantes autistas, uma vez, que por meio da intervenção psicopedagógica ocorre a mediação da aprendizagem dos aspectos cognitivos e psicossociais.

Aqui ainda destaco a grande contribuição que o Curso FIC Autismo e Inclusão proporcionou com a elaboração deste relato, e com a oportunidade de participar do curso, como psicopedagoga e parceira da professora Vanessa Desidério na organização da parte de conteúdo e com a experiência de atuação no Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas/NAPNE, no atendimentos de educandos autistas, onde se teve a oportunidade de contribuir para formação de professores, pais e outros profissionais inscritos no referido curso, onde se teve a oportunidade de contribuindo com a aprendizagem de outras pessoas, e essa experiência somatizar com a ampliação da experiência profissional no campo da psicopedagogia.

Ao participar do curso, além de proporcionar crescimento profissional, se teve oportunidade de ampliar experiência e foi possível acima de tudo, entender que no processo de inclusão se deve ter constância e determinação, pois as pessoas com deficiências, síndromes e transtornos (como é o caso de pessoas com TEA), devem ter a garantia de acesso a educação, como é destacado na Constituição Federal no Art. 205.: “ A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania ” (Brasil, 1998).

Reconhecendo que para o autista ter um bom desenvolvimento escolar, deve contar com apoio de psicopedagogo, professores e outros profissionais, e no caso específico dos estudantes com TEA do IFRN, que contam com disponibilidade dos serviços de psicologia, assistência social e psicopedagogia, a oferta de Curso FIC Autismo e Inclusão, vem contribuir indiretamente por meio da formação desses profissionais, que atuam como rede de apoio e de formação do autista, também deve-se considerar que o relato ajudará a pais, alunos e outros profissionais a entender a atuação do psicopedagogo dentro do desenvolvimento cognitivo do aluno com TEA, já que o psicopedagogo é a pessoa que lida justamente com o desenvolvimento cognitivo das pessoas em especial nesse caso o desenvolvimento cognitivo das pessoas Autismo.

2. NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA

Meu nome é Maria Dantas de Lima, mais conhecida por Maria Dantas, tenho 47 anos, brasileira, natural da cidade de João Câmara, cidade do interior do Rio grande do Norte, um

pedacinho da região do Mato Grande nesse nosso querido Nordeste. Venho de uma família de 09 (nove) irmãos, sou mãe da Maria Rita Nascimento Silva (12 anos) e ela é um dos motivos que me fazem acreditar que devemos cuidar da educação e do desenvolvimento pessoal, para se ter no futuro jovens e adultos seguros de seu papel social (foto 1).

Foto 1 – Duas Marias, mãe e filha



Fonte: Acervo Pessoal, 2023

Me tornei professora a 26 anos atrás, quando percebi que a ação de ensinar era algo mágico, por contribuir com a melhoria de vida dos alunos, tive a inspiração da professora de Língua Portuguesa, no 7º ano do Ensino Fundamental, Professora Adalva. Na minha trajetória escolar, depois de cursar a Educação Infantil na creche municipal, cursei o Ensino Fundamental e Ensino Médio na Escola Estadual Francisco de Assis Bittencourt, de onde tenho boas lembranças.

Em 1998 iniciei o curso de Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte -UFRN, concluindo em 2002, a partir deste período fiz especialização em cursos de Pós-graduação em: Gestão Escolar-UNITINS, Educação Inclusiva-UNITINS, Didática do Ensino-UNP e Psicopedagogia - Universidade Candido Mendes. Em 2019 iniciei o curso de Psicologia na UPN que será concluído em dezembro de 2023 (foto 2). Durante estes anos de atuação na educação, e na psicopedagogia, sempre me proponho a contribuir com o processo de desenvolvimento cognitivo e de inclusão, pois nele se reconhece que a aceitação do outro, vai além de apenas receber pessoas com deficiência na sala de aula.

Foto 2 – Maria, a psicóloga



Fonte: Acervo Pessoal, 2023

Assim, em minha atuação nas atividades de pedagogia, psicopedagogia e futuramente de psicologia, tenho certeza que o processo inclusivo começa no momento em que recebemos e acolhemos as pessoas, dando-lhes a oportunidade de serem ouvidas, respeitadas, quer sejam no ambiente escolar ou em outros espaços educativos, a elas devem ser dado acesso e adequação de metodologias que promovam a aprendizagem, independente da sua raça, credo, status social ou situação de saúde.

Busco promover por meio do meu trabalho psicopedagógico, o desenvolvimento cognitivo e psicossocial de educandos de todos os níveis de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos-EJA, curso de Graduação e Pós Graduação. Sou muito grata pela saúde e sabedoria que disponho para atuar e contribuir favorecendo os processos de aprendizagem, humanização e apropriação das habilidades de pensamento crítico.

3. REFLEXÕES DE UMA MARIA QUE NÃO VAI COM AS OUTRAS

Compartilho agora a experiência como psicopedagógica no IFRN, Campus João Câmara-RN, vivenciada no ano de 2022 no Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) quando entre os atendimentos se teve oportunidade de realizar atendimentos de educandos autistas. Houve muitas experiências, mas aqui relato a experiência de diagnóstico e intervenção realizado com o aluno que chamaremos de João (nome fictício), 17 anos, estudante do curso de informática, apresentando diagnóstico de Necessidades Educacionais Específicas voltadas para o Transtorno do Espectro Autista – TEA e para o Transtorno do Déficit de Atenção Hiperatividade – TDAH.

Para o atendimento e intervenção neste caso se fez um plano de realização de 10 ações que a seguir detalho. A primeira ação foi manter diálogo com o setor pedagógico do campus e realizar a verificação de documentos apresentados pela família no ato da matrícula para constatar alguma comorbidade associada ou pesquisa diagnóstica, tendo o cuidado de

verificarmos se a demanda apresentada pelo aluno poderia ser dialogada com os familiares, pois, a prática psicopedagógica pode abranger diferentes cenários.

Segundo o 2º parágrafo do Código de Ética da Psicopedagogia (ABPP, 2011, p. 1), “a intervenção psicopedagógica na Educação e na Saúde se dá em diferentes âmbitos da aprendizagem, considerando o caráter indissociável entre o institucional e o clínico”.

Verificamos que no caso de João, trata-se de Transtorno do Espectro Autista (TEA), nível 2 de suporte com TDAH associado. Segundo o DSM-5 — Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais — o TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades de interação social, comunicação e comportamentos repetitivos e restritos. Estando indicado na American Psychiatric Association o comprometimento que o autista, é classificado em graus 1, 2 e 3. Sendo: Grau 1- conhecido como “autismo leve”, mas ainda precisa de suporte ou apoio de outro, apesar de apresentar grande funcionalidade, as maiores dificuldades se relacionam aos déficits de comunicação, sem muitas comorbidades associadas, ou pouca necessidade de apoio ou suporte; Grau 2- Moderada necessidade de suporte ou apoio, pode apresentar ausência da comunicação verbal, sendo um dos problemas mais comuns para autista nesse nível e, geralmente, podem existir mais comorbidades associadas ao diagnóstico. Grau 3- quadro severo, nível 3 de suporte ou grande necessidade de apoio, tem como característica prejuízos no neurodesenvolvimento mais elevados, pode apresentar problemas sérios no processo de socialização e até no funcionamento geral de corpo e mente (APA, 2014).

Ainda de acordo com o DSM-5, O Déficit de Atenção Hiperatividade -TDAH se classifica entre os transtornos do neurodesenvolvimento, que são caracterizados por dificuldades no desenvolvimento que se manifestam precocemente e influenciam o funcionamento pessoal, social, acadêmico ou pessoal. São cinco os critérios diagnósticos: 1. Desatenção: 2. Hiperatividade-impulsividade: Os tradicionais subtipos de TDAH (predominantemente desatento, predominantemente hiperativo-impulsivo e combinado) conforme APA (2013). É muito comum o TEA estar associado ao TDAH.

Na segunda ação, se realizou a conversa com docentes e técnicos do setor pedagógico do IFRN-JC e após a escuta da queixa dos docentes, se chegou a terceira ação que foi o agendamento de entrevista com a família, pois sabe-se que a instituição familiar precisa ser parceira da escola e pode contribuir com informações importantes que auxiliaram a escola e outros profissionais (psicopedagogos e psicólogo) no atendimento do aluno com TEA, uma vez que a ação psicopedagógica tem como objetivos; “Promover a aprendizagem, de forma a

colaborar com a inclusão social e escolar; entender e oferecer novas ações ante os problemas de aprendizagem; (...)" (ABPP, 2011).

A quarta ação foi a realização do acolhimento da família e realização da entrevista, chamada de anamnese, Weiss (1999, p. 61) ressalta que a anamnese é uma ação considerada "como um dos pontos cruciais para um bom diagnóstico". (...) é a anamnese que favorece a compreensão da história da família do paciente, os preconceitos, normas, expectativas, circulação dos afetos e do conhecimento".

Após o atendimento da família, ocorreu a quinta ação que foi o início dos atendimentos ao João. Sendo o primeiro atendimento com finalidade de promover o acolhimento do aluno e a criação de vínculo. Estes atendimentos sempre são estruturados com atividades lúdicas e que procuram promover de modo espontâneo ações com o aluno que a psicopedagoga possa melhor analisar as habilidades cognitivas. Assim, posterior a este atendimento inicial com o aluno João, se teve atendimentos onde se planejou observar as habilidades de: Aprendizagem leitura; de escrita, habilidades lógico matemática e psicossocial.

Nessa perspectiva, depois dos atendimentos para diagnóstico, foi realizada a sexta ação psicopedagógica, constituída pelo momento de elaboração de relatório diagnóstico Psicopedagógico. De posse dos dados coletados, o psicopedagogo estuda, analisa e elabora relatório referente às questões cognitivas do aprendente.

O psicopedagogo não é um mero "resolvedor" de problemas, mas um profissional que dentro de seus limites e de sua especificidade, pode ajudar a escola a remover obstáculos que se interpõem entre os sujeitos e o conhecimento e a formar cidadãos por meio da construção de práticas educativas que favoreçam processos de humanização e reapropriação da capacidade de pensamento crítico (Tanamachi, 2003, p. 43).

Com isso, se percebe o quanto a atuação dos procedimentos psicopedagógicos foram importantes para auxiliar na aprendizagem do João, pois a intenção é de posse do relatório, partir para o sétima ação, apresentar o relatório aos docentes. A equipe pedagógica agendou a reunião com os professores do João, neste encontro foi tratado sobre a devolutiva psicopedagógica e a informação sobre o início da elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) do referido aluno. A devolutiva psicopedagógica consiste em apresentar com base no que foi coletado durante o diagnóstico ações de intervenção e orientações visando potencializar aprendizagem dos adolescentes e jovens, direcionada para minimizar suas dificuldades de aprendizagem.

A Psicopedagogia estuda os processos de aprendizagem, ou seja, os mecanismos do aprender e do não aprender, aquilo que interfere, as dificuldades e transtornos de aprendizagem. A Psicopedagogia Institucional se propõe a analisar a instituição

educacional como um todo, sujeitos que a compõem, metodologias de trabalho, currículo, a fim de auxiliar no sucesso educacional (Nascimento, 2013, p. 3).

Com base no que foi analisado, se chegou ao relatório: O aluno João diagnosticado com Autismo-Nível 2 de suporte e TDAH (combinado os critérios 1 e 2), onde notou-se que o mesmo apesar de ser verbal, não mantém contato visual. Observou-se ainda que durante os atendimentos diagnósticos realizados pela Psicopedagoga, foi possível perceber que o aluno tem facilidade de criar vínculo de forma positiva. Nos primeiros momentos se analisou questões voltadas à: atenção (tempo observado de concentração: aproximadamente 5 minutos). O aluno demonstra ser inquieto, apesar de ser comunicativo, realizando conversas aleatórias, fugindo dos assuntos específicos e de atividade direcionadas, tendo que ser chamado a atenção para o direcionamento de voltar a atividade e ao assunto, tem atenção para outras situações ao seu redor, pois o TDAH influencia esse comportamento.

Ainda nas atividades da sétima ação foi a vez de realizar a parceria: setor pedagógico, docentes e psicopedagogos para pensar em estratégias metodológicas que favoreçam o desenvolvimento cognitivo do João. Assim, os professores destacaram a metodologia usada e relataram como era o comportamento e as atitudes do aluno, foi definido o hiperfoco e destacou estratégias de como usar o foco, em atividades de forma estratégica para poder auxiliar na ampliação de saberes, respeitando os seus limites e suas potencialidades.

Se chega à oitava ação psicopedagógica que é a elaboração de atividades de intervenção, atendimentos semanal na sala do NAPNE. Na nona ação se tem a continuação do acompanhamento de desempenho do aluno junto aos docentes, dando-lhes suporte quanto à metodologias e adaptação do conteúdo. E na décima ação psicopedagógica para este caso de acompanhamento está o registro de todo o processo diagnóstico e de intervenção.

Em resumo, destaca-se que nessas experiências os procedimentos importantes foram feitos inicialmente no acolhimento e inclusão do aluno com TEA e com TDAH no curso técnico de informática integrado ao ensino médio, buscou-se compreender as dificuldades de aprender e de como realizar a intervenção psicopedagogia. Também se iniciou a elaboração do Plano Educacional Individualizado – PEI e a avaliação com monitoramento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de partilhar experiências como psicopedagoga no campus João Câmara no sentido de ajudar outros profissionais que lidam com situações semelhantes, quero destacar como ponto forte do Curso Fic Autismo e Inclusão a elaboração dos módulos 2 (dois) e 4 (quatro) sendo que os mesmo respectivamente trataram : Do papel do professor no desenvolvimento

cognitivo do autista e sobre o Plano Educacional Individualizado - PEI, esse instrumento de planejamento, necessário para se ter procedimentos metodológicos que possam promover, por meio de metodologias adequadas, respeitando as limitações e atendendo as particularidades do aluno especialmente os alunos com deficiência os alunos.

Considera-se que a elaboração deste relato foi de fundamental importância para socialização de experiências e saberes. Difundindo a importância da intervenção psicopedagógica precoce, como medida para evitar evasão e reprovações. Viso com ele, ajudar outros a verificar, avaliar e analisar melhor a metodologia, para mediar esse processo de aprendizagem contribuindo com a evolução do aluno. Destaco que além de coletar informações com a família, buscar criar vínculos com o adolescente para poder potencializar o seu processo de aprendizagem é essencial.

Como psicopedagoga tenho a clareza de que nos casos de acompanhamento de alunos com TEA, cada caso é um caso, e com relação às necessidades que cada pessoa demanda, a realização de um diagnóstico psicopedagógico permite que os professores tenham um referencial para poder colocar em prática metodologias pedagógicas assertivas e que potencializam o seu desenvolvimento em sala de aula, para isso acontecer o psicopedagogo precisa conhecer as especificidades desse aluno.

Todo o conteúdo trabalhado durante o Curso FIC Autismo e Inclusão fortaleceu minha trajetória psicopedagógica, dando visibilidade aos atendimentos na Clínica. Ao realizar as atividades psicopedagógicas com pessoas com deficiência estamos promovendo o processo inclusivo de maneira positiva, porque é importante favorecer não só a inclusão na sala regular, mas em todos os espaços, deve-se desenvolver aspectos cognitivo e sociais para tornar a pessoa com autismo mais autônoma e o mais funcional possível.

REFERÊNCIAS

ABPP. **Associação Brasileira de Psicopedagogia**. Diretrizes da formação de psicopedagogos no Brasil. 2019. Disponível em: http://www.abpp.com.br/documentos_referencias_diretrizes_formacao.html. Acesso em: 1 agosto 2023.

ABPP. **Código de Ética da Psicopedagogia**. 2011. Disponível em: <http://www.abpp.com.br/wp-content/Código-de-Ética-última-revisão-Simpósio.pdf>. Acesso em: 4 agosto. 2023.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fifth Edition (DSM-V)**. Arlington, VA: American Psychiatric Association, 2013.

APA - AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais-DSM-V. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. [**Constituição . Constituição** da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF:

FAGALI, E. Q. **Múltiplas formas de aprender: novos paradigmas da pós-modernidade**. São Paulo, SP: Unidas-Integração, 2002.

NASCIMENTO, K. A. O. **O trabalho do psicopedagogo institucional: experiência em uma escola de Teresina/PI**. In: V FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA, 5., 2013.

WEISS, W. **Energy prediction equations for ruminant feeds**. In: CORNELL NUTRITION CONFERENCE FOR FEED MANUFACTURERS, 61., 1999, Ithaca. **Proceedings...** Ithaca: Cornell University, 1999. p.176-185

Tanamachi, E. R., & Meira, M. E. M. (2003). **A atuação do psicólogo como expressão do pensamento crítico em Psicologia e Educação**. Em M. E. M. Meira, M. A. M. Antunes (Orgs.), *Psicologia Escolar: práticas críticas* (pp. 11-62). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Capítulo XVI

JIU JITSU E AUTISMO: EXPERIÊNCIA NO CENTRO DE TREINAMENTO AEROBMENDES - PROJETO SEDNEM INCLUSÃO

Agamenon Mendes da Silva

1. INTRODUÇÃO

Pretendo aqui destacar a experiência vivida através do Projeto desenvolvido no Centro de Treinamento Aerobmendes - Projeto Sednem Inclusão, que tem por objetivo impactar o maior número de crianças com Transtorno de Espectro Autista – TEA da Região do Mato Grande. Essa experiência surgiu quando um pai de uma criança, que tinha seis anos na época, com autismo “leve”, hoje chamado de autismo nível 1 de suporte, procurou-me. Graças a essa experiência, iniciamos nesse período o desenvolvimento de um trabalho esportivo para o desenvolvimento global por meio da prática do *jiu-jitsu*.

Sou Agamenon Mendes, faixa preta de jiu-jitsu, quero agradecer por você estar nessa leitura comigo. O objetivo deste relato é passar a minha experiência e mostrar pra vocês (pais e mães, professores e outros profissionais) que com atividades simples você pode melhorar e impactar a vida de muitas crianças sejam elas autistas ou não. Sou atleta de arte marcial *jiu-jitsu* a 18 (dezoito) anos, há 12 (doze) anos atuo como professor desta modalidade, sendo que estou há 08 (oito) anos trabalhando com crianças típicas e já há 04 (quatro) anos trabalhando com crianças atípicas (TEA, TDAH, Deficiência Intelectual, entre outras...)

Tomei conhecimento do Curso FIC Autismo e Inclusão através da minha amiga e parceira Maria Dantas, que é proprietária do Centro Clínico Maria Dantas, situado em João Câmara/RN e como já conversamos bastante sobre o assunto e eu sempre tiro muitas dúvidas com ela para orientar a vivência e atuação com crianças com TEA, vi que o curso seria muito relevante, pois, ao ver e ler sobre outras experiências (principalmente de pais, professores e outros profissionais que convivem com crianças autistas), isso me impactou bastante.

Diante da importância em levar mais pessoas a conhecer mais sobre o autismo no campo do esporte, senti a necessidade de partilhar a minha experiência vivenciada dentro do *jiu-jitsu* e contribuir para que outros profissionais possam sentir-se encorajados a realizar este trabalho de inclusão e desenvolvimento de criança com TEA.

2. NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA

Eu sou Agamenon Mendes da Silva, sou paulistano nascido em 08/06/1979 em Tucuruvi - São Paulo, filho de Marisa Mendes, nome do pai não declarado, ou seja, sou filho de mãe solteira. Fui criado pelos meus padrinhos Gilberto Mendes e Terezinha Gomes de Freitas (*In memoriam*). Não irei me aprofundar nessa história para não tomar muito tempo de vocês, mas, em outro momento, poderei falar mais sobre minhas frustrações e superações com todo esse contexto familiar.

Em 1994, minha madrinha mudou-se para João Câmara-RN e conseqüentemente eu acompanhei ela, pois na época eu tinha apenas 15 anos. Quando ela decidiu morar próximo dos seus familiares, seu sonho era poder cuidar de sua mãe que já estava com a idade avançada (vó Datinha -*In memoriam*), mas a situação financeira enfrentada aqui no nordeste era bem diferente da que tínhamos no sudeste, então ela resolveu voltar para São Paulo. Na época eu já estava com 16 anos, não pude retornar com ela, pois estava estudando, a promessa seria que quando terminasse o ano letivo eu retornaria para São Paulo, me juntando a ela, mas na véspera de São João daquele ano de 1995, ela veio a falecer e acabei perdendo tudo que eu tinha.

Eu não tinha mais notícia da minha mãe, não sabia o paradeiro dela e acabei sendo criado pela tia Teté, irmã dela que morava na cidade de João Câmara-RN. Morando na casa da minha tia, fui muito bem tratado graças a Deus, mas eu queria ter a minha própria família, eu queria ter um lar, eu queria ser pai e enfim construir uma família.

Com pouco estudo, o meu primeiro emprego foi ser cabeceiro, trabalho pesado, não tinha hora pra trabalhar, toda hora era hora de trabalho e agradeço a Deus todos os dias, pois esse estágio como cabeceiro me ensinou muita coisa, ensinou a tratar as pessoas com amor, com carinho, com respeito e a ser sempre honesto. Rosemiro, o esposo da minha tia, contava sua história de quando começou a empreender e já era um homem de sucesso na época que eu o conheci.

Contudo, aos 20 anos engravidei minha namorada da época e fui pai aos 21 anos, da minha primogênita Débora Teresinha, dois anos depois veio Lara Camille e mais um ano e meio pra frente, ocorreu a minha separação da mãe das minhas filhas. Como estava solteiro comecei a farrear, ia às festas, bebia quase todos os dias, estava me tornando alcoólatra de tanta farra.

Entre uma fase e outra conheci alguns amigos que treinavam *jiu-jitsu* com o mestre Robinho, que na época era faixa roxa. Eles viviam me convidando para treinar, eu falava pra eles a situação que eu me encontrava (psicologicamente falando) e que estava bebendo muito. Mesmo assim, fui e o Robinho olhou pra mim e disse que o *jiu-jitsu* seria uma forma de me

ajudar nessa empreitada de deixar de beber ou pelo menos diminuir. Graças a Deus, dei ouvido a ele, fui lá olhar o treino, conhecer a metodologia e acabei gostando, ingressei no mundo das lutas. E a partir daí, como me joga em tudo que faço, procurando fazer o melhor e ser melhor, acabei me destacando no mundo da luta, das competições naquela época. As competições em geral eram muito restritas, tinha apenas um ou duas por ano, mas eu sempre estava lá, graças a Deus sendo campeão da minha categoria.

Fui embora para Guamaré-RN, comecei a dar aula lá (ainda faixa azul) e não parei de treinar mesmo com a viagem de Robinho para Europa, dou aulas até hoje, faço o que eu amo. Em 2009 peguei a faixa roxa, foi quando conheci a minha atual esposa Josinara Leite, mãe da minha filha caçula Luisa Katharina, companheira que muito tem me apoiado e com quem tenho realizado o sonho de viver em família.

3. REFLEXÕES DE UM PROFESSOR EM FORMAÇÃO

Para falar sobre minha experiência na educação de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) usarei um nome fictício (Gonzaga) para me referir ao meu aluno. Pra mim, é uma honra enorme ter você (leitor) aqui comigo nessa partilha, já falei um pouco sobre a minha vida no tópico anterior, agora vamos falar da experiência profissional como educador, iniciando do ano em que conheci o Gonzaga.

Em 2017 quando retornava para residir em João Câmara/RN, já dava aulas de *jiu-jitsu* para crianças, chegou até mim um pai, para matricular o seu filho (porém, não mencionou que o mesmo era autista), recebi o Gonzaga como se fosse uma criança típica. Não sabia que o TEA é um transtorno que tem como característica dificuldades nas habilidades sociocomunicativas (comunicação e na interação social), bem como no comportamento, considerando os padrões restritivos dos interesses ou atividades (APA, 2013).

E Gonzaga adentrou no *jiu-jitsu* dando um trabalho tremendo, muito teimoso, hiperativo, não parava quieto e eu e os outros professores diziam: “Esse menino é teimoso, viu!”. Não sabíamos sobre o TEA, na aula seguinte, mesmo sem saber que Gonzaga era autista, eu continuava experimentando estratégias diferentes, eu também dava aula para a tia dele e ela falou que o Gonzaga gostou muito do treino. Dei um sorriso e falei, que ele não parou um instante sequer. Aí ela olhou pra mim, riu e perguntou: Você sabia que Gonzaga é autista? Eu respondi que não sabia. Daí em diante não parei de pesquisar sobre autismo.

Durante as pesquisas vi que de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, DSM-5 (APA, 2013) os sintomas de autismo, surgem no início da primeira infância e podem prejudicar ou limitar o modo de vida funcional das pessoas. Alguns estudos

americanos demonstram que, para cada 68 (sessenta e oito) crianças que nascem, uma possui o Transtorno do Espectro Autista (*Centers For Disease Control and Prevention - CDCP, 2012*). Aqui no Brasil, existem estudos apontando que cerca de 600.000 pessoas possuam TEA, e esse total corresponde a aproximadamente 0,3% da população total do país (Paula, Ribeiro, Fombonne e Mercadante, 2011).

E foi por meio dessa experiência de dar aula para Gonzaga que eu acabei conhecendo o mundo gigante, lindo e muito, muito desafiador. Como gosto de lutar, encarei de frente. Trata-se também de um mundo de muito amor e carinho, o universo do autismo desvelado retribui seu carinho, com um amor sincero de verdade.

Pesquisando sobre esse assunto e sempre associando às artes marciais, um aluno meu faixa roxa falou que seu professor de judô: Emerson Ramos - Faixa preta 5^odam, de judô criador do Suave Inclusão, já dava aula para criança com TEA, busquei orientação com ele, dias depois tive oportunidade de participar de um *workshop* que tratava desta temática. Segundo Lima (2021, p.192): “ (...) exercícios físicos com crianças com TEA, a modalidade de jiu jitsu, vem ganhando crescente popularidade nas últimas décadas, devido a seus efeitos positivos nas funções motoras, cognitivas, de auto regulação e na sensação de bem-estar dos seus praticantes.”

A partir daí as aulas *jiu-jitsu* começaram a ter uma maravilhosa interação, eu comecei falar na mesma linguagem que Gonzaga, comecei a procurar saber qual era o hiperfoco dele e descobri que eram dinossauros e jacarés. Eu comprei um jacaré de brinquedo e dei pra ele, e ganhei o abraço mais verdadeiro que eu já recebi em toda minha vida, ele agradeceu e me chamou de tio (não chamava de professor). Ele me falou: Obrigado tio, eu amo esse jacaré. E a partir daí, tudo que eu queria com ele eu conseguia, foi criado um vínculo, de uma maneira muito simples, mas se eu não soubesse dessas questões de hiperfoco, não teria tido essa ideia. Alves (2016) revela que as concepções dos docentes em relação à inclusão, bem como a construção de vínculos do professor, com a escola e com o aluno, também demonstram grande importância neste processo.

Em uma das aulas eu estava pensando como faria para aproximar os comandos verbais com as técnicas do jiu-jitsu, pois ele tinha dificuldade com os comandos, pois como sabemos, os autistas levam tudo ao pé da letra. Vejam só, o que aconteceu, certa vez, no combate (treino) eu pedi pra que ele montasse em um menino (no *jiu-jitsu* montar é quando você deixa o seu oponente numa situação, totalmente imobilizado), ele olhou pra mim e disse: “Professor ele não é cavalo”. Neste momento todos os alunos riram, porém, todos sabiam da disciplina no *do dojô*

(local de treino) e pararam de rir, “ menos eu”. Porque aquilo pra mim foi inusitado demais, e eu não soube como reagir.

Depois de um ano e meio trabalhando com ele, criamos uma relação de confiança e passei a alinhar os comandos verbais. Um dos fatores cruciais que pude perceber, foi que ele gostava muito de copiar os movimentos que a minha filha Luiza fazia, outra característica comum no autismo, eles aprendem por imitação, você sabia?

Comecei então a trabalhar no pareamento. Luiza Katharina na época tinha uns sete anos, passou a realizar alguns movimentos de *jiu-jitsu* e ele ficava copiando, percebi que essa era uma das formas que eu poderia ensiná-lo. E foi muito proveitoso, eu pedia para que minha filha fizesse determinados movimentos e olhava para ele, perguntava: Quer fazer com Luiza? E ele respondia que sim e já ia fazendo. Assim o aprendizado dele foi maravilhoso e graças a Luiza. Percebemos então que além de criar o vínculo é preciso descobrir quem ou o que chama atenção da pessoa com autismo, aos poucos passei a ensinar ele fazer os combates de *jiu-jitsu* e as coisas começaram a fluir bastante.

A partir da vivência com Gonzaga, comecei a dar aula para outra criança com autismo e já estava mais seguro de como poderia iniciar. Aqui para finalizar, gostaria de agradecer a todos os pais que me deram e que me dão a confiança e a credibilidade de trabalhar com seus filhos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero importante a partilha dessa experiência e digo que foi um desafio trabalhar nesta elaboração, precisei de ajuda na organização do texto e elaboração deste relato, mas sei que o mesmo irá ajudar no desenvolvimento de outros profissionais que como eu desejam colaborar com a educação de crianças autistas. Desejo que possa contribuir com o seu crescimento pessoal, profissional e intelectual, assim como contribuí com o meu. Além disso, com a publicação deste relato temos a oportunidade de torná-lo uma inspiração e consulta para outros profissionais da área do jiu jitsu e de outras áreas das artes marciais promovendo a inclusão de crianças autistas e ou crianças com outras deficiências.

Aqui quero destacar que todo conteúdo trabalhado durante o curso FIC AUTISMO E INCLUSÃO serviu para me dar mais segurança, agradeço pela oportunidade de dar a palestra do módulo 2 e pelo reconhecimento dos que se fizeram presentes. Sei que ainda tenho muito a aprender, hoje sei que apesar da experiência com o “Gonzaga”, cada pessoa com TEA é única e o que deu certo com ele pode ser diferente com outra pessoa, por isso precisarei estudar cada vez mais, para poder auxiliar no desenvolvimento global de crianças e procurar entender suas necessidades, potencialidades e limitações, sempre respeitando isso.

Chegando ao final deste relato gostaria de agradecer primeiramente a Deus, depois aos pais que me deram essa oportunidade de poder contribuir com o seus filhos e a psicopedagoga Maria Dantas por fazer dueto com a professora Vanessa Desidério do IFRN campus João Câmara, pela oportunidade que tive de participar como cursista e palestrante do curso FIC AUTISMO E INCLUSÃO.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. E. . O autismo e o processo de inclusão na perspectiva escolar: análise de caso na escola Professora Ondina Maria Dias, em Tijucas/Santa Catarina Curso de Especialização EaD Gênero e Diversidade na Escola. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, SC, Brasil. 2016.

American Psychiatric Association [APA]. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) Arlington, VA: American Psychiatric Association.2013.

Centers For Disease Control and Prevention [CDCP] 2012. Autism Spectrum Disorder (ASD) Retrieved from <https://www.cdc.gov/ncbddd/autism/data.html>
» <https://www.cdc.gov/ncbddd/autism/data.html>

PAULA, S, S.; Ribeiro, S. H.; Fombonne, E.; Mercadante, M. T. . Brief Report: Prevalence of Pervasive Developmental Disorder in Brazil: A Pilot Study *Journal of Autism and Developmental Disorders* 41(12),1738-42. doi: 10.1007/s10803-011-1200-6. 2011.
» <https://doi.org/10.1007/s10803-011-1200-6>

LIMA. LS et al. Jiu Jitsu e Transtorno do Espectro Autista. *Rev Bras Educ Fís Esporte, (São Paulo)* 2021 Out-Dez. Disponível em : 173211-Texto do artigo-557420-1-10-20220526 (1).pdf Acesso em: 31 de agosto de 2023.9.7.

RELATO DE UM PAI ATÍPICO COM FENÓTIPOS AMPLIADOS DE AUTISMO E PROFESSOR DE ALUNOS COM TEA

Hortevan Marrocos Frutuoso

1. INTRODUÇÃO

O presente relato é uma autobiografia com memorial de formação docente e vivência em sala de aula com alunos de diversos cursos técnicos integrados ao ensino médio e alunos de graduações ligadas à área de informática no campus Natal Central do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). É também uma narrativa de trajetória pessoal e acadêmica. Esse gênero pode ser considerado uma pesquisa narrativa, cujo conteúdo oferece ao leitor a análise de significados diversos. Segundo Paiva (2008), as narrativas presentes em todos os textos podem ser identificadas como relatos de experiências pessoais, elas circulam em textos orais, escritos e visuais e têm sido amplamente investigadas na área de Lingüística Aplicada. Todo memorial é uma escrita reflexiva e precisa conter análise crítica, pois ao tecer sobre a formação acadêmica e profissional, explicitando fatos e acontecimentos sobre si, precisamos nos distanciar de nós mesmos para adotar uma postura de consciência a respeito do que sabemos, cremos e valorizamos, essa construção não é solitária, mas amparada em quem nós temos como núcleo ou rede de apoio para sobrevivermos ao longo de nossa trajetória. Nesse exercício de historicizar nossas aprendizagens nos lembramos de onde viemos e de que forma respondemos aos fatos, crises, rejeições, desejos de reconhecimento, dilemas vivenciados.

O memorial como ação pedagógica, tem uma dupla função: formação e instrumento de avaliação (Passeggi, 2010), por esse motivo, esse gênero tem a capacidade de transformação social, pois ajuda a rever práticas e saberes. Espera-se com esse relato, oferecer uma análise de prática social principalmente para o leitor iniciante da docência que assim como eu precisa rever seus conceitos para adaptar suas aulas às necessidades de seus alunos.

2. NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA

Nascido no interior do Rio Grande do Norte, na cidade de Mossoró-RN, filho de professores; me tornei também professor. Me defino como uma criança movida pela

curiosidade de entender como o mundo funciona. Das mais antigas lembranças em minha memória, uma que guardo de forma especial foi quando desmontei o rádio de meu pai, tentando descobrir como aquela pequena “caixa falante” funcionava. Não lembro ao certo que idade tinha quando isso aconteceu. Embora lembre de ter ficado de castigo por não conseguir montá-lo novamente.

Meu melhor passatempo sempre foi tentar entender o mundo que me cerca. Gosto de tecnologia, história, biologia, cosmologia, principalmente. Lembro que aos dez anos, fiquei muito intrigado com uma pergunta que não saía da minha mente: porque existimos? Minha tia, percebendo que eu já estava muito tempo pensativo, como se estivesse preocupado com algo, me perguntou o que eu estava pensando e quando respondi, ela me disse que eu era muito jovem pra ficar pensando nisso. Fato é que na minha infância não gostava de fazer o que as outras crianças da minha idade costumavam fazer, ao invés de brincar na rua, eu gostava de ficar em casa e ler incansavelmente livros de série mais avançada que a minha. Meu pai costumava brigar comigo, dizendo “menino, pare de estudar, vá brincar”.

Recentemente, após o diagnóstico de autismo da minha filha mais nova, tenho tentado entender um pouco mais acerca da mente humana. Nesta tentativa de entender melhor o autismo, terminei por conhecer um pouco mais sobre mim mesmo. Desde criança, sempre fui muito curioso. Como filho de professores, tinha diversos livros à minha disposição. E fazia bom uso deles. Nesta fase, não gostava muito de pessoas. Muito introspectivo, sempre apreciei os momentos sozinho ou na companhia de um bom livro de física ou cosmologia. Nunca fui de fazer muitos amigos. Em geral, minhas amizades eram com pessoas adultas que eu julgava ter algo a acrescentar à minha vida.

Neste sentido, sempre fui muito seletivo. Não tinha muito prazer em brincadeiras de criança. Mas amava deitar em uma rede, na área de minha casa e ler. Conforme fui crescendo essa sede por livros sempre esteve presente, lembro que quando saía forçosamente para passear ou ir à praia, enquanto as pessoas estavam se divertindo com outras coisa, eu levava meu livro para me divertir isoladamente, apesar de as pessoas dizerem que eu não estava “aproveitando meu tempo”, na verdade, eu estava sim, isso me divertia muito e ainda hoje me divirto lendo livros. Parecia que aquelas letras vistas pelos meus olhos se transformavam em imagens dentro de minha cabeça e me levavam rumo à outro mundo. Um mundo de possibilidades que me respondiam algumas perguntas e geram outras novas perguntas. De forma que eu sempre queria ler mais.

Na escola, durante o antigo “1º grau”, eu era o “estranho”. Falava pouco, brincava pouco. Mas as pessoas me conheciam por que eu sempre tirava as melhores notas nas disciplinas mais

difíceis (matemática, ciências, geometria, etc). Ironicamente, odiava literatura. Apesar das notas medianas em português. Tinha (e ainda tenho) um fascínio especial pelo universo. Queria saber como as coisas funcionam – quais os princípios físicos envolvidos. Como aluno do fundamental, preferia estudar com livros de segundo grau (atual ensino médio). Entre 12 e 13 anos de idade, com a ajuda de um tio, consegui convencer meu pai a pagar um curso de eletrônica por correspondência no Instituto Universal Brasileiro – IUB. Não sei quantos alunos na faixa de 12-13 anos fizeram cursos de eletrônica junto ao IUB. Mas desconfio que não foram muitos! Afinal, crianças no início da adolescência geralmente têm outros interesses. As pessoas diziam que eu era muito estudioso. Pessoalmente, nunca me define assim. Eu simplesmente lia o que eu gostava de ler. Coisas que eu não gostava, passavam de largo. Ao término do fundamental, tive a oportunidade de ingressar na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte – ETFRN, atualmente se chama Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), instituição onde hoje sou professor com muito orgulho.

Durante o ensino médio, na ETFRN, conheci minha grande paixão: Computadores (que minha esposa me perdoe por esta frase!). Enquanto os “meninos normais” procuravam namoradas, eu estudava programação de computadores utilizando Turbo Pascal e Assembler no laboratório de informática. No segundo ano do curso técnico de eletromecânica, surgiu uma grande oportunidade: O laboratório de informática estava precisando de alguém para monitoria, porém não tinha recursos para bolsa, mas aceitavam voluntários. Sem nem pensar, procurei a coordenação do curso e me ofereci para ser monitor do laboratório. Era tudo o que eu queria: passar o dia inteiro com computadores! Porém, havia um efeito colateral indesejado – também teria que lidar com pessoas.

Computadores são máquinas programáveis... São exatas... Elas fazem exatamente o que nós mandamos (pelo menos até o momento...risos). Se algo desse errado em um computador, eu poderia reiniciá-lo ou até desligá-lo. Era muito simples. O mesmo não é possível fazer com pessoas. Não dá pra reiniciar uma pessoa, muito menos desligá-la (existem fortes implicações legais envolvidas...). Por este motivo evitava pessoas. No entanto, queria tanto estar perto dos computadores que – mesmo forçado – comecei a interagir mais com as pessoas. O que hoje reconheço, ter sido muito bom para o meu desenvolvimento social. Sempre me considerei diferente dos outros. Porém, sendo forçado a interagir com pessoas, comecei a estudá-las, saber o que fazer para me tornar “alguém menos chato”. Quando via alguém fazer algo que era socialmente agradável aos outros, copiava aquele padrão de comportamento a fim de me encaixar melhor em algum grupo.

Sendo monitor de laboratório, por vezes tinha que ajudar os professores durante as aulas de informática. Especialmente programação – algo que, modéstia à parte, sempre fui muito bom. Frequentemente alunos me procuravam pedindo ajuda para entender determinado assunto e eu me esforçava para explicar da melhor forma que eu pudesse. Tive muita dificuldade pra entender como alguém poderia achar tão difícil programar um computador. Pra mim, aqueles exercícios de programação básica eram tão fáceis que chegavam a ser entediantes. Ainda assim, nunca recusei ajuda a quem me pediu. No começo, lidar com pessoas assim tão de perto foi algo muito exaustivo para mim. Eu realmente me esforçava muito pra ser sociável (por diversas vezes, fui rude ou destratei pessoas sem nem perceber. Hoje sei que fui grosso e até arrogante. Mas na época, estava simplesmente manifestando a minha inaptidão para lidar com pessoas).

Passei dois anos e seis meses como monitor daquele laboratório. E hoje, vejo que realmente foi uma experiência muito rica para o meu desenvolvimento social. Essa experiência me ajudou a trabalhar pontos onde notavelmente eu era muito ruim. Foi neste período que aprendi a conversar com as pessoas e entender as relações sociais, a ter empatia e detectar sentimentos dos outros, saber quando estava sendo agradável ou rude. Sabia que a grande maioria deles eram apenas pessoas que precisavam de algo que eu tinha e que como monitor do laboratório, eu teria que ajudá-los. Ainda assim, acabei fazendo alguns amigos ali. Outra grande descoberta foi que de fato eu gostava de ensinar às pessoas aquilo que aprendia no laboratório de informática. Isso me ajudou muito a fazer amizades, pois as pessoas me procuravam (se eu tivesse que procurá-las, provavelmente ainda estaria sozinho).

Meus amigos e colegas diziam que eu tinha “cara de professor”. Em uma roda de conversa, se o assunto fosse informática, cosmologia, ou algo do meu interesse, eu me tornava o ser mais falante daquele grupo. Não faltava assunto. Os mais próximos diziam que eu citava o livro/filme/revista inteiro como se estivesse lendo naquele momento. Porém, se o assunto a ser tratado fosse algo fora dos meus interesses; eu não sabia iniciar e muito menos manter uma conversa.

Por volta do ano 2000, aos 19 anos de idade, entrei em uma universidade. Como era de se esperar, segui na área de Tecnologia da Informação. Iniciei o curso de Engenharia de Computação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Para tal, tive que me deslocar do interior para a capital (Natal-RN). Longe de minha família, enfrentei novas dificuldades. Para alguém que sempre apreciou estar sozinho, pela primeira vez me dei conta de que não poderia ficar assim pra sempre. Precisava de pessoas a quem pudesse recorrer, precisava de ajuda, conselhos, ou simplesmente desabafar um pouco. Em outras palavras:

precisava de amigos. Percebi também que os livros não ajudaram muito nesta área. Eu realmente tinha uma grande dificuldade para fazer amizades. Em sala de aula, só abria a boca quando alguém me fazia uma pergunta. Se tivesse dúvidas, não recorria ao professor. Procurava os livros. Se os livros não ajudassem, aí sim, muito timidamente, procurava o professor. O curso de engenharia não foi fácil.

Devido a problemas financeiros de minha família, tive que trabalhar. Conversava com muita gente, mas não tinha amigos. Pouco tempo pra estudar, tendo que trabalhar e uma série de outros problemas, em menos de um ano me levaram a um quadro de ansiedade e depressão. Pela primeira vez na minha vida, senti realmente a necessidade de ter pessoas perto de mim. Um dos poucos amigos que adquiri neste período foi um estudante de medicina chamado Ligney Lino que dividia espaço comigo em um apartamento. Ele me ajudou muito neste período, me levou a consultas e me apoiou diversas vezes. Sou muito grato pela sua amizade! Por motivos que fogem ao escopo deste texto, não me formei na UFRN. Desisti do curso pois precisei de um emprego que me desse um maior suporte financeiro. Comecei então a trabalhar profissionalmente como programador. Mais tarde, tive a oportunidade de voltar a estudar e concluir o curso superior na mesma área. Hoje, sou bacharel em Sistemas de Informação pela Estácio de Sá. Mestre em Sistemas e Computação pela UFRN e doutorando em Ciência da Computação pela UFRN.

3. REFLEXÕES SOBRE EU PAI, EU PROFESSOR, EU MESMO

Profissionalmente, durante grande parte de minha vida, fui programador/analista de sistemas. Gosto de projetar e desenvolver *softwares*. Programar, a grosso modo, é definir uma sequência correta de passos para se atingir determinado objetivo e isso me fascina. Gosto de fazer planos, estabelecer passos, etapas, rotas alternativas, contingências. Não sou muito bom em lidar com imprevistos, fico muito irritado quando as coisas mínimas não saem conforme previa, percebi que o fato de ser avesso a mudanças me torna uma pessoa com alta rigidez cognitiva e tento trabalhar isso, para ser mais tolerante comigo mesmo e com os outros.

Nos últimos anos percebi que obtive considerável progresso nesse sentido. Antes, ficava nervoso e muito irritado quando algo sai diferente do que eu tinha planejado. Essa rigidez cognitiva me trouxe diversos problemas. Desde que comecei a trabalhar, frequentemente era chamado atenção no trabalho por ser muito rígido em minhas rotinas. Eu até aceitava mudanças, mas ao meu ver, essas deviam ser devidamente justificadas, planejadas e executadas tal como definido nos planos, qualquer mudança sem aviso prévio era inaceitável para mim. Toda minha vida, de certa forma, era planejada. Sentava sempre nos mesmos cantos, comia as

mesmas coisas, estacionava os carros nos mesmos lugares, guardava objetos no mesmos cantos (não era apenas guardar um objeto na mesma gaveta, mas guardar no mesmo canto da gaveta, na mesma posição). Tenho forte apreço por regras. Seja elas definidas em leis ou convenções sociais. Ficava muito irritado quando alguém desobedecia alguma delas, hoje tolero mais.

Nunca passou pela minha cabeça que eu pudesse ser autista. Apesar de sempre me autodiagnosticar como uma pessoa diferente das outras. Quando comecei a estudar sobre o autismo em minha filha, parecia que eu estava lendo um livro sobre mim mesmo. Eu tinha praticamente todas as características. A única característica que faltava para fechar o diagnóstico era a necessidade de suporte de outra pessoa. Necessidade de suporte é diferente do desejo humano de ter alguém por perto. O indivíduo que necessita de suporte simplesmente não consegue realizar determinadas tarefas sem a ajuda de outra pessoa (Liberalesso e Lacerda, 2020). Em geral, sou capaz de me resolver sozinho. Embora, hoje, prefiro a companhia de pessoas especiais ao meu lado.

Minha filha foi diagnosticada inicialmente com nível de suporte 2, os sinais dela eram mais evidentes que os meus, desde que nasceu ela apresenta um comportamento diferente, contudo ela foi diagnosticada aos seis anos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), aos nove com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e agora aos dez com Transtorno do Processamento Sensorial (TPS). Com as terapias, atualmente, possui nível de suporte 1. A necessidade de suporte pode diminuir com o tratamento adequado, assim como pode aumentar, na ausência deste.

Ela, diante de forte tensão emocional, estresse ou ansiedade, necessita da intervenção de alguém para ajudá-la no processo de autorregulação. Ela também possui uma forte rigidez cognitiva. Mudanças na rotina dela devem ser trabalhadas com bastante antecedência para diminuir a ansiedade. Ela também possui alguns hiperfocos. Ela ama dinossauros e animais de todos os tipos e os exóticos, principalmente. Ela é capaz de memorizar nomes de espécies, características, cenas de filmes e até diálogos de desenhos animados sobre eles. Diante de tudo o que vivenciei e aprendi, a conclusão óbvia era que minha filha havia herdado essas características de mim. Muitas das dificuldades que ela apresenta hoje são idênticas às que eu apresentava quando criança. Iniciei a avaliação diagnóstica, mas não concluí, acredito que possuo o que os especialistas chamam de Fenótipos Ampliados do Autismo (FAA), ou seja, possuo traços subclínicos que configuram a expressão fenotípica de uma suscetibilidade genética para o desenvolvimento do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Para Endres *et. al* (2021) maiores dificuldades em habilidades cognitivo-pragmáticas podem ser um aspecto central e provavelmente específico do FAA em familiares de crianças

com TEA, assim como dificuldades em aspectos estruturais da linguagem, como inteligência verbal. Estes resultados têm implicações para a compreensão da possível influência de fatores sociocognitivos familiares na gênese do autismo. Por esse motivo, além da avaliação clínica que fechou o diagnóstico da minha filha, estamos fazendo a avaliação genética.

Aprender a lidar com minha filha me fez entender muita coisa sobre eu mesmo. E uma delas é o fato de que sempre é possível melhorar. Eu não realizei terapias ou tratamento, a não ser para ansiedade e depressão, como citei. Apesar disso, acredito que minha forte introspecção, de alguma forma, tenha me ajudado. Nos meus momentos de solidão, conversava comigo mesmo e me auto avaliava. Era ali onde eu decidia o que deveria mudar em minha vida. Por vezes, lia livros de autoajuda, psicologia ou coisas do tipo. Era a minha forma de tentar entender a mim mesmo. E de fato me ajudaram muito.

Outro ponto muito importante foi a ajuda da minha esposa, a professora Vanessa Desidério, que teve muita paciência pra lidar comigo. Conheci minha esposa no meu primeiro ano de graduação na UFRN. Ela foi e tem sido um pilar essencial em minha vida ao longo de quase 20 anos de casados. Ela é totalmente o meu oposto: amigável, espontânea, possui uma alegria contagiante, dentre outras maravilhosas características que não citarei aqui. Fico fascinado com a facilidade com que ela inicia conversas, faz e mantém amizades. Durante todos esses anos de convivência, ela me deu a oportunidade de aprender mais sobre pessoas, relacionamentos e refletir sobre mim mesmo. Temos um casamento maravilhoso. Não é isento de problemas. Mas somos parceiros. Conversamos bastante e vivemos bem um com o outro. No início não foi fácil. Eu sou altamente metódico e ela altamente espontânea. Foi muito difícil pra mim. E tenho certeza que para ela também. Havia momentos em que eu ficava irritado com ela sem nem saber ao certo o porque (na realidade, ela mexeu com toda a minha rotina de vida... Algo que meu cérebro com rigidez cognitiva levou anos para assimilar). Ela praticamente teve que aprender a lidar com uma pessoa que não falava e ainda assim queria que ela soubesse o que eu estava sentindo. Eu me sentia invadido todas as vezes que ela fazia alguma mudança nos meus planejamentos e ela acabava descobrindo a minha insatisfação geralmente de forma bem desagradável. Quando investigamos o possível autismo em nossa filha, ela imediatamente falou para a médica: meu marido é assim! Ao que a profissional respondeu que eu poderia ser autista também. Foi quando começamos a conversar muito sobre essa possibilidade.

Possivelmente antes de saber sobre o autismo da nossa filha eu teria um olhar menos empático em relação aos alunos que apresentam alguma dificuldade de aprendizagem, nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, dou aula para alunos do primeiro ano principalmente, são adolescentes na maioria das vezes, as turmas são grandes e dificilmente eu

olharia com cuidado para aqueles alunos mais tímidos como eu que não conseguem tirar dúvidas ou que não participam ativamente das aulas. O diagnóstico da minha filha me tornou uma pessoa melhor e um professor melhor, passei a estudar mais o tema e quando o IFRN me informa que tenho alunos com alguma limitação física, sensorial ou intelectual, procuro aprender o máximo possível para atender esses alunos de modo que eles tenham todas as oportunidades que os demais, afinal, penso, poderia ser a minha filha, quero que ela seja tratada da maneira como trato meus alunos, com muito respeito e dedicação.

Recentemente, tenho percebido que aumentou o número de alunos com TEA na instituição, eles são bem diferentes uns dos outros, alguns tem fobia social, outros são espontâneos ao ponto de me abraçar e eu não me sinto muito à vontade com abraços, mas tudo bem! Estou aprendendo diariamente, também tenho alunos na graduação tecnológica que são diagnosticados com autismo, eles fazem tratamento e isso ajuda eles a se socializarem e expressarem melhor suas limitações.

Vejo que o laudo é muito importante, pois sem ele, nem eu, nem a instituição saberíamos da necessidade de suporte, pois o TEA não afeta a parte física, mas sim o comportamento e o aprendizado, daí seria injusto eu cobrar de todos o mesmo sistema de avaliação, procuro fazer adaptações das atividades conforme me orientam, mas me preocupa saber que ainda existem muitos professores que não se importam se o aluno aprende ou não, simplesmente “aprovam” o aluno e isso para mim é uma ação capacitista que em nada contribui com o desenvolvimento do aluno. Eu procuro ter equilíbrio na avaliação, vejo com o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) quais são as potencialidades e limitações do aluno, daí faço as adaptações necessárias, se mesmo assim o aluno não evolui, revejo com o NAPNE as estratégias e daí avaliamos se é o caso de reprovação ou readequação, mas sem avaliar continuamente esse processo é injusto ao meu ver aprovar, só por aprovar. O aluno precisa saber que tem responsabilidade sobre sua aprendizagem e que somos parceiros nesse processo, sou muito grato pelas oportunidades que temos de crescer juntos em cada etapa, não me importo de refazer alguns passos se for preciso e assim vou aprendendo nessa jornada que cada pessoa aprende de forma diferente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como citei há pouco, não tenho um diagnóstico fechado sobre ser ou não autista. Pessoalmente, pelos motivos citados, acredito que não sou. Mas se for diagnosticado, não é nenhum problema para mim. Contudo, toda essa experiência comigo mesmo e com minha filha – sem dúvida alguma – fez de mim uma pessoa melhor. Como professor, já tive que lidar com

alunos autistas. E faço isso com muito carinho e empatia. Sei das limitações deles. Tento deixá-los à vontade, mas sem fazê-los se sentirem inferiores. Costumo dizer que eles podem ir tão longe quanto quiserem! Eles podem sonhar, fazer planos como qualquer outra pessoa. E que a estrada do sucesso exige esforço, dedicação e apoio, aceitar ajuda não é menosprezar a capacidade que tem, é saber que pode ir além com o ajuda de outrem e que esse outro também pode precisar da sua ajuda. Eles precisam reconhecer suas limitações e saber trabalhar com elas. As terapias são importantíssimas nessa hora. Profissionais especializados vão ensiná-los a lidar com suas limitações e superá-las da melhor forma possível.

REFERÊNCIAS

ENDRES, Renata Giuliani et al. Fenótipo ampliado do autismo e habilidades pragmáticas em pais e mães de crianças com e sem transtorno do espectro autista. *Avances en Psicología Latinoamericana*, v. 38, n. 2, p. 116-131, 2020.

LIBERALESSO, Paulo. LACERDA, Lucelmo. **Autismo: Compreensão e práticas de evidências** [livro eletrônico]. 1.ed. Curitiba: Movimento Capricha na Inclusão, 2020.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. **A pesquisa narrativa: uma introdução**. *Rev. bras. linguist. apl.* 8 (2). 2008 <https://doi.org/10.1590/S1984-63982008000200001>

PASSEGGI, M.C. Memorial de formação. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

